



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Formação de Professores

Vitor Guilherme Gonçalves Bispo de Almeida

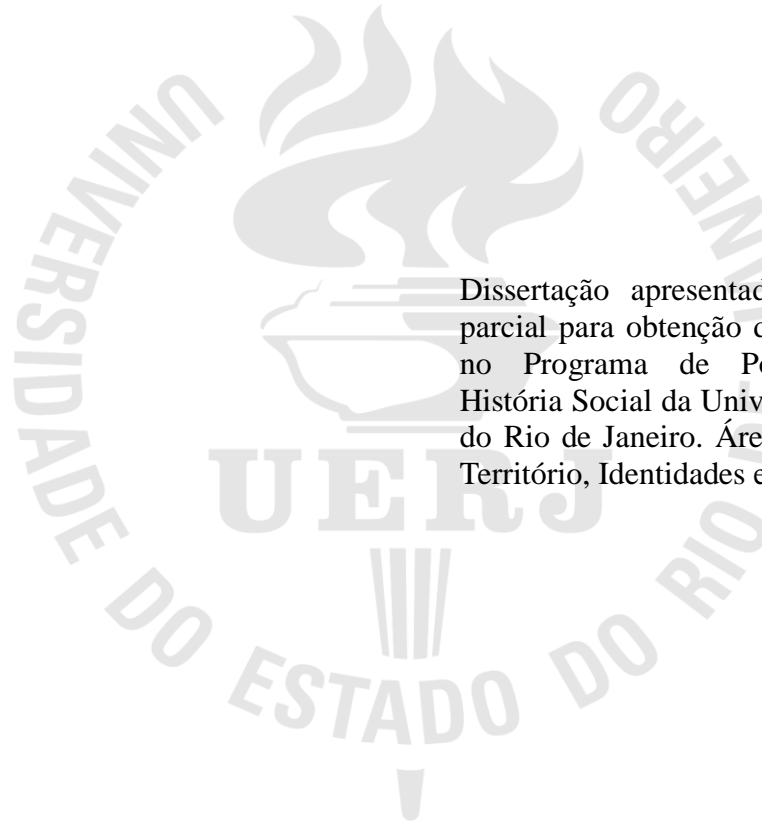
**A cidade, a freguesia e a fábrica: a Belle Époque suburbana e a industrialização na freguesia de Campo Grande (1889-1914)**

São Gonçalo

2020

Vitor Guilherme Gonçalves Bispo de Almeida

**A cidade, a freguesia e a fábrica: a Belle Époque suburbana e a industrialização na freguesia de Campo Grande (1889-1914)**



Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Território, Identidades e Representações.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dra. Márcia de Almeida Gonçalves

São Gonçalo

2020

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/D

A447  
TESE

Almeida, Vitor Guilherme Gonçalves Bispo de.  
A cidade, a freguesia e a fábrica : a Belle Époque suburbana  
e a industrialização na freguesia de Campo Grande (1889-1914) /  
Vitor Guilherme Gonçalves Bispo de Almeida. – 2020.  
97f. : il.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dra. Márcia de Almeida Gonçalves.  
Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade  
do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de  
Professores.

1. Rio de Janeiro (RJ) – História – Teses. 2. Industrialização –  
Rio de Janeiro (RJ) – Teses. 3. Subúrbios – Rio de Janeiro (RJ) –  
Teses. I. Gonçalves, Márcia de Almeida. II. Universidade do  
Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Formação de Professores.  
III. Título.

CRB/7 – 6150

CDU 981.53

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta  
dissertação, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Vitor Guilherme Gonçalves Bispo de Almeida

**A cidade, a freguesia e a fábrica: a Belle Époque suburbana e a industrialização na freguesia de Campo Grande (1889-1914)**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Território, Identidades e Representações.

Aprovada em 17 de março de 2020.

Banca Examinadora:

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Márcia de Almeida Gonçalves (Orientadora)  
Faculdade de Formação de Professores – UERJ

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Rôssi Alves Gonçalves  
Universidade Federal Fluminense

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Juçara da Silva Barbosa de Mello  
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

São Gonçalo

2020

## DEDICATÓRIA

À minha família, desde os quintais do IAPI da Penha até os dias atuais, e à Natacha, minha esposa, com quem começo a escrever a história dos meus quintais.

## AGRADECIMENTOS

A toda educação que me foi garantida pela minha mãe, que pôde não ter me dado luxos, mas me deu a dignidade e a sede pelo saber e a confiança que só se transforma a realidade por meio dos estudos.

Ao meu pai que, dentro de suas possibilidades, jamais me deixou desamparado.

Aos mestres que até aqui, desde a graduação, me transmitiram seu conhecimento, e especialmente minha orientadora, professora Márcia Gonçalves – suburbana como eu –, que de pronto aceitou o desafio de desenvolver o trabalho que temos em mãos.

A minha banca, formada pelas professoras Rôssi Alves e Juçara Barbosa, duas entusiastas das pesquisas das áreas que ficam à margem dos centros de poder.

Aos amigos e amigas com quem troquei as ideias que pontuam esse texto, principalmente nas questões levantadas a respeito a escassez de pesquisa histórica sobre os subúrbios do Rio de Janeiro.

A Darcy Ribeiro e Leonel Brizola e seu legado trabalhista de valorização da transformação do ser humano através do conhecimento, qualificação e pelo compromisso pela educação e justiça aos mais pobres.

A todos aqueles e todas aquelas que fazem parte desse mosaico de estudos sobre os subúrbios cariocas, em especial à grande referência de pesquisa sobre esses territórios tão complexos e múltiplos, o historiador Rafael Mattoso, pessoa que, particularmente, tenho como sendo o principal pesquisador sobre o tema em nossos tempos.

Aos demais que sustentaram toda a criação de conteúdo que tenho mantido desde 2012 nas redes sociais. Vocês deram ares quentes para que esse balão subisse, e mesmo entre críticas positivas e negativas, pude aprender – e aprendo – cada dia mais a lidar com o ser humano.

Esqueçam a fábula da Cidade Maravilhosa. A história do Rio de Janeiro é a de uma cidade à beira do precipício que aprendeu a voar para driblar o abismo.

*Luiz Antônio Simas*

## RESUMO

ALMEIDA, Vitor Guilherme G. B. de. *A cidade, a freguesia e a fábrica: a Belle Époque suburbana e a industrialização na freguesia de Campo Grande (1889-1914)*. 2020. 97 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2020.

Nesta dissertação foi feita uma análise das transformações que ocorreram na cidade do Rio de Janeiro e em sua área rural durante o período denominado Belle Époque, a partir do advento do regime republicano no Brasil. A partir da industrialização da freguesia de Campo Grande com a chegada da Fábrica de Tecidos Bangu no local, buscamos, a partir do conceito de rugosidades, a percepção das produções do espaço no local diante da inserção de uma nova tecnologia em ambiente rural. A pesquisa se presta a analisar um movimento de rupturas, permanências e adaptações de costumes e tecnologias dispostas no espaço da cidade e em seus subúrbios em um processo de produção de novos espaços a serem adaptados com as demandas de um novo mundo pautado pelo processo de industrialização e ascensão da vida urbana e suas urbanizações. Entendemos, como isso, que a chegada de uma indústria têxtil em ambiente marcadamente rural proporciona importante estudo de caso para as percepções levantadas sobre as experiências de diferentes cotidianos e estilos de vida. Portanto, entre o rural e o urbano analisado aqui pudemos iniciar uma investigação acerca das camadas sociais que ora se sobrepõem, ora se aglutinam e, assim, moldam o território às suas necessidades.

Palavras-chave: Rio de Janeiro. Industrialização. Subúrbios. Rugosidades. Belle Époque.



## ABSTRACT

ALMEIDA, Vitor Guilherme G. B. de. *The city, the parish and the factory: the suburban Belle Époque and industrialization in the parish of Campo Grande (1889-1914)*. 2020. 97 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2020.

In this dissertation an analysis was made of the transformations that took place in the city of Rio de Janeiro and in its rural area during the period called Belle Époque, from the advent of the republican regime in Brazil. From the industrialization of the Campo Grande parish with the arrival of the Bangu Fabrics Factory on the site, we sought, based on the concept of roughness, the perception of the productions of the space before the insertion of a new technology in a rural environment. The research aims to analyze a movement of ruptures, permanences and adaptations of customs and technologies arranged in the city and its suburbs in a process of producing new spaces to be adapted to the demands of a new world guided by the industrialization process and the rise of urban life and its urbanization. We understand, as a result, that the arrival of a textile industry in a markedly rural environment provides an important case study for the perceptions raised about the experiences of different daily lives and life styles. Therefore, between the rural and the urban analyzed here, we were able to initiate an investigation about the social strata that sometimes overlap, sometimes join together and, thus, shape the territory to their needs.

Keywords: Rio de Janeiro. Industrialization. Suburbs. Roughness. Belle Époque.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1 – Freguesias rurais do Rio de Janeiro.....	43
Figura 1 – Igreja matriz de N. S. do Desterro de Campo Grande em desenho de Maria Graham de cerca de 1823.....	45
Figura 2 – Igreja de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande (aprox. déc. 1910)	57
Mapa 2 – Freguesias do Rio de Janeiro em fins do século XIX e extensão territorial da Companhia Progresso Industrial do Brasil, na freguesia de Campo Grande.....	61
Figura 3 – Visão da Fábrica Bangu e arredores, 1907.....	64
Figura 4 – Campo da Rua Ferrer, ao lado da Fábrica Bangu, 1906.....	67
Figura 5 – Inauguração do Bangu Athletic Club, 1904.....	77
Figura 6 – Operários da Fábrica de Tecidos Bangu – déc. 1890.....	86
Figura 7 – Fachada do Bangu Shopping. Inaugurado em 2007, o estabelecimento preserva a arquitetura tombada da antiga fábrica, fechada em 2004.....	90
Figura 8 – Antiga vila operária de Bangu desfigurada pelo avanço imobiliário, 2007..	91

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Números sobre a expansão demográfica das áreas suburbanas em relação à expansão urbana do Rio de Janeiro.....	39
Tabela 2 – Libertos pela Lei do Sexagenário na Freguesia de Campo Grande.....	50
Tabela 3 – Crescimento populacional entre as três maiores freguesias suburbanas.....	68

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	11
1	<b>A BELLE ÉPOQUE CARIOCA: A CIDADE DO RIO DE JANEIRO EM VIAS DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL E ESPAÇO- TEMPORAL.....</b>	16
1.1	<b>A cidade entre a monarquia e a república.....</b>	20
1.2	<b>O Rio de Janeiro enquanto <i>city beautiful</i>.....</b>	29
1.3	<b>Entre ruralidades e urbanidades: os subúrbios cariocas na Belle Époque.....</b>	36
2	<b>A FREGUESIA E O PROGRESSO: CAMPO GRANDE E A BELLE ÉPOQUE CARIOCA.....</b>	43
2.1	<b>A freguesia entre 1880 e 1890: a vida pré-industrial em Campo Grande</b>	45
2.2	<b>Relações sociais e cotidiano pré-industriais na freguesia de Campo Grande.....</b>	52
2.3	<b>Nuances de uma <i>Belle Époque</i> suburbana?.....</b>	56
3	<b>A FÁBRICA E A FREGUESIA: TRABALHO, LAZER E CRIME NA FORMAÇÃO DO COTIDIANO.....</b>	60
3.1	<b>Indústria, comércio e agricultura: os perfis do trabalho e dos trabalhadores locais.....</b>	64
3.1.1	<b><i>A Belle Époque</i> de Joaquina, a mulher Voragem.....</b>	71
3.2	<b>Além do trabalho: Bangu e a freguesia entre crimes e lazeres.....</b>	77
	<b>CONCLUSÃO.....</b>	89
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	93

## INTRODUÇÃO

A presente pesquisa é fruto de uma inquietação pessoal. Não poderia deixar de ser, pois sem as questões dadas em nosso presente não poderíamos abrir os documentos históricos e interrogá-los dentro de nossas preocupações e recortes. E posso dizer que sou filho do meu tempo, afinal os melhores dias de minha juventude foram vividos em um panorama de bem-estar econômico e transformações sociais e, conseqüentemente, espaciais.

Falar do Rio de Janeiro no período proposto para essa investigação parece chover no molhado, mas crer nisso é se enganar. As transformações do período denominado *Belle Époque* e seus impactos na então capital do Brasil se assemelham aos impactos sobre o atual município do Rio de Janeiro no contexto de receber eventos internacionais que tinham como objetivo colocar a cidade na rota do globalismo transformador de territórios.

Tal comparação espaço-temporal se dá, por exemplo, quando indagamos sobre a formatação da propaganda da *Cidade Maravilhosa* proposta durante gestão de Pereira Passos enquanto prefeito do Distrito Federal. Olhando para nossos dias, a ideia foi ressignificada, passando a valer a percepção de uma *Cidade Maravilha*; um perfil de cidade que propõe um diálogo entre o urbano e a natureza passa a ser explorado no século XXI como um dos principais produtos a serem consumidos pelos cidadãos da “aldeia global”. Jorge de La Barre (2013) aponta o que chama de *reengineering* da Cidade Maravilha, como “reconstrução urbana planejada, e centralidade dos meios de comunicação digital, comparáveis às das mais modernas cidades do mundo (LA BARRE, 2013; p. 51).

Através desses parâmetros é que podemos entender a fala de David Harvey (2014) quando diz que “para produzir mais-valia, os capitalistas têm de produzir excedentes de produção. Isso significa que o capitalismo está eternamente produzindo os excedentes de produção exigidos pela urbanização” (HARVEY, 2014; p. 30). E foi sob influência dessas transformações repentinas que o Brasil passou por protestos entre os anos 2013 e 2014, cujas pautas sugeriam uma difusão de reivindicações que desembocavam em um ponto principal: a então classe média, emergente ou não, sendo encurralada pelos aumentos do custo de vida nas principais cidades do país, que se moldava ao “padrão FIFA” para entrar nas exigências de uma lógica globalizante, atuante principalmente através dos chamados *megaeventos*.

Tendo esse pano de fundo como fio condutor das inquietações proporcionadas pelos estudos históricos foi que me aprofundei nas pesquisas a respeito dos subúrbios da cidade do Rio de Janeiro. Inevitavelmente, esses territórios sofreram os impactos das necessidades da

globalização que novamente reviravam a cidade através de máquinas pesadas e propagandas. A despeito de terem sido locais discriminados por décadas por sucessivos governos e principalmente pela grande mídia, os subúrbios do Rio passavam a viver tempos de narrativas que os exaltavam e os transformavam – mesmo que aparentemente – em redutos de cultura pulsante, berço onde o precário descansava e, assim, como quem acabara de despertar com fome, impulsionava grandes ideias e feitos que, de uma hora para outra, caíram nas graças dos detentores dos meios de produção cultural (majoritariamente vivendo e gozando dos privilégios territoriais das orlas da cidade), da tal mídia discriminatória (que abriu espaço em sua grade para roteiros temáticos tendo os subúrbios como foco) e de incentivadores financeiros com seus editais de fomento (principalmente bancos privados, que nadaram em bilhões de lucro durante o período, lucros nunca antes vistos na História do Brasil durante o período).

Escrevo esta pesquisa enquanto suburbano que pretende contribuir com um elo para o fortalecimento da tão discriminada e preterida História dos subúrbios cariocas. Desde 2012 toco nas redes sociais uma página de humor crítico, a *Suburbano da Depressão 1*, cujo objetivo principal recai sobre o desprezo do próprio suburbano em relação à sua história. Em 2019 fui convidado a escrever uma coluna semanal no jornal *O Dia*, intitulada *Rio Suburbano 2*, onde me foi proposto discutir o cotidiano desses territórios e sua relação complexa com a cidade como um todo.

Durante essa quase uma década de atuação na disputa de narrativa, cheguei a uma conclusão: cruzando as pesquisas históricas e as vivências e experiências adquiridas através dessas criações, percebi que toda essa baixa estima do carioca suburbano foi e continua sendo fomentada em consequência de projetos políticos que atuam ou atuaram sobre a cidade a partir de interesses particulares. Os subúrbios – ou arrabaldes -, outrora o refúgio dos mais abastados para suas chácaras, fazendas e sítios em busca do bem-estar que a cidade pouco a pouco lhes consumia, passam a ser, segundo os olhares higienistas que se prolongaram e se adaptaram às transformações históricas, um reduto de precariedade, falta de perspectiva e escassez de investimentos públicos em infraestrutura básica.

É importante sempre se referir ao subúrbio no plural, e não só por sua divisão administrativa entre zonas norte e oeste. Toda uma lógica de urbanização, econômica, política

---

<sup>1</sup> Página de humor no Facebook. Disponível em: <<http://https://www.facebook.com/SuburbanoDaDepressao/>>. No Instagram (@suburbanodadepressao) e no Twitter (sdd\_rj).

<sup>2</sup> Coluna semanal publicada no **Jornal O Dia** às terças-feiras, impressa e digital. Disponível em: <<https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/rio-suburbano>>.

e social envolve a questão desse espaço. Deste modo, não pode e nem deve ser tratado no singular.

E é partindo de uma perspectiva de contribuição a partir do mais escasso no campo acadêmico da História, escolhi lançar meus holofotes sobre a atual Zona Oeste da cidade, área que ocupa dois terços do território municipal. É lá que se encontram os dois núcleos urbanos que concentram quase 300 mil postos de trabalho, Barra da Tijuca e Campo Grande<sup>3</sup>. O primeiro um bairro planejado no alvorecer da década de 1980, prometendo ares de Miami às longínquas terras daquele canto da cidade; hoje, um dos bairros das novas elites econômicas. O segundo, um bairro tradicional e histórico, cuja economia atual é pautada pelo forte comércio e pelos serviços, abrigando um parque industrial ao longo de seu trecho da Avenida Brasil e que, cada vez mais, atrai moradores de outros pontos da cidade.

O atual bairro respondeu outrora pelo nome da antiga freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande. De sua fundação no século XVII até os nossos dias muita história há para ser revirada e projetada para a academia. No campo da Geografia, alguns trabalhos já se encontram disponíveis em diversos repositórios, mas na História ainda é frágil o olhar.

Fragmentada em outros pequenos bairros ao longo do século XX, a freguesia de Campo Grande era dividida em dois distritos, tamanha era a sua área. O nosso interesse recai sobre o 2º distrito local, onde foi escolhido para ser instalada uma das mais importantes fábricas do Brasil durante o surto industrial da década de 1880, a Fábrica de Tecidos Bangu. Inspiração para frases cotidianas da cidade como “abalou Bangu!”, as influências culturais da fábrica passam pelo estádio do Bangu Atlético Clube, apelidado de *Moça Bonita*<sup>4</sup>, como é conhecido pelos amantes do futebol.

Apesar de alguns trabalhos importantes sobre a Fábrica estarem disponíveis em bibliotecas e repositórios de programas de pós-graduação, decidi encarar algumas lacunas dispostas nestas pesquisas consultadas, as quais estavam abertas e permitiam percepções a respeito de como o pretendido progresso chegava àquelas paragens e modificava gradativamente a paisagem local e transformava o corpo social de uma área até então dependente da economia agropecuária e do cultivo da cana de açúcar.

---

<sup>3</sup> “Metrópole polinucleada é solução para a melhor distribuição de empregos na região”. Artigo publicado em 23 de Janeiro de 2017. Consulta feita em 31 de Janeiro de 2020 no site **Modelar a Metrópole: plano estratégico de desenvolvimento urbano integrado da Região Metropolitana do Rio de Janeiro**. Disponível em: <<https://www.modelarametropole.com.br/superconcentracao-de-empregos-no-rio-de-janeiro-enfraquece-regiao-metropolitana/>>.

<sup>4</sup> Originalmente batizado de Proletário Guilherme da Silveira, o estádio do clube local foi inaugurado em 1947 e é apelidado desta forma em decorrência de concursos de moda e beleza feminina promovidos pela fábrica no decorrer dos anos seguintes.

É nas nuances dos resquícios das disposições de pontas soltas sobre o território modificado pela lógica fabril que esta pesquisa repousa seus questionamentos. Trazendo para linguagem mais confortável, pretendo aqui apontar rupturas e permanências deste canto rural em vias de urbanização e lançar as perguntas: que tipo de modernidade é essa? O que as sobreposições de camadas de tempo proporcionaram para a produção de um novo espaço em vias de ser inserido nas demandas de um mundo industrializado? Tais perguntas são válidas uma vez que serão avaliadas adaptações dos vestígios – ou, como será usado a partir de Milton Santos, as rugosidades - da vida rural de outrora para serem incorporadas às novidades de um ritmo urbano que passava a tomar o lugar do ritmo bucólico. O encontro de dois ritmos de vida: é com esse olhar que devemos atentar para as próximas linhas.

Como optei por fazer um caminho de observação verticalizado, inicio essa jornada a partir da escala maior até a menor. No primeiro capítulo nos deparamos com as modificações propostas à cidade do Rio de Janeiro com o advento da República. Um processo que se inicia com as demandas internacionais de abertura de novos mercados e modos de produção industriais e seus produtos industrializados, que a reboque trouxeram estilos de vida que não eram compatíveis com a antiga cidade que aparentava ares coloniais. Junto com a destruição do passado colonial, a imposição do novo sistema político, que prometia progresso e modernidade.

A cidade se transformava em seu núcleo urbano de então e seu conceito seguia no mesmo ritmo. Entretanto, assim como ondas formadas por uma pedra atirada em um lago, esses impactos passavam a ser refletidos em outras localidades do município. E é por isso que no segundo capítulo estaremos diante de um histórico da freguesia de Campo Grande, seu perfil agropastoril e sua sociabilidade pré-industriais diante dessa realidade que se aproximava. Da cana de açúcar, que se utilizava da mão de obra escravizada, passando pelo estabelecimento da linha férrea e suas estações de parada, chegando à seleção do local para instalar a Fábrica de Tecidos Bangu, passaremos nossos olhares sobre questões sociais e as relações entre o território e sua gente, e entre o próprio corpo social estabelecido no local antes mesmo da demanda fabril exercer influência sobre aquela localidade.

No terceiro e último capítulo estreitaremos ainda mais nosso foco e olharemos para a realidade cotidiana na produção desse espaço em vias de intensa transformação a partir de uma nova vida impulsionada pelo ritmo da fábrica têxtil. É quando estaremos encarando não só a transformação espacial por si só, mas seus impactos no modo de vida, que ora é rural, ora é urbano; que se curva diante da pretensa modernidade, mas que encontra margem para o estabelecimento de suas tradições. Junto a isso, a formação de camadas socioeconômicas



medianas, seja dos altos escalões da fábrica, seja vindas do próspero comércio local, camadas estas que demandavam novos costumes e lazeres que se encaixassem com aquela nova realidade. Sem esquecer, é claro, de como uma nova lógica de produção do espaço suscita novos desvios de conduta, apontaremos a linha tênue entre o lazer e a criminalidade, a ordem e a desordem, e um microcosmo de relações que, solapadas pela modernidade e pelo progresso, se encaixavam nesse novo quebra-cabeças, aproveitando-se dos elementos dispostos no território.

Eis aí a proposta do princípio de uma análise do que pretendo afirmar como sendo uma *Belle Époque Suburbana*: vivências que se mesclam no espaço através de experiências que ora se mostram tradicionais, ora apontam para as novidades daquele tempo. Longe da tão aclamada Rua do Ouvidor – expressão resumida da *belle époque* no Rio de Janeiro -, a vida se desenrolava ao se moldar com o que havia disposto sobre o espaço; destruições e adaptações, produção ou reprodução, não importa: estamos diante de um olhar sobre um Rio de Janeiro que nada tem a ver com a “Paris Tropical”. Bem no meio da zona rural do município, a *belle époque* tomava seu rumo ao querer dos atores locais, expressando lazeres, crimes e costumes diversos no ritmo de uma modernidade que, ao mesmo tempo, foi e não foi.

## 1 A BELLE ÉPOQUE CARIOCA: A CIDADE DO RIO DE JANEIRO EM VIAS DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL E ESPÁCIO-TEMPORAL

Muito se discute e se discutiu sobre as transformações urbanas dos primeiros anos de República no Brasil, em especial no Rio de Janeiro, então capital do país. A historiografia é repleta de pesquisas sobre as transformações urbanas que assolaram a cidade entre as últimas duas décadas do século XIX e as primeiras do século XX. O país se preparava para experimentar os ares da modernidade europeia com mais intensidade; o Império já perdia sua força e dava lugar ao progresso estampado na bandeira republicana. As mudanças, contudo, não eram notadas apenas no espaço físico: o tempo, agora, poderia ser dominado e moldado a medida que se avançavam as novas tecnologias e hábitos.

Segundo Zygmunt Bauman (2001), “a história do tempo começou com a modernidade. De fato, a modernidade é, talvez mais que qualquer outra coisa, a história do tempo: a modernidade é o tempo em que o tempo tem uma história” (BAUMAN, 2001; p. 140). O sociólogo mostra o quanto a chamada *modernidade* leva o ser humano a usar o tempo a seu favor para sua convivência em sociedade.

O início da Era Moderna, a partir de um consenso historiográfico, é o que se convencionou chamar de Grandes Navegações. No final do século XV, a Europa recebia a notícia da “descoberta” de novas terras para além do grande oceano. Cristóvão Colombo chegava ao atual território denominado Caribe. Em 1498, Portugal se expandia rumo ao Atlântico sul ao conseguir dobrar o Cabo das Tormentas com Vasco da Gama e, em 1500, Pedro Álvares Cabral desbravava o oeste do mesmo oceano e encontrando a porção de terra que se chamaria Brasil. A revolução causada por essas descobertas, do ponto de vista europeu, exemplifica como o uso das transformações e adaptação das técnicas influenciaram a dinamização da relação entre ser humano, espaço e tempo.

Ainda Bauman afirma:

O modo como compreendíamos essas coisas que hoje tendemos a chamar de “espaço” e “tempo” era não apenas satisfatório, mas tão preciso quanto necessário, pois era o *wetware* – os humanos, os bois e os cavalos – que fazia o esforço e punha os limites. Um par de pernas humanas pode ser diferente de outros, mas a substituição de um par por outro não faria uma diferença suficientemente grande para requerer outras medidas além da capacidade dos músculos humanos (BAUMAN, 2001; p. 140).

O sociólogo mostra que as noções de espaço e tempo só se fizeram perceptíveis a partir da superação do uso das forças de tração humana e animal. A modernidade, para Bauman, proporcionou o questionamento de distâncias e velocidades por cientistas e filósofos, e só assim puderam ser confeccionados instrumentos que podiam “se mover mais rápido que as pernas dos humanos ou dos animais (...) de tal modo que atravessar distâncias cada vez maiores tomará cada vez menos tempo” (BAUMAN, 2001; p. 141). É a substituição do *wetware* pelo *hardware*, instrumentos que o ser humano pode inventar, construir, apropriar usar e controlar, desprendendo o tempo das dimensões inertes e imutáveis das massas de terra e dos mares - “O tempo é diferente do espaço porque, ao contrário deste, pode ser mudado e manipulado; tornou-se um fator de disrupção: o parceiro dinâmico no casamento entre tempo-espaço” (BAUMAN, 2001; p. 142).

Portanto, a chamada *modernidade* invoca um domínio do espaço através do domínio do tempo. Essa “conquista do espaço” demandava máquinas mais velozes, capazes de suprimir o tempo que pudessem proporcionar esses ganhos. A ferramenta de conquista de cada vez mais espaço era o tempo, e quem dominava a técnica capaz de dinamizá-lo, se expandia. Ao avançar sobre o século XVIII, as revoluções industriais propunham o domínio do espaço em sua expansão por mercados que consumissem seus produtos. A produção, portanto, passa a valorizar o tempo. “Era o princípio operativo da civilização moderna”, afirma Bauman, quando “se centrava no desenho de modos de realizar mais rapidamente as tarefas, eliminando assim o tempo ‘improdutivo’, ocioso, vazio e, portanto, desperdiçado” (BAUMAN, 2001; p. 143).

Transformar o espaço a partir da utilização do tempo como uma ferramenta, segundo David Harvey (1992), está condicionado à experiência social. Segundo o geógrafo, na sociedade moderna muitos sentidos de tempo se entrecruzam e são pautados pelo *progresso*, criando uma sensação de segurança escorada em movimentos cíclicos - “do café da manhã e da ida ao trabalho a rituais sazonais como festas populares, aniversários, férias, aberturas das temporadas esportivas” (HARVEY, 1992; pp. 187-188). Para Harvey, a naturalização do espaço se dá através das atribuições de sentidos cotidianos comuns. Neste sentido, Eric Hobsbawn (2008) mostra que as ressignificações de espaço e tempo através de grupos sociais, ambientes e contextos sociais inteiramente novos, ou velhos, mas incrivelmente transformados, exigiam novos instrumentos que assegurassem ou expressassem identidade e coesão social e que estruturassem as relações sociais (HOBSBAWN, 2008; p. 271).

Harvey corrobora a afirmativa de Hobsbawn quando aponta que o capitalismo em seu movimento revolucionário exige a constante modificação dos conceitos e usos do espaço e do

tempo. Para ele, se o avanço do conhecimento é vital para o progresso, da produção e do consumo capitalistas, as mudanças do nosso aparato conceitual podem ter consequências materiais para organização da vida diária. Harvey usa como exemplo os ambientes construídos por urbanistas do século XIX em relação ao que chama de “tirania da linha reta” na influência sobre os ajustes de práticas diárias (HARVEY, 1992; pp. 189-190).

Sobre essa “tirania”, podemos expressar o que Edward Thompson (1998) evidencia em seus estudos sobre a cultura popular tradicional em um ambiente de transição entre o cotidiano rural e industrial. Thompson exemplifica a mudança do ritmo de trabalho a partir do uso do relógio na Inglaterra. Em face à transição do trabalho manufaturado ao ritmo de produção industrial, o historiador afirma:

É possível propor três questões sobre a orientação pelas tarefas. Primeiro, há a interpretação de que é mais humanamente compreensível do que o trabalho de horário marcado. O camponês ou trabalhador parece cuidar do que é uma necessidade. Segundo, na comunidade em que a orientação pelas tarefas é comum parece haver pouca separação entre “o trabalho” e “a vida”. As relações sociais e o trabalho são misturados – o dia de trabalho se prolonga ou se contrai segundo a tarefa – e não há grande senso de conflito entre o trabalho e o “passar do dia”. Terceiro, aos homens acostumados com o trabalho marcado pelo relógio, essa atitude para com o trabalho parece perdulária e carente de urgência (THOMPSON, 1998; p. 271-272).

Thompson expressa neste trecho o uso do tempo através de como os trabalhadores lhe dão significado; a necessidade de que para o camponês certamente tem seu significado específico e o uso do tempo é diferente da necessidade do trabalhador industrial. As forças que agem sobre o espaço e, conseqüentemente, sobre o tempo são tirânicas nas expressões de mundo de ambos: para o camponês, o seu tempo de trabalho é sua vida; para o operário, uma urgência de intensificar a produção.

Ainda Thompson mostra que a transição do mundo do trabalho rural ao trabalho industrial força a redução do tempo em dinheiro. Por isso, “o empregador deve usar o tempo de sua mão de obra e cuidar para que não seja desperdiçado: o que predomina não é a tarefa, mas o *valor de tempo* quando reduzido a dinheiro. *O tempo é agora moeda: ninguém passa o tempo, e sim o gasta*” (THOMPSON, 1998; p. 272, grifos meus). Nesta imposição de transformação do tempo em dinheiro, a hegemonia – ou a tirania, segundo Harvey – sobre o tempo se faz presente em relação à detenção da propriedade do tempo. A manutenção do status social a partir da apropriação do tempo por mestres, fazendeiros e comerciantes se materializa pela permissão do uso do relógio. Thompson observa que “a atenção ao tempo no trabalho depende em grande parte da necessidade de sincronização do trabalho”

(THOMPSON, 1998; p. 280). Para manter essa sincronia, portanto, a manutenção do *statu quo* por parte de quem somente uma classe social poderia obter relógios era necessário.

Em consonância entre a propriedade do tempo e do espaço, Thompson ainda mostra que tais imposições de transformação espacial tinham como objetivo de deixar claro que as áreas rurais sem cercamentos e seus hábitos de vida traduziam a ineficiência e desperdício de tempo:

Assim, tanto cercamentos como o desenvolvimento agrícola se preocupavam, em certo sentido, com a administração eficiente do tempo da força de trabalho. Os cercamentos e o excedente cada vez maior de mão de obra no final do século XVIII arrochavam a vida daqueles que tinham um emprego regular. Eles se viam diante da seguinte alternativa: emprego parcial e assistência aos pobres, ou submissão a uma disciplina de trabalho mais exigente (THOMPSON, 1998; p. 186).

Estas novas imposições sobre o tempo colocam, lado a lado, Harvey e Thompson. Os ajustes das práticas diárias precisariam, agora, ser enquadradas ao novo ritmo da modernidade *hardware*. A formatação de velhos costumes e a construção de outros novos dava resposta sobre as exigências de uma força vertical que agia sobre o espaço e o tempo.

Ao trazermos essa discussão para a realidade brasileira, precisamos entender essa modificação brusca de uma sociedade dependente do trabalho escravo por mais de trezentos anos, e que no período proposto para esta pesquisa precisava gerir e prover mão de obra operária. Milton Santos (2015) nos auxilia a perceber os sentidos das investidas dessa força vertical, representada pelo capital industrial, que fez aprofundar as relações horizontais dentro do que o geógrafo denomina como “espaço banal”, ou seja, o espaço onde se dão as relações cotidianas daqueles que se utilizam dele (SANTOS, 2015; pp. 105-109).

Santos denomina esse processo de *totalização*, afirmando que a totalidade explica as partes, e o tempo histórico no espaço se apresenta de modos diferentes, assim como vimos em Harvey. Desta maneira, Santos (1996) mostra que o todo sempre pode ser reconhecido através dos movimentos de suas pequenas partes e estas pequenas partes só podem ser conhecidas através de sua totalidade. Entretanto, é preciso conhecer esta movimentação em conjunto entre a totalidade e suas partes através do movimento de totalização, que é o constante movimento desta totalidade que, por sua vez, é incompleta, sempre tentando totalizar-se. Sendo assim, os processos históricos estão pautados em cada nova totalização, quando o todo é separado em especificidades, uma vez que a sociedade tem suas funções modificadas de forma quantitativa e qualitativa, já que o tempo do espaço total ocorre de forma diferente se relacionado às suas partes (SANTOS, 1996; pp. 89-134).

É exatamente nestas modificações de formas da sociedade é que repousa as transformações em um espaço como a freguesia de Campo Grande, a oeste da então cidade e

que, em seu 2º distrito, viu seu cotidiano bucólico afetado pela chegada da indústria têxtil, a Fábrica de Tecidos Bangu.

Através de observações da implantação desta fábrica em um meio rural, poderemos perceber o quanto o cotidiano do local acaba sendo transformado para ser regido pelo ritmo acelerado da urbanização proporcionado pela indústria. Entretanto, cabe ressaltarmos que a transição de um perfil rural para o urbano não se deu com rupturas totais, contendo permanências que acabam se expressando nas atividades de seus moradores.

A partir destas modificações de espaço e tempo, principalmente a partir destes processos de ressignificações de espaço, é que se deram as urbanizações da chamada *Belle Époque*. As cidades se expandiram e inflaram em sua demografia, tornando-se receptáculo de novas expressões materialistas de um pretenso progresso e de novas formas de cotidiano. Para iniciarmos as discussões sobre esse período no Rio de Janeiro, é preciso que façamos um paralelo entre os usos da cidade nos dois sistemas que disputaram os espaços urbanos da cidade, na transição do século XIX para o século XX: o espaço urbano fora o palco dessas imposições e das adaptações exigidas por elas. Ao Rio de Janeiro foi cobrado um preço maior, justamente por ser o olho desse furacão social e político.

### 1.1 A cidade entre a Monarquia e a República

No século décimo sexto e ainda até quase o fim do décimo oitavo, os antigos colonos portugueses não tinham no Brasil *café* para tomá-lo com a aurora; mas almoçavam com o sol às seis ou sete horas da manhã, e jantavam com ele em pino ao meio-dia, salvo o direito de merendar (hoje se diz fazer *lunch*) às dez horas da manhã. Atualmente a sociedade *civilizada* almoça à hora em que os velhos portugueses jantavam, e jantam de luzes à mesa à hora em que se levantavam da ceia aqueles nossos avós. História de progresso e de civilização, que levam e estendem o sol de seus dias até depois da meia-noite com a iluminação a gás, e, ainda preguiçosos, saúdam o rompimento de suas auroras às 9 horas da manhã, quando abrem as cortinas dos seus macios leitos, e tomam, ainda bocejantes, o seu *café madrugador*. Portanto, a *tarde* tem hoje horas novas, que se confundem com a noite, e eu começava este capítulo, indicando a tarde do outro tempo, que atualmente é a hora em que almoçam a começar o dia o progresso e a civilização. (MACEDO, 2005; pp. 19-20).

Ao nos depararmos com o trecho de uma das crônicas de *Memórias da Rua do Ouvidor*, de Joaquim Manoel de Macedo, percebemos as observações feitas pelo autor às quais passava a então capital do Império durante a segunda metade do século XIX. Macedo escrevia sobre um Rio de Janeiro que se tornava palco para as novas tecnologias que

“estendem o sol de seus dias até depois da meia-noite” quando descreve o que proporcionava o uso da iluminação a gás. O “cosmopolitismo insurgente”, segundo Robert Pechman (1999), preenche a escrita de Joaquim Manoel de Macedo com o intuito de ensinar as novas funções da cidade por meio dos passeios feitos pelo autor na corte imperial. Pechman segue destacando:

O passeio em Macedo tem função de conhecimento, ou melhor, de ensinamento. Macedo quer dar a conhecer a seu público a história da cidade e de seus monumentos, mas também quer ensinar – através de pequenas lições exemplares – a uma pequena burguesia emergente (seus leitores) os princípios de uma ética a partir da qual possam se haver com as atribulações da vida urbana (PECHMAN, 1999; p. 176).

Em pesquisa sobre as visões de Rio de Janeiro através da literatura – principalmente romances e crônicas do século XIX –, Pechman mostra o esforço feito por autores da época em descrever as mudanças percebidas em relação ao espaço urbano da capital do Império para uma nova classe social que emergia na sociedade carioca. A demanda que partia da Europa em prol de novos hábitos chegava com força ao Brasil, dando lugar aos costumes agarrados ao colonialismo de outrora da capital imperial.

A segunda metade do século XIX foi derradeira para o impulsionamento do início da urbanização com fins de receber as novas exigências do capitalismo industrial ocidental. Diferente dos projetos de urbanização do início do século feitas para acomodação da corte de D. João VI, o que se precisava atender a partir principalmente da década de 1870 era a força da implementação de novas tecnologias sobre o território. Eric Hobsbawm (1979) analisa o início do processo de industrialização na Europa que acabou buscando mercados em países como Brasil – majoritariamente agrário – a partir da expansão do comércio mundial, entre as décadas de 1850/1870. Segundo Hobsbawm, a consolidação do capitalismo industrial a partir da segunda Revolução Industrial é caracterizado pela rápida multiplicação do espaço geográfico da economia capitalista, fazendo com que territórios ao redor do mundo sob influência inglesa se vissem amarrados neste sistema através do fluxo de troca comercial e o conseqüente fluxo de mão de obra humana, que transitava do campo para as áreas urbanas em busca de trabalho (HOBSBAWN, 1979, pp. 49-66). Este trânsito de pessoas foi acelerado através de um dos principais pilares da inserção da sociedade ocidental em uma era de inovações tecnológicas: o investimento em ferrovias se tornou primordial em países que, cada vez mais, buscavam se inserir nesta nova ordem, proporcionando a derrubada de barreiras geográficas e até mesmo de tradições.

No Brasil, a iniciativa de Irineu Evangelista de Sousa, o Barão de Mauá, deu vida à primeira linha férrea do país na década de 1850. O trecho de 14,5 km ligava Guia de Pacobaíba e Raíz da Serra, localidades do atual município de Magé. Em 1883, a via foi estendida até Petrópolis pela Companhia Grão-Pará. Era comum que Dom Pedro II partisse de barca da Praça XV, desembarcasse em Magé uma hora depois e, por meio do trem, chegasse à cidade imperial em meia hora<sup>5</sup>.

Apontamos a ferrovia como um dos principais expoentes de um novo período iniciado na Europa e que chegou nos países da América durante o século XIX para ilustrar como as rápidas mudanças formaram o quadro material que pretendia a modificação dos usos do espaço e do tempo neste período. No Brasil, a estrada de ferro aparece como um fator determinante para a integração nacional rumo ao pretense progresso propagado pelo regime republicano. Em mensagem ao Congresso no primeiro ano de República, o então presidente, chefe do governo provisório, Deodoro da Fonseca afirma:

Cuidamos com maior solícitude do assumpto relativo à viação férrea da República, fazendo-a obedecer a um plano de ligações de todos os Estados Confederados, muitos dos quais, entregues aos seus únicos e minguados recursos, só conheciam do centro a onnipotência que se fazia sentir viva, imperiosa e intransigente nos períodos eleitorais, de cujas urnas obtinha sempre aprovação inconsciente dos seus atos. Cumpre que, além dos fortes, indissolúveis laços morais que nos prendem e que puderam resistir a tantos e tão graves erros, juntamo-nos, igualmente, por eternas e bem temperadas cintas de aço, sobre que manobre a locomotiva em campos de fraternidade econômica, lançando dos seus pulmões esbraseados para o norte e para o sul, para este e para oeste da República o mesmo silvo de vida, de união e de poder<sup>6</sup>.

A afirmativa do então presidente frente ao parlamento republicano deixa claro que a estrada de ferro não só ocupa espaço no imaginário material relativo ao progresso mas, também, como metáfora a ser usada para ilustrar os desejos do novo governo em relação à união do país frente aos possíveis momentos de instabilidades. Isso deixa evidente a relação figurada referente à robustez do ferro e do novo sistema, sendo este o pretense detentor dos novos ares do progresso material e consistente.

---

<sup>5</sup> “Projeto na Alerj pode trazer Estrada de Ferro Mauá de volta à operação”. Consulta feita no site da Casa Fluminense em 26 de Fevereiro de 2019 sobre a revitalização do primeiro trajeto ferroviário do Brasil. Disponível em: <<https://casafluminense.org.br/projeto-na-alerj-pode-trazer-estrada-de-ferro-maua-de-volta-operacao/>>.

<sup>6</sup> Mensagem dirigida ao Congresso Nacional pelo Generalíssimo Manoel Deodoro da Fonseca (chefe do Governo Provisório) em 15 de Novembro de 1890, p. 12. Center for Research Library (CLB), pasta “Presidential Messages”. Disponível em: <<http://www.clb.edu/brazil/>>.



Ademais, tais avanços tecnológicos trouxeram à tona novos hábitos e, conseqüentemente, um novo perfil de classe social que permeou o cotidiano da sociedade brasileira, principalmente a carioca. Estes hábitos, como dito anteriormente, se deram com mais destaque em ambiente urbano. A cidade torna-se, ao mesmo tempo, um palco de sínteses e antíteses dessas expressões que acabaram por influenciar outros ambientes imediatamente ligados à área urbana. Isso nos mostra que não podemos nos furtar de uma análise sobre o ambiente em que se deu essa difusão de novas técnicas – no caso, a cidade –, corroborando que a *Belle Époque* – ou *Bela Época* – não deixou de dispersar suas imposições no cotidiano onde as ruralidades eram majoritárias. Com isso, cabe lançarmos foco sobre as transformações materiais e imateriais que chegaram à corte imperial e, sucessivamente, à capital da República nas últimas décadas do século XIX e nas iniciais do século XX.

A princípio, precisamos entender as especificidades da cidade como espaço. Henri Lefebvre (2001) é quem nos auxilia a perceber que o espaço urbano expressa uma síntese de interesses diversos. Em suas palavras,

[...] a cidade sempre teve relações com a sociedade no seu conjunto, com sua composição e seu funcionamento, com seus elementos constituintes (campo e agricultura, poder ofensivo e defensivo, poderes políticos, Estados etc.), com sua história. Portanto, ela muda quando muda a sociedade no seu conjunto (LEFEBVRE, 2001; p. 51).

As mudanças sociais manifestam-se na cidade. Como dissemos no início do capítulo, uma disposição de cotidianos acaba por dividir o mesmo espaço, o que faz com que o espaço seja moldado por diferentes percepções do mesmo e de diferentes disposições temporais. A cidade passa a expressar, segundo Lefebvre, um meio termo, “a meio caminho entre aquilo que se chama *ordem próxima* e a *ordem distante*”. Tais ordens expressam, respectivamente, “relações dos indivíduos em grupos mais ou menos amplos, mais ou menos organizados e estruturados (relações desses grupos entre eles)” e a “ordem da sociedade regida por grandes e poderosas instituições (Igreja, Estado), por um código jurídico formalizado ou não, por uma cultura e por conjuntos significantes” (LEFEBVRE, 2001; p. 52).

Tal percepção da cidade por parte de Lefebvre entra em harmonia com as percepções de verticalidade e horizontalidade de Milton Santos, as quais vimos também no início do capítulo. Essa aproximação teórica sobre a composição e reformulação da cidade corrobora o necessário para seguirmos acreditando que as expressões sobre o espaço e sobre o tempo são traduzidas nas imposições técnicas e hábitos sobre o meio em que se vive. Não a toa Lefebvre afirma:

Desta forma, a cidade é a obra a ser associada mais com a obra de arte do que com o simples produto material. Se há uma produção da cidade, e das relações sociais na cidade, é uma produção e reprodução de seres humanos por seres humanos, mais do que uma produção de objetos. A cidade tem uma história; ela é a obra de uma história, isto é, de pessoas e de grupos bem determinados que realizam essa obra nas condições históricas (LEFEBVRE, 2001; p. 52).

Portanto, sendo a cidade uma produção histórica, é o local onde enxergamos o tempo objetificado sobre o espaço. E dentro deste espaço, ao dividirem cada pedaço seu, as experiências humanas acabam por ocupar o seu todo. É o que o economista norte-americano Edward Ludwig Glaeser (2011) descreve sobre a cidade: “Cidades significam falta de espaço físico entre pessoas e empresas. Elas representam proximidade, densidade, intimidade. Elas nos permitem trabalhar e jogar juntos, e seu sucesso depende da demanda por conexão física” (GLAESER, 2011; p. 6). Glaeser mostra que a cidade é a expressão de um encontro entre diversos tipos de símbolos, hábitos, vivências e modalidades de negócios justamente pela “falta de espaço físico” entre esses fatores. Ao longo de sua obra, o economista mostra que essa falta de espaço descrita proporciona as oportunidades por estar contido nela o principal motor dessas transformações: o capital humano.

É da cidade que irradia, portanto, as novas tendências a serem levadas em conta por uma sociedade, processo que se deu ao longo de todos os períodos da História. Nela nascem as principais ideias que se materializam em técnicas por concentrarem o poder em suas mais diversas formas. Como descreve Sandra Jatahy Pesavento (2007),

As cidades fascinam. Realidade muito antiga, elas se encontram na origem daquilo que estabelecemos como *os indícios do florescer de uma civilização*: a agricultura, a roda, a escrita, os primeiros assentamentos urbanos. Nessa aurora do tempo, milênios atrás, elas lá estavam, demarcando um traçado, em formato quadrado ou circular; definindo um espaço construído e organizado, logo tornado icônico do urbano — torres, muralhas, edifícios públicos, praças, mercados, templos; a exibir sociabilidades complexas e inusitadas na aglomeração populacional que abrigavam; a ostentar a presença de um poder regulador da vida e de outro ordenador do além, na transcendência do divino. (PESAVENTO, 2007; p. 11).

Pesavento, assim como Glaeser, mostra que a cidade proporciona um terreno fértil para o florescimento de novas ideias que, posteriormente, são objetificadas. Através do trecho destacado podemos perceber que foi através do ambiente citadino que as principais técnicas que revolucionaram a convivência entre seres humanos e entre o ser humano e a natureza foram projetadas.

Tal questão em torno do desenvolvimento da cidade, atrelada ao conceito de civilização, permeou o imaginário da segunda metade do século XIX, intimamente ligada aos projetos de modernidade e progresso. Sendo a França o principal foco de irradiação dessas

novas propostas, tais questões estavam também ligadas à negação de tudo o que não cabia em um plano de sociedade que se projetaria a partir do que se pretendia estabelecer como um novo ideal de civilização europeia e mundial, principalmente na cidade e para a cidade. Segundo Marshall Berman (1986):

A experiência ambiental da modernidade anula todas as fronteiras geográficas e raciais, de classe e nacionalidade, de religião e ideologia: nesse sentido, pode-se dizer que a modernidade une a espécie humana. Porém, é uma unidade paradoxal, uma unidade de desunidade; ela nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambiguidade e angústia. Ser moderno é fazer parte de um universo no qual, como disse Marx, "tudo o que é sólido se desmancha no ar." (BERMAN, 1986; p. 15).

Ao pontuarmos esse trecho descrito por Berman, podemos estabelecer que a chamada *Belle Époque*<sup>7</sup> traduzia o rompimento ou a adaptação com antigos costumes através não só das novas tecnologias, mas também de novos hábitos e experiências. Diante de um desmanche desenfreado da solidez do presente daquele momento, ao mesmo tempo em que a Europa testemunhava o crescimento na crença inabalável sobre o progresso material, por outro lado o continente se deparou com o crescimento das cidades. O êxodo dos campos para os grandes centros urbanos não só ofertou mão de obra para as crescentes indústrias destas áreas, como também proporcionou o desenvolvimento de ocupações "informais", junto com a mendicância, a prostituição e a dependência química.

O fenômeno urbano não era uma exclusividade do século XIX, como observa Francisco Carlos Palomanes Martinho (2011):

A plebe urbana parecia não ter fim. É bem verdade que ela já havia surgido desde a primeira fase da Revolução Industrial, entre as últimas décadas do século XVIII e as primeiras do século XIX. Mas nunca havia sido tão grande em magnitude, nem tão diversos os seus tipos, nem crescera de modo tão acelerado como agora (MARTINHO, 2011; p. 185).

O inchaço demográfico das cidades europeias marca a tendência pela qual seguiriam os centros urbanos ao redor do planeta que sofriam diretamente influência dos centros urbanos dos países europeus onde se desenvolvia tal fenômeno, relacionado às Revoluções Industriais. Vale lembrar que o Império Britânico dominava boa parte das rotas comerciais e os principais

---

<sup>7</sup> "Belle Époque, segundo Renato Ortiz, na obra "**Cultura e Modernidade: a França do século XIX**" (1991), é o momento em que a França se torna uma sociedade moderna. Seria, esta, um refluxo de uma época, que, ao mesmo tempo, que trazia o fim de uma civilização, portava os germes da que, a partir dali, nascia a nova sociedade francesa. A ideia de uma Idade de Ouro só veio posteriormente, os que ali viviam não entendiam dessa forma, mas como um momento de declínio. *Apud* JÚNIOR, Sérgio Luiz M.; FERNANDES, Tabatha de Farias. A Belle Époque Brasileira: as transformações urbanas no Rio de Janeiro e a sua tentativa de modernização no século XIX. In. **Revista História em Curso**. Belo Horizonte: vol. 3, nº 3, 1º sem. 2013, p. 20.

territórios de comércio de manufaturas e matéria-prima espalhados pelo planeta, principalmente por ser nesta conjuntura que se inicia uma corrida de exploração colonialista europeia na África e na Ásia.

A partir desse processo histórico, como observa Joel Kotkin (2012), os rumos das cidades da Ásia, América Latina e África não mais eram definidos por imperadores, sultões ou potentados locais, mas por banqueiros europeus e oficiais do governo. Tal expansão das cidades pós-coloniais ocorreu sem um correspondente aumento de riqueza ou poder, sendo para as pessoas de origem rural os centros urbanos locais que oferecem o mínimo de serviço público básico (KOTKIN, 2012; pp. 176-181). A “exportação” do modelo de cidade industrial do século XIX conjuga fatores que exigiam adequação de espaço e costumes locais. Essa modernidade pesada<sup>8</sup>, pronta para se estabelecer em um território e torná-lo funcional para suas necessidades, transborda dos países centrais do capitalismo industrial – principalmente da Inglaterra – para alcançar países dispostos na periferia do sistema, como foi no caso do Brasil.

Entre 1870 e 1914 ficou estabelecido o período temporal que encerrou a *Belle Époque*. O fim de um mundo ideal traduzido no materialismo das inovações tecnológicas do período se deu o início da Primeira Guerra Mundial. No Brasil, essa “Bela Época” ficou caracterizada pelo início do declínio do império de D. Pedro II. Republicanos influenciados por vertentes liberais norte-americanas e princípios pautados na Revolução Francesa mediam força no cenário político nacional em prol da derrubada do imperador. Também no jogo político, partidários do positivismo pleiteavam a imposição de uma ditadura republicana, fortemente fincada na técnica e em uma constituição.

Diversos fatores levaram ao golpe de 15 de Novembro de 1889 que instaurou o sistema republicano no país. No campo social, as crescentes inovações que chegavam ao conhecimento principalmente de uma burguesia que se baseava nas modas marcadamente urbanas europeias – francesas, de forma geral - começavam a moldar os costumes antes fincados no cotidiano bucólico escravocrata. Sobre as novas exigências dessa “bela época”, camadas sociais divergentes começavam a disputar o espaço que, por sua vez, serviu de palco para o implante dessas novas modalidades de convívio – no caso, a cidade.

O avanço das demandas sociais pelo fim do trabalho escravo foi um dos marcos de desgaste de uma velha ordem que dominava o imaginário social. Apesar de as oligarquias

---

<sup>8</sup> Segundo Zygmunt Bauman, a modernidade pesada foi uma modernidade obcecada pelo volume, “uma modernidade do tipo ‘quanto maior, melhor’, ‘tamanho é poder, volume é sucesso’”, dependente da expansão e da fixação em um território. Ver BAUMAN, Zygmunt. Op. cit., pp. 144-148.

escravocratas serem a maioria no campo político nacional desde os princípios dos marcos coloniais da América portuguesa, as pressões externas para selar o fim do suplício do uso de mão de obra humana escravizada ganha força principalmente nas últimas duas décadas do Império. Como observa Jurandir Malerba (1999),

A extinção do tráfico negreiro causou mais que um surto de crescimento momentâneo. As sessenta e duas novas indústrias, catorze bancos, três caixas econômicas, vinte companhias de navegação a vapor, vinte e três de seguros, quatro de colonização, três de transporte urbano e oito de estradas de ferro, entre outras, marcaram o início de uma fase de expansão que mudaria sensivelmente a vida material do Brasil até o fim do regime (MALERBA, 1999; p. 123).

Malerba observa que com o fim do trabalho escravo uma nova configuração é posta em vigência sobre o país. Novas técnicas, portanto, traduziam os novos tempos que chegavam ao Brasil após 1888. A concentração de capital na província do Rio de Janeiro, então capital do país, favoreceu a reconfiguração do espaço da cidade. Como principal porto do Atlântico sul, o Rio de Janeiro figura como uma das mais importantes cidades nas rotas marítimas e comerciais. Com o declínio da atividade cafeeira – principal produto econômico do Império – e do trabalho escravo, as oligarquias fluminenses começaram a abrir espaço de investimento econômico em outras atividades e diversificar a mão de obra. Nessa transição de sistemas políticos, contudo, não podemos deixar de trazer para o debate a pesquisa historiográfica clássica feita por Emilia Viotti da Costa (1999) sobre as áreas urbanas e suas finalidades entre tais regimes.

A comunicação feita por Emilia Viotti da Costa sobre urbanização no Brasil durante o século XIX foi apresentada em 1970 em conferência do Centro de Estudos Latino-americanos da Universidade de Wisconsin. Retirado de uma obra formada por artigos da historiadora selecionados e escritos em diferentes períodos<sup>9</sup>, este especificamente trata do processo de transição pelo qual passou as áreas urbanas brasileiras até a chegada do sistema republicano.

Sobre o papel político-administrativo dos centros urbanos no Brasil durante o século XIX, Viotti afirma serem “frequentemente palco de lutas de famílias”, funcionando “como extensão do domínio do grande proprietário rural” (COSTA, 1999; p. 237). Com o passar dos anos, os detentores do capital que circulava na província - grandes fazendeiros e seus herdeiros - acabaram sendo seduzidos pela cidade. Avançando sobre as afirmações de Emília Viotti, podemos destacar o seguinte trecho:

---

<sup>9</sup> Ver obra “**Da Monarquia à República: momentos decisivos**”. São Paulo: Fundação Editora Unesp, 6º ed., 1999.

À medida que os fazendeiros se mudaram para os grandes centros, cresceu a tendência em promover melhoramentos urbanos. Aumentou o interesse pelas diversões públicas, a construção de hotéis, jardins e passeios públicos, teatros e cafés. Melhorou o sistema de calçamento, iluminação e abastecimento de água. Aperfeiçoaram-se os transportes urbanos. O comércio urbano ganhou novas dimensões, bem como o artesanato e a manufatura. O processo foi favorecido pelo interesse que o capital estrangeiro teria nesse tipo de empreendimentos urbanizadores (COSTA, 1999; p. 256).

Mais uma vez, a cidade aparece como catalisadora de experiências através da concentração de capital e dos desdobramentos de seu investimento no espaço. Em um primeiro momento, ela é palco de disputas de forças externas ao seu perímetro. Posteriormente, ela é moldada para que aqueles que a disputavam pudessem desfrutar de seus ares e difusão de novas técnicas que passavam a circular. A historiadora deixa claro o encontro de setores sociais diferentes quando mostra, por exemplo, que a abolição do trabalho escravo e a proclamação da República resultaram de uma ação conjunta dos grupos urbanos, aliados aos grupos mais progressistas das zonas rurais (COSTA, 1999; p. 264). Desta forma, a cidade traduz um espaço de divergências e convergências de interesses múltiplos, sintetizando tais confrontos e encontros através das camadas dessas influências em forma de técnicas e tecnologias, materiais e imateriais.

As artes também retrataram o avanço das tecnologias que moldavam costumes sobre a cidade. Encenada pela primeira vez em 1897, a peça de Artur Azevedo *A Capital Federal*, mostra como tais transformações refletiram na cidade e fizeram dela um espaço de exibição de modernidades. A personagem gerente do hotel relata no início da segunda cena:

Não há mãos a medir! Pudera! Se nunca houve no Rio de Janeiro um Hotel assim! Serviço elétrico de primeira ordem! Cozinha esplêndida, música de câmara durante as refeições da mesa-redonda! Um relógio pneumático em cada aposento! Banhos frios e quentes, duchas, sala de natação, ginástica e massagem. Grande salão com um *plafond* pintado por artistas! Enfim, uma verdadeira novidade!<sup>10</sup>

O trecho da peça de Artur Azevedo mostra o tom pelo qual seguiu a modernização do Rio de Janeiro. Separada por quase 40 anos da obra de Joaquim Manoel de Macedo, fica perceptível através da descrição de ambos sobre as mudanças que o espaço da cidade sofreu. Macedo fala, por exemplo, de luz a gás; Azevedo fala em serviço elétrico. Ambos convergem na modificação da contagem do tempo, tendo o aparente progresso material proporcionado a extensão do dia até meia-noite, na fala de Macedo, e a imagem do relógio pneumático, na escrita de Azevedo.

---

<sup>10</sup> AZEVEDO, Artur. **A Capital Federal**. Rio de Janeiro: Ediouro. Texto proveniente da Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro. Disponível em: <<http://www.bibvirt.futuro.usp.br>>.

Ao longo desta discussão pudemos perceber a emergência de novas pretensões e usos da cidade a partir de projeções materiais sobre ela. Isso teria, portanto, refletido não só em moldes de novas atitudes sociais, como também políticas, sendo a maior expressão desse encontro de novos modos de vida a proclamação da República. Passemos, então, a uma análise mais detalhada sobre as intervenções sobre o espaço urbano do Rio de Janeiro

## 1.2 O Rio de Janeiro enquanto *city beautiful*

Para muitos que compunham a burguesia de mentalidade cidadina, obrigados que eram a enfrentar a crescente heterogeneidade étnica e cultural e a intensificação do perigo de desordem, o problema parecia resumir-se na preservação do tecido social urbano (HALL, 2007; p. 250).

Peter Hall (2007) descreve de forma clara o desejo da crescente burguesia urbana do período de intensa urbanização que influenciou na expansão espacial e demográfica das cidades. O progresso propagandeado pelas políticas de expansão industrial, em conluio com Estados-nação do século XIX, chegam às primeiras décadas do século XX exigindo as reformas urbanas necessárias para o fluxo desimpedido de um novo planejamento econômico. Como resultado desse planejamento projetado a partir de interesses supranacionais, grande parte da população da cidade é marginalizada, principalmente homens e mulheres, nacionais e imigrantes, pobres e ex-escravizados. O processo da constituição de uma *city beautiful*, marcante no processo de exteriorização dos modelos de cidade pretendidas pelo capital industrial do período, acentua-se no Rio de Janeiro a partir das já intensamente pesquisadas reformas do prefeito engenheiro Francisco Pereira Passos e do então presidente da República, Rodrigues Alves.

Como dito ao longo destas linhas, a cidade sofria interferências em todos os seus sentidos para acomodar um crescimento demográfico acelerado e a emergência de uma nova classe que visava os desfrutes da modernização. Apesar de Paris ser o referencial dessa emergente classe burguesa urbana da Belle Époque, o nascimento do modernismo urbano traduzido na *Ringstrasse* de Viena foi o fio condutor dessa nova condição de modelo de cidade. Nas palavras de Carl Schorske (1988), tal projeto foi a expressão de valores de uma classe social:

Para o desenvolvimento municipal, havia outras coisas além da projeção dos valores no granito e no espaço. Os liberais que governaram Viena dedicaram alguns de seus esforços mais bem-sucedidos à tarefa técnica, sem expressividade dramática, que permitiu à cidade acomodar, em condições razoáveis de saúde e segurança, uma população em rápido crescimento. Desenvolveram com uma presteza notável aqueles serviços públicos comuns às metrópoles modernas em expansão por todo o mundo (SCHORSKE, 1988; p. 44).

Dentro do contexto destacado por Schorske, as reformas foram o resultado de uma narrativa que permeou o debate sobre políticas públicas desde as primeiras décadas do século XIX. A narrativa sobre uma cidade apta a ser apresentada como um ambiente sadio, pronto para sua inserção em tempos modernos, insere a Medicina no debate sobre a urbanização. Richard Sennett (2008) nos permite observar alguns elementos sobre essas aplicações da Medicina sobre o espaço urbano.

Segundo Sennett, a percepção do funcionamento da cidade como um corpo humano tem suas raízes na compreensão do próprio corpo humano. Essa compreensão coincide com o advento do capitalismo moderno, “contribuindo para o nascimento de uma grande transformação social: o individualismo”. Além do individualismo, Sennett caracteriza o ser humano moderno como sendo, “acima de tudo, um ser humano móvel” (SENNETT, 2008; p. 213). O sociólogo aponta as observações de Adam Smith, que, por sua vez, em sua obra clássica *A Riqueza das Nações*, reconhece que a descoberta de William Harvey<sup>11</sup> sobre a circulação do sangue levaria ao livre mercado e suas prerrogativas de liberdade de circulação de bens e capital.

A aplicação das observações de William Harvey ganhou força no Iluminismo do século XVIII e influenciaram as expectativas dos planos urbanísticos ao redor do mundo. A individualidade influencia na projeção dos projetos urbanísticos onde os corpos devem ficar separados e não amontoados, justamente para proporcionar a circulação dos ares. Sennett afirma:

Esse paradigma de corrente, saúde e individualidade corporal mudou as relações entre os corpos e o ambiente humano. (...) A cidade que começava a surgir no século XVIII ajudaria a reprodução desse paradigma num quadro de convivência saudável (SENNETT, 2008; p. 218).

A questão do diálogo entre Medicina e Urbanismo acaba por gerar uma preocupação com os amontoados humanos que, como dito anteriormente, formavam o corpo social da

---

<sup>11</sup> Segundo Sennett, o surgimento da obra de William Harvey, *De motu cordis*, em 1628, “deu partida numa revolução científica que mudou toda a compreensão do corpo – sua estrutura, seu estado de saúde e sua relação com a alma – dando origem a uma nova imagem modelo”. SENNETT, Richard. *Ibidem*.



expansão urbana. A cidade, portanto, passa como na alegoria do livro de Richard Sennett, a ser uma composição de “carne e pedra”.

Como nos mostra mais uma vez Robert Pechman, a literatura acadêmica liderada pela Medicina pautou as novas percepções sobre a cidade desde a década de 1820:

As teses sobre a Cidade do Rio de Janeiro, defendidas na Faculdade de Medicina, a partir de 1820, são os melhores exemplos desse processo de “invenção” da cidade. Os próprios títulos das teses já indicam a tentativa de inscrição do urbano no mundo social. Repara-se nos títulos: *Os Morros do Castelo e Sto. Antônio São Úteis ou Nocivos à Saúde Pública* (1853); *Existe, Quimicamente Falando, Diferença entre o Ar do Campo e o Ar da Cidade?* (1853); *Da Prostituição no Rio de Janeiro e sua Influência Sobre a Saúde Pública* (1869); *Da Topografia e da Climatologia da Cidade do Rio de Janeiro* (1877); *Das Emanações Palustres* (1876); *Algumas Considerações Acerca das Vestimentas* (1849); *Topografia Físico-Médica da Cidade do Rio de Janeiro* (1852); *Do Atual Sistema de Esgotos da Cidade do Rio de Janeiro* (1875), etc. (PECHMAN, 1999; p. 163).

Deste modo, a cidade do Rio de Janeiro, enquanto centro de poder, passaria a representar a vitrine das novas tendências urbanísticas mundiais elencadas principalmente pela Medicina. A cidade precisaria mostrar-se saudável, assim como o corpo humano. E para se apresentar assim, um combinado de saberes daria aval sobre medidas arbitrárias por parte do poder público.

Pouco tempo depois do golpe que levou à derrubada da Monarquia em 15 de Novembro de 1889, a sociedade carioca observou a ampliação em larga escala de novos grupos econômicos que surgem a partir do chamado Encilhamento, quando o então Ministro da Fazenda, Rui Barbosa, aumenta a circulação de dinheiro e amplia a concessão de créditos. Tal iniciativa, na afirmação de Nicolau Sevcenko (1983), promove a queima de fortunas seculares, transferidas para as mãos de um mundo de desconhecidos por meio de negociatas escusas (SEVCENKO, 1983; pp. 25-26). Às elites do Império não mais pertencia a exclusividade do poder, que neste momento começa a ser disputado por uma nova classe emergente, enriquecendo através da abertura de empresas, jogos, empréstimos e diversos outros meios: a burguesia urbana entra em cena na disputa do poder.

O turbilhão social proporcionado pelo advento da República tampouco deixa intacto o quadro político dependente do novo regime. André Nunes de Azevedo (2016) mostra que através do Encilhamento o Rio de Janeiro tornou-se uma praça propícia ao surgimento de indústrias, principalmente na década de 1880, quando as principais fábricas começam a ser estabelecidas na cidade e em seus arredores. Neste diálogo intenso entre poder público e poder privado, Azevedo aponta o Clube da Engenharia como um dos grupos que, de ali em

diante, se tornaria o principal foco de políticas que, com as propostas de teses do campo da Medicina, passariam a reger o ritmo de andamento das decisões na cidade:

Conscientes das vantagens advindas do relacionamento econômico entre o Estado e o capital privado que a República inaugurara, os engenheiros buscaram delimitar o seu campo de atuação a fim de usufruir das oportunidades oferecidas pelo poder público. O Clube da Engenharia era a principal instituição incumbida de cumprir este intuito (AZEVEDO, 2016; p. 99).

Diferente do ideal de civilização partindo da manutenção dos costumes propagado pelo Império, a República abre espaço para a imposição da ideia de progresso ligada ao material. É nesse contexto onde se movimentariam os engenheiros do Clube da Engenharia:

[...] os engenheiros faziam gestões junto ao Parlamento brasileiro, criavam eventos, organizavam estudos, seminários e debates, além de produzirem uma série de discursos que buscavam ampliar o espaço de atuação do engenheiro na cidade. [...] Assim, uma das dimensões da luta dos engenheiros brasileiros associados ao Clube de Engenharia era a luta pelo reconhecimento do espaço que a administração técnica deveria ter na sociedade brasileira (ibidem; p. 99).

É desse quadro de novos notáveis que surge nomes como o de Francisco Pereira Passos, o prefeito que leva a cabo a reformulação do espaço urbano durante sua gestão, entre 1902 e 1906. O Clube de Engenharia também abrigou outros quadros relevantes na discussão das reformas urbanas e que seguiram carreira na política carioca, como no caso do engenheiro Paulo de Frontin, que se tornou prefeito da cidade em 1919. Entretanto, não nos é válido aprofundar aqui o debate sobre o tema, já que foi discutido em numerosa historiografia.

Este complô entre diferentes forças que se arrastou durante a segunda metade do século XIX no Rio de Janeiro, sob forte influência das tendências europeias, não só desenvolve um novo perfil de cidade que seria o palco de apresentação de uma nova ordem política, mas também de um novo quadro social. José Murilo de Carvalho (1987) aponta a cidade como sendo o grande ponto de inflexão de “quebra de valores antigos”:

O pecado popularizou-se, personificou-se. [...] o engano, a sedução, a exploração, a mutreta, o tribofe, enfim, aparecem encarnados em pessoas muito reais e possuem até mesmo certo charme. Entre jogadores, cocotes, bons vivants, fraudadores de corridas, proprietários exploradores, perde-se a virtude da família interiorana. [...] *Se do ar da cidade medieval se dizia que tornava livre social e politicamente, do ar do Rio pode-se dizer que libertava moralmente* (CARVALHO, 1987; p. 27-28, grifo meu).

Para espelharmos a afirmação de Carvalho com as transformações morais do espaço urbano com o advento da República, cabe aqui expormos as preocupações com a ordem

pretendida pelo novo regime. O documento de exposição do Ministério da Justiça, que em 1889 descrevia a situação moral que já se arrastava pela capital do país, deixa claro o quanto se fortaleceram as classes que se valiam de negócios à margem da pretensa ordem:

Mantida a ordem, sem o sacrifício de uma vida ou necessidade do emprego de meios extraordinários, urna tarefa se impunha à polícia republicana, para a qual a da monarquia assaz demonstrada deixou a sua impotência: a de expurgar esta capital dos fermentos de turbulência e corrupção dos costumes. Duas classes de homens, igualmente funestos à sociedade, os vagabundos e os exploradores da prostituição, tinham conseguido, à sombra da tolerância ou incúria, organizar associações e empresas, que nos últimos tempos eram já objeto de preocupação constante do governo da monarquia.<sup>12</sup>

O documento apresentado nos mostra que a passagem da Monarquia para a República ocorrera de modo pacífico e dentro da ordem pretendida (“Mantida a ordem, sem o sacrifício de uma vida ou necessidade do emprego de meios extraordinários...”). Apesar disso, e como um contraponto entre os dois regimes, o ministro deixa claro que a desordem e a corrupção moral se estabeleciam com a permissividade e a frágil fiscalização do governo imperial, quando aponta duas classes que se fortaleciam no submundo da corte imperial - “os vagabundos e os exploradores da prostituição”.

Em manifesto inaugural de seu governo, em consonância com o fluxo imigratório, o então presidente Rodrigues Alves (1902-1906) considera importante a entrada do trabalhador estrangeiro no país. Contudo, em vista deste fluxo, o presidente afirma:

Confio grandemente na ação do trabalhador estrangeiro, que nos tem trazido a energia de sua atividade e em várias zonas da República é conhecida e louvada a influência do seu concurso fecundo para o desenvolvimento de nossas variadas produções (...) Aos interesses da imigração, dos quais depende em máxima parte o nosso desenvolvimento econômico, prende-se a *necessidade do saneamento desta capital*, trabalho sem dúvida difícil porque se filia a um conjunto de providências, a maior parte das quais de execução dispendiosa e demorada. *É preciso que os poderes da República, a quem incumbe tão importante serviço, façam dele a sua mais seria e constante preocupação*, aproveitando-se de todos os elementos de que puderem dispor para que se inicie e caminhe. *A capital da República não pode continuar a ser apontada como sede de vida difícil, quando tem fartos elementos para constituir o mais notável centro de atração de braços, de atividades e de capitais nesta parte do mundo.*<sup>13</sup> (grifos meus)

A “necessidade do saneamento” da capital pretendia não só inserir o Rio de Janeiro no eixo do capital industrial do período como, também, deixar de lado a ideia de ser um local de

<sup>12</sup> Exposição apresentada ao chefe de governo provisório da República dos Estados Unidos do Brasil (publicado em 1891) pelo Ministro da Justiça Manoel Ferraz de Campos Salles, p. 11. CLB, pasta “Ministerial Reports” (1825-1928).

<sup>13</sup> Manifesto Inaugural de Francisco de Paula Rodrigues Alves, pp. 11-12. CLB, pasta “Presidential Messages”.

“vida difícil”, atraindo cada vez mais braços e “capitais”. A materialização do ideal de progresso no discurso de Rodrigues Alves em relação ao porto da cidade deixa claro que deveria ser colocado de lado a imagem antiga da cidade turbulenta, propensa à vida difícil. O presidente continua, ao mostrar que as reformas urbanas refletiriam no operário o ideal de ordem:

Os serviços do melhoramento do porto desta cidade devem ser considerados como elementos da maior ponderação para esse empreendimento grandioso. Quando se consumarem, poder-se-há dizer que a capital da República libertou-se da maior dificuldade para o seu completo saneamento e o operário bem dirá o trabalho que lhe for proporcionado para fim de tanta utilidade.<sup>14</sup>

Apesar de tais esforços, a Literatura da época, mais uma vez, nos alimenta com sua descrição através dos olhos de cronistas. Através da perspectiva de João do Rio podemos perceber que o Rio de Janeiro, após o seu processo de transformação estética na *city beautiful* pretendida pelos donos do poder, escondia em suas ruas um outro estilo de vida para além dos desfiles das últimas modas da Europa e das vitrines suntuosas das lojas que estampavam o cenário público. As ruas da “Cidade Maravilhosa”, que ilustrava cartões-postais e cuja propaganda da administração municipal descrevia a harmonia entre cidade e natureza no livro oficial do censo de 1906<sup>15</sup>, possuíam uma “alma encantadora”.

O livro do cronista foi lançado pela primeira vez em 1908. De acordo com o prefácio de Jean Pierre Chauvin, as crônicas do livro tratam “com rara benevolência e nula piedade as afetações, maneiras e achaques de uma sociedade composta de arrivistas, e assinalada pelo franco deslumbramento perante as novas modas e costumes de buquê europeu”<sup>16</sup>. As crônicas de *A Alma Encantadora das Ruas* descrevem aspectos da vida nas ruas do Rio de Janeiro durante a primeira década do século XX. Através dos capítulos dispostos na obra podemos ter

---

<sup>14</sup> Ibidem, p. 12.

<sup>15</sup> Destaco o trecho relativo a exaltação da paisagem natural da cidade vista da Baía da Guanabara: “A bahia de Guanabara é sem contestação a mais bella do mundo. A entrada, em que avultam ilhéos abruptos, é talhada em rocha viva, e dá passagem aos maiores navios. A bocca tem mil e quinhentos metros de largura; transposta a barra, o viajante vê-se no seio de um immenso golfo, ou de um quasi mar mediterraneo, cuja circumferencia é de cerca de 45 milhas, e que é dividido em duas bacias – a de Botafogo e a de Jurujuba. Ao norte da cidade, as águas se accumulam n’uma angra oval de 30 a 36 kilometros de comprimento sobre 18 a 24 de largura, semeada de ilhas e circumdada de altas montanhas. Dessas montanhas, algumas terminam em picos negros e escavados; todas têm as faldas cobertas de uma vegetação opulenta e cerrada, e formam um amphitheatro de rara majestade, cujo aspecto grandioso assombra e maravilha.”. Disponível na Biblioteca do IBGE pelo link <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv49678.pdf>>. (grifos meus, pp. XXXV e XXXVI).

<sup>16</sup> DO RIO, João. *A Alma Encantadora das Ruas*. São Paulo: Martin Claret, 2º ed., 2013, p. 7.

noção da efervescência de vida dessas novas classes sociais e de hábitos que inundavam o espaço público da então capital federal.

Para além das vitrines das lojas, onde era exposta a moda; para além dos cafés que se tornaram o novo ponto de encontro de intelectuais e burgueses, João do Rio descreve as múltiplas faces da rua. O cronista descreve que a rua tem serventia para as diversas classes sociais que dela se aproveitam para circular pela cidade. Quando afirma buscar um significado para a rua nas enciclopédias, João diz que nelas a rua era apenas “um alinhamento de fachadas por onde anda as povoações”. E segue, mostrando uma outra face, mais orgânica, nada técnica, da rua:

Ora, a rua é mais do que isso: a rua é um fator da vida das cidades; a rua tem alma! [...] Os desgraçados não se sentem de todo sem o auxílio dos deuses enquanto diante dos seus olhos uma rua abre para outra rua. A rua é o aplaudo dos mediócrs, dos infelizes, dos miseráveis da arte (DO RIO, 2013; p. 20).

As linhas de João do Rio ilustram uma sociedade que partia em busca de aproveitar os novos tempos expressados no espaço urbano. A nova cidade convocava para fora da clausura colonial principalmente as moças das famílias abastadas, convidando-as a aproveitarem os novos ares da cidade. As grandes avenidas tornam-se passarela para o vai-e-vem da diversidade de almas que formavam a “alma encantadora das ruas”.

João do Rio expressa bem os dois lados dessa nova era. Mostra, por exemplo, “o que se vê na rua” em uma sequência de crônicas sobre as atividades que eram desempenhadas nela: pequenas profissões - “o Rio tem também suas pequenas profissões exóticas, produto da miséria ligada às fábricas importantes, aos adelos, ao baixo comércio” (ibidem; p. 44) -, tatuadores, vigaristas, músicos ambulantes, presepes, velhos cocheiros etc. Além das pequenas profissões que têm na rua seu sustento, também descreve a miséria através das crônicas que expõem a prostituição - “mariposas de luxo” -, trabalhadores da estiva, a fome, mulheres mendigas etc.

Fica claro na obra de João do Rio que as reformas do espaço urbano proporcionaram o encontro de diversos mundos sociais durante a “bela época” carioca. Apesar de manter na cidade o ponto de ebulição destas camadas, não podemos esquecer que o embelezamento da cidade também afastou do núcleo urbano os indesejados pelo novo sistema. É o que afirma Henri Lefebvre quando diz que:

Os violentos contrastes entre a riqueza e a pobreza, os conflitos entre os poderosos e os oprimidos não impedem nem o apego à Cidade, nem a contribuição ativa para a

beleza da obra. No contexto urbano, as lutas de facções, de grupos, de classes, reforçam o sentimento de pertencer (LEFEBVRE, 2001; p. 13).

Pertencer à modernidade, portanto, neste contexto, estaria ligado ao sentido de pertencimento em um espaço urbano, onde os contrastes caminhavam lado a lado pelas ruas, exibiam-se novas modas, novos hábitos, símbolos e experiências. É assim que as tecnologias de transportes que chegaram à cidade proporcionaram a expansão da urbanização município à dentro: os subúrbios – outrora arrabaldes – foram os territórios que se formaram e se reformaram a medida que o processo de crescimento demográfico assolou o Rio.

### 1.3 Entre ruralidades e urbanidades: os subúrbios cariocas na Belle Époque

Não só o espaço da cidade foi revirado pelas reformas mencionadas até aqui: seus subúrbios passaram pelo mesmo processo, tanto no campo conceitual, quanto no campo físico. Para pensarmos dois momentos relativos aos subúrbios da capital e compararmos devidamente continuidades e mudanças no espaço, fontes oficiais e de imprensa podem nos ajudar a pensar o que, a princípio, poderiam ser os subúrbios cariocas, e também as continuidades e rupturas de seu perfil dentro dos períodos propostos.

O livro de recenseamento da então capital federal, de 20 de Setembro de 1906<sup>17</sup>, traz uma introdução sobre a história da cidade, tendo como seu clímax as reformas do prefeito Pereira Passos. A exaltação ao engenheiro, seus feitos sobre o espaço urbano carioca e as paisagens naturais e urbanas do Distrito Federal através das figuras e texto dispostos no material deixam claro o quanto o livro não só guarda dados referentes à cidade como também trazem um perfil panfletário do prefeito.

Os subúrbios aparecem no livro de recenseamento quando é descrita o tamanho e as características da área urbana, deixando especificada a distinção entre as zonas de habitação:

A área urbana corresponde a 158km<sup>2</sup>3160; e a de todo o Distrito Federal excede a 1.116 quilômetros quadrados. Se atendermos a que a área urbana de Viena da Áustria, uma das cidades mais importantes da Europa, é de 178 quilômetros quadrados, não é exagero dizer que o Rio é uma das maiores cidades do mundo. *E é preciso notar que as edificações na zona suburbana aumentam de dia em dia, estando já à longa faixa de terra servida pela Estrada de Ferro Central, da Praça de*

---

<sup>17</sup> Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv49678.pdf>>.

República a Todos os Santos (mais de 10 quilômetros), *transformada n'uma verdadeira cidade suplementar, cheia de fábricas e residências*.<sup>18</sup>

Importante notarmos alguns pontos sobre a questão do que, naquele momento, era tido como subúrbio da cidade, começando pela definição bem demarcada do espaço urbano e do espaço suburbano. Além da extensão do espaço geográfico descrito no texto, as características de cada espaço quando se estabelecem um paralelo entre uma estagnação territorial – quando se estabelece a comparação entre Rio e Viena – e o movimento de ocupação das áreas suburbanas, que “aumentam de dia em dia”.

Além desta comparação, a ligação com o fato de a zona suburbana guardar aspectos de uma “cidade suplementar” reside na constituição residencial que se desenvolve sobre o terreno e no estabelecimento de fábricas, o que é importante, naquele momento, para os ideais de progresso e civilização já descritos anteriormente.

Apesar de a ferrovia aparecer como um importante elemento de constituição das zonas suburbanas – o que é tido como principal elemento até os dias de hoje -, o trecho destacado limita o espaço suburbano a uma faixa de 10 km, da Central ao bairro de Todos os Santos. Se um documento oficial do governo municipal destaca apenas essa extensão geográfica como zona suburbana, podemos fazer um contraponto com o que dizem alguns jornais locais de bairros da então capital que ficam além de Todos os Santos, começando por já existir no ano de 1901 o *Echo Suburbano*, assinado por Ernesto de Nogueirol, com sede no bairro do Engenho de Dentro (que, em relação à Estação Central, no sentido à hinterlândia, fica após Todos os Santos).

Ernesto de Nogueirol, no primeiro número de seu jornal, já nos deixa registrado que a preocupação com os subúrbios a partir da criação da imprensa local é anterior às suas publicações:

É certo que já temos tido alguns jornais suburbanos; mas, ou pela falta da verdadeira compreensão dos seus reais deveres, ou pela falha do lucro imediato que imaginavam, ou por outra qualquer circunstancia que não nos é licito esmerilhar, apareceram como meteoros deixando como que ofuscados pelo seu brilho efêmero aqueles que os contemplaram.<sup>19</sup>

O trecho nos mostra que o desejo de comunicação sobre a zona denominada suburbana é anterior ao estabelecimento da demarcação territorial feita pelo documento da prefeitura da

---

<sup>18</sup> Recenseamento do Rio de Janeiro, p. XL.

<sup>19</sup> O *Echo Suburbano*, ed. 1, 1901, p.1.

capital. As palavras de Ernesto de Nogueirol deixam claros indícios de um interesse de identidade local a ponto de se constituírem veículos de comunicação a nível local, mesmo que tenham tido vida breve.

Para um breve levantamento sobre as questões relativas às definições do que seriam os subúrbios, podem ser explicitadas o que o urbanista Rodrigo Bertamé (2016), em sua pesquisa sobre as possíveis ressignificações do topônimo “subúrbio carioca” através dos afetos, traz à tona. Partindo de dois decretos municipais posteriores à administração de Pereira Passos, Bertamé afirma:

O uso político-administrativo do topônimo Subúrbio na cidade do Rio de Janeiro ocorre no início do século XX. A primeira legislação que o inclui como uma divisão administrativa da cidade do Rio de Janeiro é o Decreto no 1.594, de 15 de abril de 1914. O topônimo, porém, se consolida a partir do Decreto no 1.185, de 5 de janeiro de 1918. Ambos os decretos estabeleceram na cidade um zoneamento que a subdividia em três categorias: a Zona Urbana, a Zona Suburbana e a Zona Rural. O topônimo, por sua vez não era uma palavra, estranha na cidade (BERTAMÉ, 2016; p. 33).

O diálogo entre os trechos relativos aos subúrbios tirados do livro de recenseamento, do jornal *O Echo Suburbano* e da pesquisa de Rodrigo Bertamé mostra o quanto seria difícil definir um conceito fechado sobre o que seria o subúrbio carioca, uma vez que as definições oficiais da administração pública não estão em comum acordo com os afetos relativos às expressões da própria população. Caberia, portanto, usarmos de ferramentas específicas de comparações entre definições oficiais e não-oficiais, definindo em qual campo (social, político, econômico, cultural, mental, afetivo etc) seria aplicado a análise do conceito.

Os desdobramentos do que o Recenseamento de 1906 já mostrava, descrito no crescimento “dia em dia” das áreas suburbanas – ou “periféricas” - apontam uma cidade já com sua malha urbana sendo tecida e muito maior do que 10 km, principalmente contando com as áreas rurais. Percebemos através do mesmo Recenseamento que o crescimento demográfico que apontava um fluxo natural para os subúrbios favoreceu decretos municipais para o estabelecimento da distinção entre as áreas urbanas e suburbanas. O documento mostra o crescimento populacional das áreas suburbanas em números expressos na Tabela 1:



Tabela 1 – Números sobre a expansão demográfica das áreas suburbanas em relação à expansão urbana do Rio de Janeiro

Freguesias	1890	1906	Total de crescimento	%
Irajá	13 130	27 410	14 280	108,76
Jacarepaguá	16 070	17 265	1 195	7,44
Inhaúma	17 448	68 557	51 109	292,92
Guaratiba	12 654	17 928	5 274	41,68
Campo Grande	15 950	31 248	15 298	95,91
Santa Cruz	10 954	15 380	4 426	40,41
Ilha do Governador	3 991	5 616	1 625	40,71
Paquetá	2 709	2 283	-426	-15,73
<b>Pop. Subúrbios</b>	92 906	185 687	92 781	50,03
<b>Pop. Total da Cidade</b>	522 651	811 443	288 792	55,26

Fonte: Recenseamento do Distrito Federal, 1906.

Através da tabela podemos verificar que o crescimento demográfico total de 50,03% das áreas suburbanas são encabeçadas pelas freguesias de Inhaúma, Irajá e Campo Grande. As duas primeiras são geograficamente imediatas e mais próximas da então cidade do que a terceira, que neste período era marcadamente rural. Sobre a freguesia de Campo Grande desdobraremos a análise adiante.

Segundo o mesmo Recenseamento, “o progresso comercial da cidade e as grandes obras que nela têm sido feitas determinaram, portanto, consideráveis deslocamentos de sua população”<sup>20</sup>. Enquanto os subúrbios cresciam pouco mais de 50%, o Distrito Federal crescia 55,26%. Suburbanos, em 1890, representavam 17,77% da população da capital. Em 1906, esse número sobe para 22,88%. O crescimento de cerca de 32% na população suburbana em relação ao total municipal se deve alguns fatores que ficaram figurados em diversos estudos de caso em relação não só ao crescimento comercial ou à ampliação dos transportes públicos, como trens e bondes, mas também ao aumento dos aluguéis nas regiões centrais.

Em decorrência da expansão urbana e do crescimento demográfico visto anteriormente como uma das consequências do intenso fluxo migratório e imigratório na então capital federal, a malha urbana do município neutro se expande para os então subúrbios. Os

<sup>20</sup> Recenseamento de 1906, p. 24.

“melhoramentos” tinham como objetivo urbanizar as regiões onde aumentavam as populações que buscavam não só fugir dos altos preços de aluguéis na então cidade, como o contato com a paisagem bucólica.

Santos (2011) observa que as obras de melhoramentos proporcionadas pelas autoridades municipais entre 1890 e 1906 foram feitas tendo em vista não só a busca de receitas para o financiamento de obras na cidade e cumprimento de folha de pagamento da máquina pública, mas também o cumprimento da participação do campo de engenharia civil na vida ativa do Rio de Janeiro, seja no campo político, seja no campo social. A ampliação de investimentos particulares nas obras públicas prometia lucros rápidos, apesar de a maioria dos projetos propostos terem sido frustrados (SANTOS, 2011; p. 119).

O plano de contingência que se pretendeu para ordenar esse grande número de pessoas que inundava a capital federal não era uma novidade do novo regime político. Ainda durante o Império, o governo buscou tratar, através de um diálogo com empresas particulares – principalmente as indústrias emergentes –, do que poderia vir a ser um estorvo para a ordem pública. Maurício de Abreu (2008) mostra que em 1882 já havia sido promulgado um decreto que isentava de impostos aduaneiros e concedia outros benefícios às indústrias que construíssem “casas populares higiênicas, com fossas, dependências de cozinha e de lavanderia, elevadas do solo e com boa aeração” para seus operários, o que foi efetivamente realizado por várias delas na década seguinte, desejosas de manter à sua volta uma força de trabalho cativa e disciplinada. O Estado passava, assim, a ajudar a empresa privada, cumprindo um papel que teoricamente não lhe caberia: assumiu pela primeira vez a responsabilidade de subsidiar, pelo menos em parte, a reprodução da força de trabalho (ABREU, 2008; p. 57).

Apesar do crescimento acelerado, tratado como “natural” pela administração pública do período, a pequena imprensa local dos subúrbios aponta diversas falhas na infraestrutura e no atendimento à população por parte do poder público. Contudo, através, mais uma vez, da literatura da época recorreremos para análise do ambiente espaço-social. As narrativas de Lima Barreto são importantes para aqueles que buscam um olhar dos subúrbios do Distrito Federal com riqueza de detalhes. É em *Clara dos Anjos* que o autor descreve os subúrbios:

O subúrbio propriamente dito é uma longa faixa de terra que se alonga, desde o Rocha ou São Francisco Xavier, até Sapopemba, tendo para eixo a linha férrea da Central. Para os lados, não se aprofunda muito, sobretudo quando encontra colinas e montanhas que tenham a sua expansão; mas, assim mesmo, o subúrbio continua invadindo, com as suas azinhagas e trilhos, charnecas e morrotes. Passa-se por um lugar que supomos deserto, e olhamos, por acaso, o fundo de uma grota, donde

brotam ainda árvores de capoeira, lá damos com um casebre tosco, que, para ser alcançado, se torna preciso descer uma ladeira quase a prumo; andamos mais e levantamos o olhar para um canto do horizonte e lá vemos, em cima de uma elevação, um ou mais barracões, para os quais não topamos logo da primeira vista com a ladeira de acesso. Há casas, casinhas, casebres, barracões, choças, por toda a parte onde se possa fincar quatro estacas de pau e uni-las por paredes duvidosas. Todo o material para essas construções serve: são latas de fósforos distendidas, telhas velhas, folhas de zinco, e, para as nervuras das paredes de taipa, o bambu, que não é barato. Há verdadeiros aldeamentos dessas barracas, nas coroas dos morros, que as árvores e os bambuais escondem aos olhos dos transeuntes (...) Toda essa população, pobríssima, vive sob a ameaça constante da varíola e, quando ela dá para aquelas bandas, é um verdadeiro flagelo. Afastando-nos do eixo da zona suburbana, logo o aspecto das ruas muda. Não há mais gradis de ferros, nem casas com tendências aristocráticas: há o barracão, a choça e uma ou outra casa que tal<sup>21</sup>.

A descrição do romancista mostra o perfil de transição espacial pelo qual tipifica o subúrbio do início do século XX. A precariedade de serviços, a predominância da paisagem bucólica em vias de urbanização e uma ocupação lenta de habitações toscas e simples. Distantes do epicentro do esplendor da Rua do Ouvidor, principal expressão urbana do período da Belle Époque carioca, os subúrbios, pelo olhar do escritor, sofriam com a escassez de infraestrutura ao mesmo tempo em que esbanjavam solidariedade.

O senso de solidariedade diante do descaso do poder público fomenta a resistência às investidas público-privadas pautadas na Medicina da cidade sobre, por exemplo, o comportamento familiar. Sidney Chalhoub (2012) afirma que “a troca de pequenos serviços e o cumprimento de deveres de ajuda mútua eram aspectos fundamentais da estratégia de sobrevivência dessas pessoas”. Essas circunstâncias tornavam a vida nos subúrbios um tanto dependente das pessoas que os cercavam (CHALHOUB, 2012; p. 201), como é corroborado pela narrativa de Lima Barreto.

Não devemos esquecer de que Lima Barreto tratava de um subúrbio bem mais próximo da então cidade do que os subúrbios rurais. A fatia mais “urbana” dos subúrbios – Irajá e Inhaúma -, com destacado crescimento demográfico percebido na Tabela 1, encerrava 30.578 habitantes em 1890, representando quase 33% da população suburbana. Em 1906, com o crescimento populacional superior a 100%, estas freguesias passam a abrigar 95.967 habitantes, aproximadamente 52% da população dos subúrbios. Os outros 48% ficariam dispostos nas freguesias rurais e nas ilhas.

Como dissemos, a freguesia que de imediato sucede Inhaúma e Irajá no crescimento demográfico é Campo Grande. Marcadamente uma freguesia rural, em 1890 sua população representa 17,16% do total de suburbanos. O recenseamento de 1906 mostra que essa margem

---

<sup>21</sup> BARRETO, Lima. **Clara dos Anjos**. Ministério da Cultura: Fundação Biblioteca Nacional, Departamento Nacional do Livro, p. 38.

percentual em relação ao crescimento demográfico suburbano praticamente se mantém próximo aos 17% (16,82%). Podemos cogitar hipóteses de momento como o distanciamento da cidade, que rechaçaria a intenção de os habitantes escolherem a freguesia para viver como escolheram Inhaúma ou Irajá. O que parece ter impulsionado o crescimento populacional da freguesia de Campo Grande foi a chegada da indústria no local, o que veremos mais adiante.

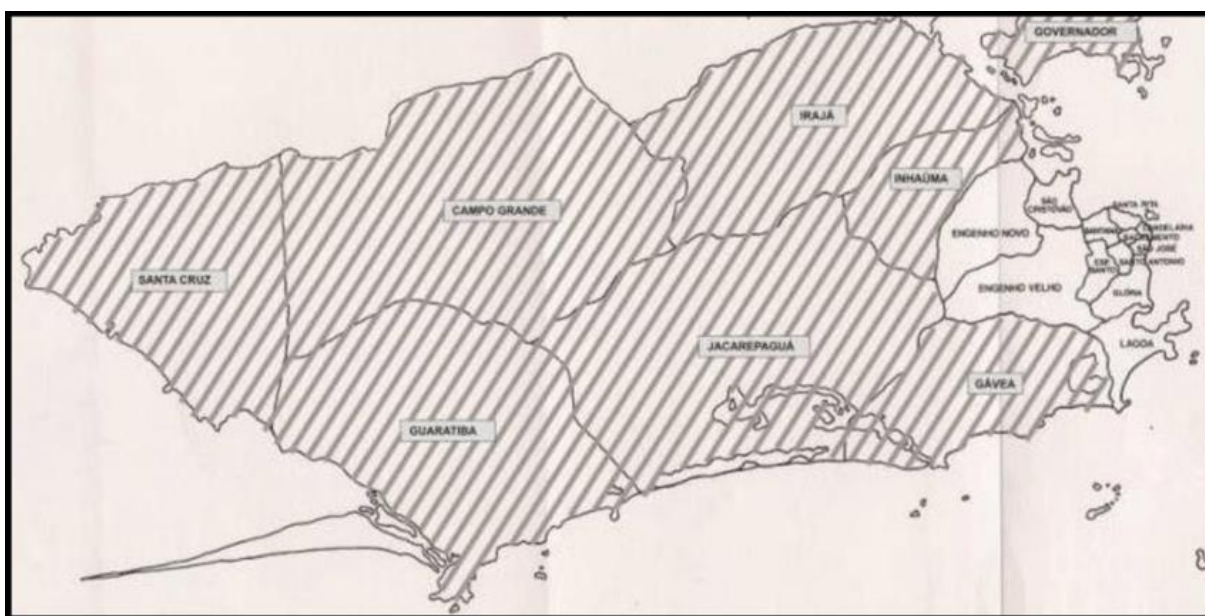
A formatação dos subúrbios é dada em consequência da transformação do Rio de Janeiro em uma cidade modelo para os novos tempos da modernidade. A imigração em massa em conjunto com a emancipação da mão de obra escravizada fez com que ruralidades e urbanidades começassem a disputar o mesmo espaço nas freguesias que outrora tinham seu perfil exclusivamente rural. O próximo capítulo se dedica exclusivamente a analisar a freguesia de Campo Grande, suas características e transformações no período proposto.

## 2 A FREGUESIA E O PROGRESSO: CAMPO GRANDE E A BELLE ÉPOQUE CARIOCA

Como destacado no capítulo anterior, distante das freguesias imediatas a norte da cidade, a freguesia de Campo Grande foi a que mais abarcou o crescimento populacional do Distrito Federal durante o período 1890-1906. Distante da cidade em aproximadamente 50 km, Campo Grande foi escolhido como espaço ideal para a construção de uma das mais importantes fábricas têxteis do Brasil no período, a Fábrica Bangu, cujo impacto na freguesia rural, a partir da urbanização que demandava, será objeto de análise no próximo capítulo.

Dentro do contexto já discutido de um período de modernidades e progresso, é importante que pontuemos aspectos dessa freguesia e o quanto já pulsava social e economicamente antes do processo de industrialização. Para tal, precisamos introduzir seu histórico.

Mapa 1 - Freguesias rurais do Rio de Janeiro



Fonte: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/>>.

Noronha Santos (1965) descreve o perfil geográfico da freguesia.

O território da freguesia é em grande parte montanhoso. Seu clima é saudável, exceto nos lugares pantanosos, sujeitos a febres de mau caráter. [...] Banham as terras da freguesia os seguintes rios, riachos e ribeiros: do A, do Bangu, do Cabuçu, do Gato, Guandumirim, Irajá, Juriari, Mendanha, Meriti, Piraquara, Prata, tributário do Guandumirim, Prata do Cabuçu e Taquaral” (SANTOS, 1965; p. 13).

De perfil predominantemente rural, a freguesia figura na literatura como uma dos principais espaços de cultivo de café do município. Segundo Basílio de Magalhães (1980), as mudas de plantações de café que foram levadas da freguesia de Inhaúma para região do Mendanha por volta de 1780 – uma das localidades da freguesia de Campo Grande – deram os primeiros pés da planta de onde também foram retiradas mudas, e que foram plantadas em Resende, “donde irradiou a rubiácea pelo Vale do Paraíba afora” (MAGALHÃES, 1980 *apud* MANSUR, 2008).

Anterior à atividade cafeeira, a freguesia de Campo Grande, fundada em 1673 sob o nome de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande, tinha seu perfil de atividades econômicas semelhantes as demais freguesias dos chamados “arrabaldes”; principalmente a partir do século XVII, Campo Grande possuía um grande número de engenhos e fazendas, destacando-se a cana de açúcar e a produção de aguardente, como mostra um estudo jornalístico publicado no jornal **A Notícia**:

De uma relação (Doc. do Arch. Pub.) apresentada em 1777 ao Vice-Rei Marquez de Lavradio pelo Mestre de Campo Ignácio de Andrade Souto Mayor Rondon, comandante do Districto Miliciano do qual fazia parte a freguesia de Campo Grande, numerava esta os seguintes 10 engenhos: 1º do *Bangu*, do coronel Gregório de Moraes Castro Pimentel, - com 107 escravos, fazendo por ano 10 caixas de açúcar e 22 pipas de aguardente; 2º do *Viegas*, de Manuel Freire Ribeiro, - 53 escravos, faz 22 caixas e 10 pipas; 3º de *Juary*, de Victoriano Rodrigues Rosa, - 27 escravos fazendo uma caixa e meia pipa; 4º de *Cabussú*, de Ursula Martins, - 87 escravos fazendo 20 caixas e 9 pipas; 5º de *Inhoayba*, do capitão Antonio Antunes, - tem 11 escravos e faz somente 1 caixa; 6º *Guandu*, de Francisco da Silva Sene (sic), - 35 escravos, 12 caixas e 10 pipas; 7º do *Mendanha*, do capitão Francisco Caetano de Oliveira Braga, - 30 escravos, 10 caixas e 8 pipas; 8º de *Capoeiras*, de D. Anna Maria de Jesus, - 35 escravos, 25 caixas e 20 pipas; 9º *Lamarão*, de D. Marianna Nunes de Souza e mais herdeiros, - 28 escravos, 18 caixas e 10 pipas; 10º dos *Coqueiros*, de José Antunes Suzano, - 32 escravos, 25 caixas e 7 pipas. Este último engenho foi fundado em 1773<sup>22</sup>.

A mesma edição mostra algumas outras atividades: “Neste tempo produzia Campo Grande muita farinha, milho, feijão, arroz. O anil era com vantagem cultivado e das matutas eram extraídas muitas madeiras de lei”. Posteriormente, já no século XIX, Campo Grande acaba sendo introduzida ao café, como mostra a mesma fonte: “Na fazenda do Mendanha, comprada posteriormente pelo padre Antônio Coito da Fonseca (as escrituras vi-as no Arquivo Público), foi cultivado o café”. Vale lembrar, também, que Campo Grande fazia fronteira com a freguesia de Santa Cruz, importante região onde estava estabelecida a fazenda cuja propriedade passou da Companhia de Jesus para a coroa portuguesa e, posteriormente, para a família imperial brasileira.

<sup>22</sup> **A Notícia**, 1 e 2 de Dezembro de 1903, p. 3.

Figura 1 - Igreja matriz de N. S. do Desterro de Campo Grande em desenho de Maria Graham de cerca de 1823



Fonte: Atlas Digital da América Lusa.

Cortada pela linha férrea do ramal Santa Cruz da Estrada de Ferro Central do Brasil, a freguesia, entre 1878 e 1897 passa a ter cinco paradas: Campo Grande e Realengo (1878), Bangu e Santíssimo (1890) e Paciência (1897) (SANTOS, 1965; p.15). Sendo a estrada de ferro um dos símbolos do progresso já descrito anteriormente, o contato com a pretensa inserção da freguesia rural na modernidade encontra respaldo no meio de transporte que acaba servindo não só para transporte de passageiros, mas também de mercadorias.

Em busca da contextualização da freguesia de Campo Grande na *Belle Époque*, se faz necessário recuarmos uma década antes do período proposto para entendermos a lógica da localidade, suas tramas de relações sociais e suas iniciativas econômicas. Entretanto, antes precisaremos aprofundar o debate a respeito da modernidade e da modernização neste espaço, uma vez que sustenta-se aqui as percepções sobre os impactos desses movimentos na localidade. Nesta perspectiva é que reside a ideia de uma *Belle Époque Suburbana*.

## 2.1 A freguesia entre 1880 e 1890: a vida pré-industrial em Campo Grande

A última década do Império brasileiro foi de marcante turbulência política caracterizada por diversos fatores, entre eles os principais eram uma crise econômica instaurada após o fim da Guerra do Paraguai, em 1870, e a crescente mobilização do

movimento abolicionista, que arregimentava militantes pelo fim do trabalho escravo no Brasil. A modernização de técnicas e tecnologias sobre o espaço surgem como uma das ligas que levaram ao fim do império, já que os principais alicerces do sistema eram fortalecidos por grandes oligarquias que enriqueciam através de mão de obra escravizada.

O Rio de Janeiro, como já dissemos, era o epicentro de todo e quaisquer movimentos bruscos nos campos que envolviam a vida brasileira. A *Belle Époque*, período em que movimentava as novidades europeias nas principais ruas da cidade entre a classe burguesa urbana que tomava sua forma a medida que o país avançava nas questões de mudança do perfil de suas cidades, chega aos arrabaldes rurais através da ferrovia e, posteriormente, da industrialização.

Em artigo sobre a chamada “**A Belle Époque Caipira**” (2007), pesquisadores sobre esse período e suas transformações sobre o espaço do Oeste Paulista apontam para a convivência, no mesmo espaço, das modernidades da época e a ainda forte imposição do mundo que envolve a economia cafeeira na região:

A partir de meados do século XIX, por conta das plantações de café o Brasil caipira se transformaria num espaço capaz de coadunar tais características com um profundo gosto pelo moderno e por toda a materialidade e simbolismo que o envolviam e que eram experienciados na Europa como marca de um novo tempo, ou melhor, daquilo que era tido como o ‘melhor dos tempos’ (DOIN et. al., 2007; p. 93-94).

Esta afirmativa permite assimilar a vivência no Oeste Paulista às vivências da freguesia de Campo Grande uma vez que, como dissemos, o café foi uma das atividades econômicas do local, sendo o seu declínio no Vale do Paraíba fluminense o propulsor da estagnação de capital e o consequente investimento em outras atividades na cidade do Rio de Janeiro (CARVALHO; ROCHA, 1995; pp. 118-119). Sendo assim, podemos traçar o perfil das principais atividades pré-industriais desempenhadas na freguesia. Importante fonte para essas análises estão nos jornais da época: através das exposições de testamentos e leilões de bens no **Jornal do Commercio** podemos traçar um panorama inicial de como era a vida sócio-econômica da freguesia de Campo Grande, não só através daqueles que lá viviam, mas também de quem possuía propriedades na freguesia.

Em 7 de Fevereiro de 1882, o **Jornal do Commercio** estampava em uma de suas páginas pequena nota sobre arrematações judiciais. O anúncio era sobre o a venda de “bens de raiz e móveis”:



No dia 9 do corrente, depois da audiência do Exm. Sr. desembargador juiz de órfãos da 1º vara, vão à praça a casa de vivenda e todos os pertences da fazenda do Oratório, freguesia de Campo Grande, avaliado por 7:075\$, assim como uma casa coberta de telha a beira da estrada, com um campo cheio de mato, por 1:530\$; os móveis existentes na mesma casa, avaliados por 695\$620, pertencentes ao espólio da finada D. Maria Thereza de Jesus Barata: podem ser vistos na mesma fazenda e as avaliações e descrições no cartório do escrivão Alvares Penna<sup>23</sup>.

Postos à venda a partir dos espólios da finada D. Maria Thereza, os bens da falecida senhora dizem mais sobre suas posses do que algum tipo de material a ser empregado em algum tipo de produção. Seu sobrenome – Barata - aparecer na tabela presente na pesquisa de Manoela Pedroza (2010) sobre as transferências de engenhocas na freguesia. Segundo a tabela, Maria Inácia, viúva de Manoel Fernandes Barata, é detentora, já em 1794, de um engenho na localidade de Piraquara, sendo transferido o bem para João e Sebastião Fernandes Barata, em 1813 (PEDROZA, 2010; p. 243). O mobiliário, que não é discriminado na pequena nota, mostra uma disposição destacada dentro de seus bens postos à venda, e a descrição sobre um “campo cheio de mato” indica uma propriedade possivelmente abandonada<sup>24</sup>. Em 1883, na edição do dia 10 de Outubro, a propaganda de um leilão anuncia:

Massa falida do sr. Jeronymo José Esteves no Campo Grande

Teixeira e Souza por alvará do Ex. Sr. desembargador juiz da 1º vara comercial venderá amanhã sábado 11 do corrente, as 11 horas em ponto na freguesia do Campo Grande, todos os bens arrecadados e pertencentes ao mesmo falido, constando de fazendas e miudezas, gado bovino, muar e suíno, cereais e bem-feitorias de cana e milho em ponto de colher, carroças, carros, arreios, e outros mais artigos ali existentes<sup>25</sup>.

Os bens de Jerônimo José mostram uma vasta atividade agropecuária que seria posta à venda pela empresa, mediante permissão do desembargador. Ao que a propaganda indica, o falido se mostra um pequeno agricultor em vias de perder seus bens por alguma dívida. Tal produção possivelmente indica a inserção da freguesia em uma trama econômica de consumo interno. O desenrolar dessa produção local acaba favorecendo a comercialização de excedentes, como mostra o mesmo jornal, quando aponta, por exemplo, que o negócio de

<sup>23</sup> **Jornal do Commercio**, 7 de Fevereiro de 1882, p. 3.

<sup>24</sup> Cogitar o abandono das terras da falecida proprietária pode nos levar a uma outra pesquisa sobre a influência da vida na cidade sobre os latifundiários do município neutro. Como descrito ao longo do primeiro capítulo, a vida na cidade começa a influenciar na tomada decisão das oligarquias, que passam a ver no espaço urbano a oportunidade de desfrutar dos ares da modernidade.

<sup>25</sup> **Jornal do Commercio**, 10 de Outubro de 1883, p. 4.

secos e molhados, propriedade da sociedade entre Joaquim José da Silva Moraes e Luiz José Teixeira de Carvalho, é desfeito, “com o capital de 1:000\$”<sup>26</sup>.

Outro anúncio, desta vez de venda ou arrendamento de terras, mostra a reprodução da lógica da produção local:

Vende-se ou arrenda-se por módico preço a fazenda de Cabuçu, três quartos de légua distante da estação de Campo Grande, ramal de Santa Cruz, com seis braças de terra de testada e meia légua de fundos, com engenho de fabricar aguardente, utensis, escravos e animais; trata-se com ou sem escravos [...]<sup>27</sup>

A produção agropastoril da freguesia de Campo Grande no fim do século XIX mostra a vocação local na trama colonial que vigora no local desde o século XVIII. Manoela Pedroza afirma:

A reprodução social dos senhores-de-engenho em Campo Grande, ainda no final do século XVIII e início do XIX, continuava se dando através dessa particular combinação de circunstâncias: monopólio de cargos públicos, obtenção de concessões da metrópole, estratégias de nobilitação, de transmissão de bens e estruturas familiares típicas do Antigo Regime nos Trópicos. *Nesse contexto, relações comerciais ou de mercado não estavam ausentes, mas foram constantemente ressignificadas a partir de uma visão particular de mundo e dos negócios.* (PEDROZA, 2010; p. 248, grifo meu)

A ressignificação das relações comerciais da freguesia, portanto, favoreceram o fortalecimento desse perfil agropecuário que será reproduzido até mesmo pela indústria para consumo particular e complemento nas rendas da empresa, como veremos no próximo capítulo.

Inserida na lógica agrícola do período, a freguesia de Campo Grande não estava isenta de ostentar mão de obra escravizada em suas terras. Cabe abirmos um tópico para pontuar essa questão. Em anúncio no mesmo *Jornal do Commercio*, temos a seguinte informação:

Preto fugido

Fugido da fazenda dos Três Sítios, na Barra do Pirahy, o crioulo Manoel, de 30 a 35 anos de idade, cor fula, com um grande sinal de queimadura na cabeça, atrás da orelha direita. Este preto é filho de serra-baixo e conhece muito o Realengo, Campo Grande, Sapopemba, Maxambomba e Queimados; fazem seis meses que, estando fugido, foi apanhado no Realengo. Intitula-se livre [...]<sup>28</sup>

<sup>26</sup> *Jornal do Commercio*, 13 de Dezembro de 1883, p. 1.

<sup>27</sup> *Jornal do Commercio*, 7 de Maio de 1884, p. 6.

<sup>28</sup> *Jornal do Commercio*, 28 de Fevereiro de 1880, p. 4.

O reclame no jornal partia de José Luiz de Souza e Oliveira, o “senhor” de Manoel. A recompensa para quem levasse de volta o escravizado fugido para a fazenda em Barra do Piraí era de 100\$. Manoel, segundo a descrição do anúncio, tinha amplo conhecimento de boa parte da zona rural, tanto do município da corte, quanto da província. Sendo ele “filho de serra-baixo”, possivelmente foi vendido para a fazenda em questão, em uma época em que o tráfico interprovincial tentava manter de pé os alicerces do mercado de pessoas em condição de escravidão no Brasil.

Outro anúncio no mesmo jornal anunciava a fuga do “pardo escuro de nome Antônio”. Ele dizia se chamar Antônio Francisco de Mello, sobrenome do tenente Procópio Nunes de Mello, quem reclamava a posse do escravizado. Antônio serviu Procópio na freguesia de Campo Grande e, como seus 19 anos, “bem reforçado, tem a falta de um dente na frente, tem estado empregado em chácaras e cocheiras de bonds, onde desconfia-se que ainda esteja”<sup>29</sup>. Assim como Manoel, Antônio deslocava-se pelas freguesias rurais, fugindo do trabalho escravo. A liberdade de ação após a fuga é contemplada com serviços liberais, como no caso de Antônio, que cuidava de chácaras e de cocheiras de bondes. Tais ocupações dão sinal de que as modalidades de transporte município adentro já mostravam-se em vias de diversificação.

A década de 1880, como foi dito, foi crucial na questão da emancipação do trabalho escravo no Brasil. Leis emancipacionistas já vinham minando o sistema ao longo do século XIX. Dentre elas, a Lei do Sexagenário (1885) libertava escravizados acima dos 60 anos. O *Jornal do Commercio* disponibiliza, em 1886, uma lista de sexagenários que completariam 60 e 65 anos e receberiam suas alforrias, incluindo aqueles que trabalhavam na freguesia de Campo Grande. A tabela trazia a seguinte descrição:

Para conhecimento de todos os interessados, e a bem da segurança dos direitos conferidos pela lei nº 3.270 de 28 de Setembro último aos antigos escravos que, domiciliados no município neutro, atingirão as idades de 60 e 65 anos, manda o Exm. Sr. ministro desta repartição publicar as seguintes relações organizadas pela recebedoria do Rio de Janeiro.

A primeira das sobreditas relações compreende os escravos matriculados ou averbados naquela estação que, até Dezembro próximo futuro, terão de completar 60 anos, adquirindo *ipso facto* direito de liberdade com o ônus da prestação de serviços de três anos.

Diretoria central da secretaria de estado dos negócios da agricultura, commercio e obras públicas, em 15 de Maio de 1886.<sup>30</sup>

---

<sup>29</sup> *Jornal do Commercio*, 9 de Maio de 1882, p. 5.

<sup>30</sup> *Jornal do Commercio*, 27 de Maio de 1886, p. 5.

Entre os dias 27 e 31 de Maio de 1886, o Jornal do Commercio disponibilizou uma listagem de sexagenários entre 60 e 65 que ganhariam sua alforria. O total de alforriados, segundo o jornal, foi de 3.055 31. Os que ainda não tivessem 65 completos, prestariam 3 anos de serviços.

A disposição de alforriados sexagenários na freguesia de Campo Grande pode ser conferida na Tabela 2:

Tabela 2 - Libertos pela Lei do Sexagenário na Freguesia de Campo Grande

	Homens	Mulheres	Total
60 anos incompletos	2	4	6
60 a 62 anos	9	12	21
62 a 63 anos	10	6	16
63 a 65 anos incomp.	22	16	38
65 anos ou mais	58	36	94
<b>TOTAL</b>	<b>101</b>	<b>74</b>	<b>175</b>

Fonte: Jornal do Commercio.

A percepção de alforrias aos sexagenários vista através da tabela mostra que, comparado ao número total disposto pelo jornal, 5,73% desses agora ex-escravizados tinham como local a freguesia de Campo Grande. Esse número pode ser maior, pois existem muitos que não informaram residência. No total de 175 sexagenários listados, o número de homens supera o de mulheres (57,72% contra 42,28%), sendo o número de idosos com 65 anos ou mais, que não precisariam cumprir os 3 anos de serviços exigidos por lei, os que foram mais contemplados pela lei (53,71% do total).

Essas liberdades, como mostramos, poderiam ser conseguidas por meio de fugas ou de alforria. Nos espólios já mostrados de Maria Thereza de Jesus Barata, por exemplo, foram alforriados 8 escravizados com mais de 65 anos 32. Como não é nosso intuito ampliar o debate sobre o trabalho escravo na freguesia, o que podemos verificar a partir dos números é que a lógica econômica baseada no sistema de *plantation* também se deu na região.

Cabe apontarmos, como última observação deste tópico, que, apesar de em 1884 o café já ter se mostrado ser o ouro verde brasileiro desde a primeira metade do século XIX, o

<sup>31</sup> **Jornal do Commercio**, 31 de Maio de 1886, p. 5.

<sup>32</sup> **Jornal do Commercio**, 31 de Maio de 1886, p. 4.

açúcar continuou como pano de fundo da economia do país. Em 22 de Julho de 1884 o decreto nº 9.242 do dia 12 do mesmo mês revalidava a concessão feita ao bacharel Francisco Teixeira de Souza Alves do estabelecimento de um engenho central para o “fabrico de açúcar de cana, na freguesia de Campo Grande”. A nota no *Jornal do Comercio*<sup>33</sup> deixa claro que o imaginário da modernidade acabava contemplando até mesmo a produção do açúcar: o engenho seria erguido “mediante o emprego de *aparelhos e processos modernos dos mais aperfeiçoados*”.

O estabelecimento do engenho central em Campo Grande estabelece um processo já comum para o empreendimento. A nota nos diz o seguinte sobre as exigências e a aptidão local para o cultivo da cana:

[Ficam] sendo marcados ao concessionário prazos improrrogáveis para organização da companhia, apresentação dos planos e orçamento das obras, bem como dos *contratos celebrados por escritura pública com os lavradores e fornecedores de cana*, e para começo de conclusão das obras. (...) A freguesia de Campo Grande, cortada pelo ramal de Sapopemba à Santa Cruz, da estrada de ferro D. Pedro II, conta vários engenhos de cana, sendo particularmente apto o seu solo para a cultura desta gramínea<sup>34</sup>. (grifos meus)

O trecho destacado mostra que as relações pré-industriais na freguesia eram dependentes, de forma majoritária, dos engenhos de cana-de-açúcar. Apesar do declínio da atividade e o destaque ao cultivo do café em meados do século, a cultura da cana e o fabrico do açúcar retomam suas forças através do estabelecimento destes engenhos centrais, empreendimentos impulsionados pelo governo imperial. Fania Fridman (1999) mostra que, a partir de 1870, fatores como o declínio da mão de obra escrava e a propagação de pragas fizeram a atividade ser retomada:

Tais complexos, cuja maquinaria e o capital foram financiados pelo governo (com juros de 7% a.a), e que contavam com trabalho livre e a isenção de tarifas alfandegárias para os equipamentos, deixavam para trás a agricultura de *plantation*. Evidenciavam também uma estratégia de barateamento da produção face à concorrência no mercado internacional (FRIDMAN, 1999; pp. 129-130).

A produção e re-produção do espaço ficou a par, portanto, das atividades econômicas predominantes no local até o momento da chegada do fator industrial. Vimos, em decorrência dessas flutuações, os leilões de espólios e propriedades ao longo deste tópico. Como afirma Fridman, “o declínio das culturas açucareira, cafeeira e novamente açucareira influenciou a

<sup>33</sup> *Jornal do Comercio*, 22 de Julho de 1884, p. 3.

<sup>34</sup> *Ibidem*.

dinâmica da região quanto à questão territorial, cuja consequência imediata foi o parcelamento das antigas fazendas e seu posterior recorte em propriedades menores” (FRIDMAN, 1999; p. 223).

Com isso, podemos perceber que a trama sócio-econômica – e até mesmo as relações de poder dispostas no território - deixa explícito a movimentação no local antes do estabelecimento da indústria e que, apesar do movimento de industrialização, não some, mas acaba sendo incorporada pela fábrica.

## 2.2 Relações sociais e cotidiano pré-industriais na freguesia de Campo Grande

Já observamos ao longo deste capítulo a predominância de uma vida rural na freguesia de Campo Grande. Mostramos, também, no início, que a freguesia, a partir de 1878, passou a ser cortada pela linha férrea, que ligava o então núcleo urbano à freguesia de Santa Cruz. Entretanto, não podemos nos furtar de apontar as relações dos habitantes do local entre si e entre o espaço em que se deslocavam.

Em primeiro momento, podemos verificar as relações sociais entre autoridades locais e a população. As articulações entre os diversos atores frente a um surto de febre paludosa na freguesia no ano de 1883 chama atenção. Ao nos depararmos com a notícia exposta no jornal **A Folha Nova** 35, que relata uma súplica de moradores locais enviada dias antes da notícia ao imperador D. Pedro II, percebemos diversos aspectos da localidade no parágrafo a seguir:

Há poucos dias foi apresentada a S. M. o Imperador uma suplica assignada por 220 habitantes da freguesia de Campo Grande, pedindo que sejam socorridos os moradores pobres da freguesia, entre os quais vão grassando com crescente intensidade as febres paludosas.

Há falta de médicos, como também de medicamentos, visto as medidas tomadas pela Junta de Higiene não estarem em relação com o número de doentes que precisam de socorros. Ontem, 67 moradores da freguesia, que não tinham assignado a primeira suplica, apresentaram as suas queixas a Sua Majestade.

Neste primeiro trecho destacado podemos apontar algumas situações expostas: o reclame, ao ser repetido na imprensa, mostra que a primeira tentativa não foi atendida. Pelo trecho podemos notar a precariedade dos atendimentos médicos locais, por falta de tais profissionais e de medicamentos. Entretanto, se em um primeiro momento a súplica, que

---

<sup>35</sup> **A Folha Nova**, 6 de Abril de 1883, p. 1.

continha 220 assinaturas de moradores do local, ganha reforço de mais 67 que não tinham assinado antes. Chama atenção ainda mais o seguimento do texto:

*São, pois, 287 os chefes de família de Campo Grande que pedem socorros para os seus desgraçados concidadãos; o número dos habitantes livres da freguesia sendo menos de 7.000, julgamos que uma petição apresentada por 287 chefes de família sabendo escrever tem um caráter de seriedade e um peso que devem influir sobre as determinações da Junta (grifo meu).*

Ao se destacar o número de habitantes livres, o redator da súplica deixa um dado importante para percebermos o tamanho da população em situação de escravidão e liberdade 36 – o que não é nosso objetivo aqui. Não só o número de pessoas em condição de liberdade nos chama atenção, mas a questão do número de assinantes: ao destacar que a súplica agora contava com “287 chefes de família sabendo escrever” fica evidente indícios de mobilização social por parte de uma fração letrada. O reforço da presença desses homens letrados na articulação fortalece o pedido pelos motivos apontados na edição do dia 12 de Abril do mesmo jornal.

A coluna onde se dispõe o título “A Epidemia em Campo Grande” 37 relata uma indignação a respeito do que aparenta ser um desdém das autoridades públicas em relação às súplicas locais (“Não se pode compreender o empenho de algumas pessoas em esconder a verdade a respeito da existência, no estado epidêmico, de febres paludosas na freguesia de Campo Grande”). O Dr. Manuel Lourenço Estrella, “médico encarregado pelo governo para tratar gratuitamente os indigentes acometidos de febres palustres n’esta freguesia”, desmente a epidemia, alegando falsidade no número de vítimas, acusando não só como “demais exagerado” o “espantoso número de vitimas” relatado na imprensa, mas também o pároco local, afirmando que o mesmo “sepulta sem mais verificação do que uma guia do inspetor que muitas vezes nem vai a casa do doente”.

A desconfiança do médico é rebatida pelo jornal ao expor um contraditório relatado no Jornal do Commercio do dia 8 de Abril, onde se lê que “O Sr. Dr. Sérgio de Oliveira, médico da Imperial Fazenda de Santa Cruz, escreve-nos dando testemunho da intensidade com que na freguesia de Campo Grande estão grassando febres paludosas”. O mesmo doutor aconselhou o pedido de ajuda ao governo imperial, já que “nunca têm sido recusados às povoações afligidas por grandes calamidades”. O médico da Fazenda Imperial confirma a epidemia por possuir

---

<sup>36</sup> Para comparação, ao analisarmos a Tabela 1 disposta no capítulo 1 sobre a população da freguesia de Campo Grande em 1890 (15.950 habitantes), a população livre da freguesia ser de, aproximadamente, 7.000 pessoas em 1883 dá margem para pesquisas mais amplas sobre o uso de mão de obra escravizada no local.

<sup>37</sup> **A Folha Nova**, 12 de Abril de 1883, p. 2.

parentes e amigos em Campo grande, “visitando os quais teve ocasião de ver por mais de uma vez doentes do mal reinante, sendo certo o sofrimento geral das famílias necessitadas”.

O atestado que confirma a epidemia partindo do Dr. Sérgio de Oliveira é engrossado por uma certidão do vigário Belisário Cardoso dos Santos, “presbítero secular do bispado de S. Sebastião do Rio de Janeiro, cavalheiro da ordem de Christo, pároco colado da freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande”. O vigário atesta:

Atesto que dos livros de assentos de óbitos d’esta paróquia consta terem sido sepultados no cemitério d’esta matriz, em Janeiro 21, Fevereiro 40, Março (até 30) 45, - total 106 - afirmo *in fide parochi*. Campo Grande, 31 de março de 1883 – O vigário, Belisário Cardoso dos Santos.

A notícia transcorre com uma análise de proporções de mortalidade em comparação às freguesias urbanas, quando ele dá uma estimativa de 400 mil habitantes na mesma para um número de óbitos que ficou entre 1.200 e 1.800. A crítica é sobre a proporção de óbitos relativos à freguesia de Campo Grande em comparação às demais, já que as autoridades estariam minimizando a epidemia no local, que contava apenas com o Dr. Paiva, delegado da Junta de Higiene na freguesia (“que há muitos anos abandonou a clínica”) e o dr. Eugenio de Lemos, “médico militar da Escola de Tiro do Realengo”, no extremo leste da freguesia.

O caso da epidemia de febres paludosas na freguesia de Campo Grande exemplifica as articulações que se davam em um local distante das áreas urbanas do município neutro. A movimentação popular, contendo não só a assinatura de homens letrados, como um atestado do vigário da igreja local e do médico da Fazenda Imperial amplia essa observação sobre as redes de relação.

O cotidiano pré-industrial na freguesia de Campo Grande também pode ser conferido a partir de observações de acidentes que aconteceram no local. O jornal **Monitor Campista**, de 11 de Novembro de 1880, conta o acidente que levou a óbito Escolástica Maria da Conceição no dia 31 de Outubro. O jornal relata:

Estando a preparar um lampião de querosene, tendo próximo uma vela acesa, ficou gravemente queimada por se lhe ter comunicado fogo as roupas, em consequência de explosão do líquido. Aos gritos angustiosos da infeliz senhora, cujo marido se achava ausente, acudiram algumas pessoas da vizinhança e chamaram um medico, que a socorreu. Foram infrutíferos todos os esforços empregados, e Escolástica sucumbiu no dia seguinte<sup>38</sup>.

O acidente de Escolástica revela algumas situações inerentes à infraestrutura de uma realidade rural expresso através do uso de um “lâmpião de querosene”. E mais uma vez a

---

<sup>38</sup> **Monitor Campista**, 11 de Novembro de 1880, p. 4.



mobilização local entrou em ação para auxiliar a pobre senhora vítima da explosão. Os vizinhos, na ausência do marido, foram os primeiros a se dispor para salvar a mulher, que veio à óbito no dia seguinte.

Um outro caso exposto no **Diário Portuguez** dá conta de um crime cujos atores aparentemente tinham uma boa relação, mas que acabou em morte. O português Manoel Joaquim, de 18 anos, ia a júri por matar, usando um tiro de espingarda, Antônio Rodrigues Paulino. A motivação foi movido pela vingança, já que Antônio, tendo estabelecido na localidade chamada Sacco do Viegas “com negócio de secos e molhados, veio passar a Semana Santa na corte, deixando o seu negócio entregue ao seu caixeiro Manoel Joaquim de Brito”. Ao regressar à freguesia, Antônio verificou que a quantia disposta em caixa era menor que a dos produtos vendidos, o que acarretou a demissão de seu caixeiro. Manoel, então, decidiu se vingar, indo até a casa de Antônio no mesmo dia (6 de Julho) na parte da noite, matando o ex-patrão enquanto o mesmo dormia<sup>39</sup>.

Os casos expostos ilustram os tipos de relações similares ao que foi analisado por Michel de Certeau (1996) acerca de questões relativas à organização da vida cotidiana e suas articulações em nível local. Apesar de descrever tais articulações no bairro 40, Certeau nos proporciona importante análise para nos determos a esses mecanismos de articulações sociais em nível local ao proporcionar a costura de um cotidiano. Ao afirmar ser a organização da vida cotidiana pautada em comportamentos e benefícios simbólicos que se espera obter (CERTEAU, 1996, p. 38), Certeau se ampara no conceito de *conveniência*, que ilustra “um compromisso pelo qual cada pessoa, renunciando à anarquia das pulsões individuais, contribui com sua cota para a vida coletiva, com o fito de retirar daí benefícios simbólicos necessariamente protelados”. E é neste “preço a pagar”, ao saber se comportar e ser conveniente, que o usuário “se torna parceiro de um contrato social que ele se obriga a respeitar para que seja possível a vida cotidiana” (CERTEAU, 1996; p. 39).

Portanto, ao lançar mão da participação nestas articulações relativas aos pedidos de socorro médico para o local, os diversos atores envolvidos no caso da epidemia de febres palustres demarcam seus possíveis comportamentos e gestos carregados de símbolos, como no caso da participação do pároco, do médico da Fazenda Imperial e da ênfase relativa às assinaturas de “chefes de famílias” que sabem escrever. O mesmo ocorre com os vizinhos de Escolástica, cuja atitude de auxílio à vítima das queimaduras causadas pela explosão de um

---

<sup>39</sup> **Diário Portuguez**, 31 de Julho de 1885, p. 4.

<sup>40</sup> Não cabe a denominação administrativa de “bairro” para a pesquisa justamente pelo recorte temporal, mas a ideia é buscar a referência de articulações a nível local.

lampião acabam expondo os símbolos de comportamento conveniente inerente à localidade. No caso da demissão do caixeiro Manoel, ao decidir assassinar seu patrão Antônio, o mesmo abre mão de participar deste contrato ao não pagar esse preço de deter suas pulsões. Sendo assim, deixa de participar da formação do cotidiano da freguesia ao cometer um crime e, conseqüentemente, ser preso.

As notícias expostas nos apresentam características da convivência em uma freguesia distante das áreas urbanas. Em todos os casos expostos aqui ficam claros o modo de vida na freguesia de Campo Grande pré-industrial. Sua distância geográfica da então cidade, onde a vida da corte se desenrolava e garantia uma maior disposição de contato com as modernidades da época, garantia apenas a solidariedade – e conveniência, nas palavras de Certeau – da população local como sendo o primeiro contato para articulação social. No capítulo seguinte aprofundaremos as questões relativas ao cotidiano formatado pelo encontro de dois mundos: o rural e o industrial.

### 2.3 Nuances de uma *Belle Époque* suburbana?

No primeiro capítulo deste trabalho elaboramos um panorama de nuances a respeito da *modernidade* pretendida e difundida neste período. O desmembramento do tempo e do espaço reside, como dissemos, na expansão de tecnologias que contavam com o relativo encurtamento de distâncias e o domínio de territórios e suas conseqüentes transformações. Entretanto, como eixo central desta pesquisa, não podemos esquecer das análises das expressões de rugosidades acarretadas pela modernização e a conseqüente propagação da modernidade sobre um território marcadamente rural. Existiu de fato uma ruptura entre o antigo e o novo, movimento incitado por esse movimento? Os desenlaces dessa pergunta serão dispostas ao longo das próximas páginas. Antes, precisamos aprofundar o debate acerca da modernidade deste momento da História do Rio de Janeiro e de seus subúrbios.

Figura 2 - Igreja de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande (aprox. déc. 1910)



Fonte: Diário do Rio de Janeiro, 28 nov. 2016.

O último tópico do capítulo 1 iniciou as observações do que seriam vistos como os subúrbios cariocas de então. Percebemos, com isso, que a parcela do território referente aos subúrbios, a partir da fonte utilizada, aparenta ser um espaço em constante transformação, quase como uma cidade em vias de transição para seu ser ou não ser. Mas se a cidade, como dissemos, é o ponto de encontro das novidades que marcaram a época, poderíamos afirmar que em seus subúrbios encontramos o fiel da balança entre a modernidade e a tradição? A resposta afirmativa depende, já que nem mesmo reconhecidos trabalhos acadêmicos, ao menos no Brasil, não chega a um consenso sobre o que é ou não subúrbio no Rio de Janeiro.

O que podemos fazer aqui é engrossar ainda mais essa discussão a partir do olhar de um período importante para essa discussão. Às vias de urbanização pretendidas pela industrialização propagada pela República e o constante fluxo de migrantes das províncias e imigrantes principalmente de países europeus, os subúrbios cariocas entram na discussão de sua formação principalmente por conta de seu espaço começar a ser modelado a partir dos loteamentos de grandes latifúndios, em um movimento que não se limita ao recorte temporal proposto. Por isso, podemos nos limitar no que diz respeito ao debate da propagação da ideia de *modernidade* e a recepção desse movimento de *modernização* nesses territórios através desse movimento pendular; as vivências entre as tradições e as novas tecnologias industriais nos permitem observar essa peculiaridade?

A respeito da ideia de modernidade, Jacques Le Goff (1990) nos mostra que a *modernidade* proporcionou uma ideia de *progresso* desde o século XVIII: “antigo tornou-se sinônimo de superado e moderno de progressista. Na realidade, a ideia de progresso triunfou com o Iluminismo e desenvolveu-se no século XIX e início do XX, considerando sobretudo os progressos científicos e tecnológicos” (LE GOFF, 1990; pp 14-15). O que nos apresenta Le Goff é a percepção de *moderno* que ganhou força ao longo do período de nosso interesse, onde se observa uma tentativa de ruptura entre o antigo e o novo a partir do *progresso*. Mas como alinhar o embate entre essas duas expressões?

Le Goff continua, afirmando que o “jogo do antagonismo antigo/moderno é constituído pela atitude dos indivíduos, das sociedades e das épocas perante o passado, *o seu passado.*” (LE GOFF, 1990; p. 168, grifo meu). Nos parece até então que o passado da sociedade vivente no Rio de Janeiro é tão presente quanto as imposições de modernidades no período. Vale lembrar que, como veremos mais adiante, a Fábrica de Tecidos Bangu é inaugurada apenas cinco anos após a abolição do trabalho escravo no Brasil. Concomitante ao avanço da emancipação dos escravizados através de medidas que enfraqueceram a atividade ao longo do século XIX, o Rio de Janeiro vê o seu primeiro surto industrial de fábricas de tecidos já na década de 1880 (BARBOSA, 2017).

A construção de uma fábrica de tecidos numa região marcadamente rural como a freguesia de Campo Grande responde a diversas necessidades do próprio empreendimento. E nessa necessidade é importante notar uma coisa: no escopo da ideia de *progresso* referente ao *moderno*, não nos escapa o nome da própria empresa responsável pela Fábrica Bangu - Companhia Progresso Industrial do Brazil -, que ostenta “progresso” em seu nome.

Ao decidirmos apontar no próximo capítulo as vivências transformadas pela realidade fabril na freguesia, é possível caminharmos munidos da afirmação de Le Goff para questionar as experiências surgidas daquele momento:

[...] a consciência da modernidade nasce do sentimento de ruptura com o passado.  
[...] De fato, as sociedades históricas, mesmo que não se tenham apercebido da amplitude das mutações que viviam, experimentaram o sentimento de moderno e forjaram o vocabulário da modernidade nas grandes viragens da sua história (LE GOFF, 1990, p. 169).

É através desse “*sentimento de ruptura*” apontado por Le Goff que podemos questionar a eficácia dessa modernização impostas pela industrialização. Vimos, até aqui, que apesar dos avanços tecnológicos e transformações dos usos da cidade nos primeiros anos

republicanos, a freguesia de Campo Grande experimentava expressões marcadamente rurais ou ao menos a transição entre as ruralidades e urbanidades, nas “*viragens da sua história*”.

Amparados por Anthony Giddens (1991), acreditamos na existência de uma *Belle Époque* suburbana uma vez que tanto o território – subúrbios – quanto o período em questão e a realidade social no Rio de Janeiro entram em conflito entre o que se pretende e o que se mostra na realidade. Giddens afirma que “desconstruir o evolucionismo social significa que a história não poder vista como uma unidade, ou como refletindo certos princípios unificadores de organização e transformação” (GIDDENS, 1991; p. 11). Para reforçar a observação, as peculiaridades do próprio espaço suburbana suscitam questões a respeito da modernidade e da modernização local, sendo possível perceber que o ocorrido no local pode vir a ser uma experiência do que Jacques Le Goff chama de *modernização equilibrada*, “em que o êxito da penetração do ‘moderno’ não destruiu os valores do ‘antigo’ (LE GOFF, 1990; p. 185), ponto crucial para entendermos essa *Belle Époque* distanciada do centro urbano.

A construção da Fábrica de Tecidos Bangu na localidade de certo impactou a realidade local, e por diversos motivos: tanto pela explosão demográfica, quanto pelos movimentos que foram dispostos sobre o território na interação entre o que era designado como antigo e o que se ambicionava como moderno, na expressão do *progresso* expressado pela fábrica. Podemos, portanto, incitar a discussão acerca de uma “modernização das tradições”, uma vez que o sufixo *ação* remete à ideia de movimento constante, uma transformação itinerante, nas quais as vivências dispostas se aglutinam, produzindo e reproduzindo o espaço à sua maneira. E é esse um importante tópico para nos auxiliar nesse confronto de modernidades, quando, neste caso, o sufixo *idade* pretende um novo momento em que se vive. Modernização e modernidade, na freguesia de Campo Grande industrial, expressam uma *Belle Époque* suburbana?

### 3 A FÁBRICA E A FREGUESIA: TRABALHO, LAZER E CRIME NA FORMAÇÃO DO COTIDIANO

Os modos de vida produzidos pela modernidade nos desvencilharam de todos os tipos tradicionais de ordem social, de uma maneira que não tem precedentes. Tanto em sua extensionalidade quanto em sua intencionalidade, as transformações envolvidas na modernidade são mais profundas que a maioria dos tipos de mudanças característicos dos períodos precedentes. Sobre o plano extensional, elas serviram para estabelecer formas de interconexão social que cobrem o globo; em termos intencionais, elas vieram a alterar algumas das mais íntimas e pessoais características de nossa existência cotidiana. Existem, obviamente, continuidades entre o tradicional e o moderno, e nem um nem outro formam um todo à parte; é bem sabido o quão equívoco pode ser contrastar a ambos de maneira grosseira (GIDDENS, 1991; p. 11).

Anunciava a **Revista de Engenharia** que a iniciativa do Sr. Dr. Henrique de Morgan Snell, “através de sua firma social *De Morgan Snell & Co.*, de Londres, propôs contratar a construção dos edifícios e mais dependência de uma fábrica” em uma das quatro fazendas compradas por ele na freguesia de Campo Grande (“Fazenda do Retiro, Fazendo do Bangu, Sítio do Agostinho, Sítio dos Amaraes”). A escolhida foi a Fazenda de Bangu para receber o prédio retangular de 18.649,59m<sup>2</sup>. A revista nos dá ideia de uma aquisição inteligente por parte do Dr. Snell, já que “depois de diversas pesquisas infrutíferas” ele informou que na dita freguesia “havia terrenos com cachoeiras que podiam fornecer a quantidade d’água precisa para todos os trabalhos da fábrica”<sup>41</sup>.

---

<sup>41</sup> **Revista de Engenharia**, ed. 229, 14 de março de 1890, p. 12.

Mapa 2 - Freguesias do Rio de Janeiro em fins do século XIX e extensão territorial da Companhia Progresso Industrial do Brasil, na freguesia de Campo Grande



Fonte: ABREU, 1987 *apud* OLIVEIRA, 2006.

Até a segunda década do século XX, o atual bairro de Bangu era uma propriedade da Companhia Progresso Industrial do Brasil (CPIB) dentro da freguesia de Campo Grande onde fora instalada sua fábrica têxtil, a Fábrica de Tecidos Bangu. A escolha de um local para a instalação da fábrica demandou uma busca por parte de seus proprietários. A localidade lhes pareceu propícia pela abundância de recursos naturais para o bom funcionamento das máquinas e também pela distância do centro urbano. A historiadora Gracilda Silva (1985) afirma que apesar de a Companhia ter se instalado numa região rural, ela não foi destruída; ao contrário, as duas realidades, rural e fabril, continuaram paralelamente (SILVA, 1985; pp. 25-33).

A modificação da paisagem da freguesia de Campo Grande, contudo, dinamizou os aspectos de atividades econômicas locais em vez de fomentar sua sobreposição. Como foi exposto no início do capítulo através da fala de Anthony Giddens, as continuidades ficam expressas na freguesia no caso das atividades descritas por Márcio Piñon de Oliveira (2006), revelando as diversas atividades a partir de iniciativas da própria Companhia ao se aproveitar do meio rural em que estava inserida. Em consequência da distância geográfica da então

cidade, no período entre 1890 e 1907 a empresa foi responsável pelo incentivo de atividades como a transformação de um antigo canavial em uma área de cultura de algodão, visando o abastecimento da própria fábrica; a retomada do engenho com intuito de conservar os rendeiros que existiam nas fazendas e produção de aguardente; o incentivo ao êxodo rural para as terras da fábrica, visando à produção de alimentos para abastecimento; a criação de um mercado permanente junto à fábrica para venda de produtos agrícolas por parte de residentes locais e de outras áreas. Oliveira aponta que

[...] ao contrário de aniquilarem por completo a atividade rural, procuraram, de uma forma bem utilitária, colocá-la a serviço da dinâmica fabril e de sua rentabilidade capitalista, isto é, subordinando o modo de vida rural e suas práticas à mais-valia fabril. A diferença da Fábrica Bangu para as outras fábricas localizadas em área rural na região, é que ela foi de um surto mais moderno, dominado pela tecnologia a vapor, e organizada nos moldes de uma empresa capitalista avançada, em sociedade anônima, estando bem mais próxima do Rio de Janeiro e localizando-se numa área do Distrito Federal por onde passaria, algumas décadas mais tarde, a expansão urbana da cidade e a constituição da metrópole Rio (OLIVEIRA, 2006).

Os investimentos na urbanização e na expansão imobiliária local por parte da CPIB tiveram seu declínio no começo dos anos 1930 (SILVA, 1985). Anterior a isso, as reivindicações por espaços de moradia na localidade se tornaram mais marcantes a partir dos anos 1920, o que levou a uma exponencial presença do mercado imobiliário partindo não da Companhia, mas por parte de empresas do ramo e particulares loteadores. Entretanto, os projetos de expansão urbana para as áreas rurais por parte do poder público datam do período administrativo do prefeito engenheiro Pereira Passos.

Responsável pela urbanização da região sob seu comando, a CPIB não só induziu o desenvolvimento e potencialização das atividades que já eram características do local, como acabou gerando atividades comerciais, aquecendo o consumo local. Tudo isso devido à crescente oferta imobiliária que, a princípio, contou com 96 casas iniciais de sua vila operária já no ano de inauguração da fábrica<sup>42</sup> e que se desenvolveu ao longo do tempo.

A expansão urbana no sentido da região oeste da então capital federal entra no âmbito de influência do processo industrial que se replicou por todo o globo: as indústrias tiveram seu espaço de desenvolvimento nas cidades ou próximo a elas. A freguesia de Campo Grande, como narrado no início deste tópico, se mostra um ambiente propício justamente por seus recursos naturais. E não só por isso: seu distanciamento do centro urbano seria primordial para o desenvolvimento de uma lógica de disciplina fabril. Essa decisão acaba acontecendo ao longo do processo industrial francês, como descrito por Michelle Perrot (2006). Sua

---

<sup>42</sup> **Diário de Notícias**, 10 de março de 1893.



afirmação é a de que “a alta dos salários e as reivindicações dos operários urbanos, ‘turbulentos e preguiçosos’” teria sido um fator primordial para “que se saia das cidades caras demais e implantem-se manufaturas das produções mais correntes no campo” ao analisar o cenário industrial da França do início do século XIX (PERROT, 2006; p. 21).

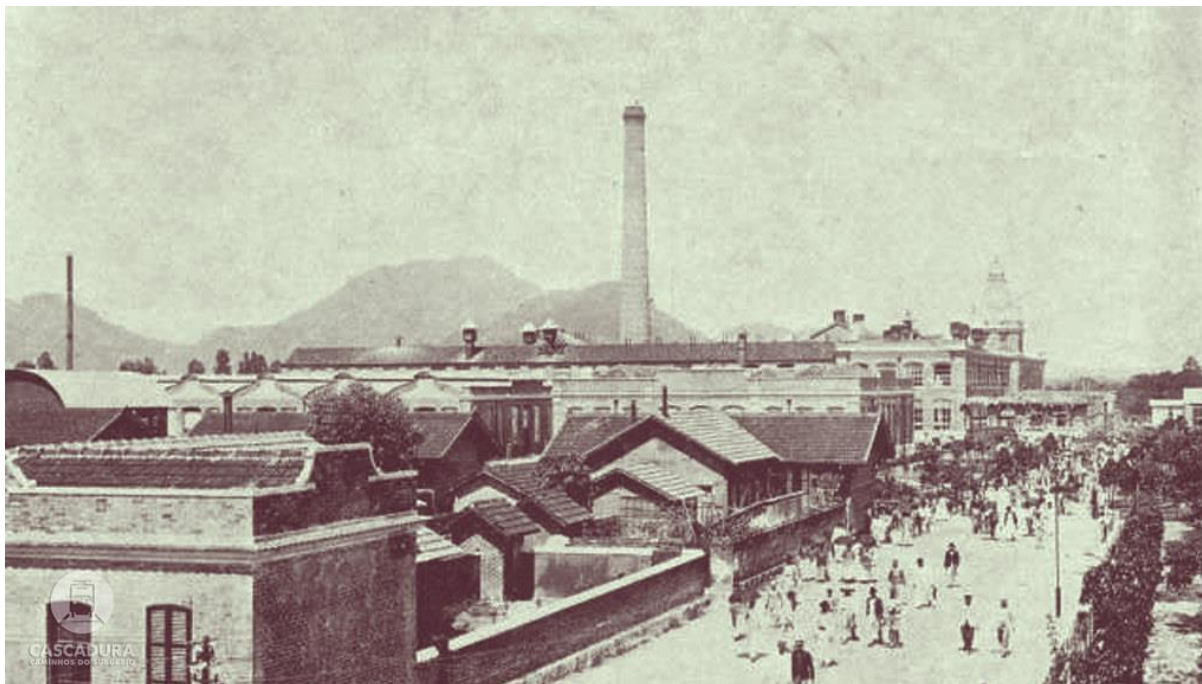
O sistema econômico estrutural da freguesia se estabelece, desde sua fundação, na exploração do trabalho escravo e da plantação de cana de açúcar, como observamos ao longo do capítulo anterior. Ao final do século XIX, a industrialização aparece como um fator que dinamiza a economia nesta realidade marcadamente rural, não só incorporando as atividades pré-industriais ao seu ritmo e exploração, como também proporcionando a inserção de novos atores em seu espaço ao propiciar um êxodo de mão de obra para a localidade e a estruturação de novos segmentos sociais à medida em que avançava o crescimento demográfico, em uma prerrogativa que Raymond Williams (2011) chama de “ética do melhoramento”:

Mesmo as relações sociais entre proprietários, arrendatários e trabalhadores sofriam uma evolução contínua, em termos de novas atitudes. A propriedade deixou de ser considerada uma herança que gerava uma determinada renda, passando a ser vista como uma oportunidade de investimento, que traria um lucro muito maior. Assim, uma ideologia do melhoramento – da transformação e organização da terra – tornou-se importante e dominante. As relações sociais que constituíam obstáculos a essa forma de modernização começaram a ser gradualmente destruídas, por vezes de forma impiedosa (WILLIAMS, 2011; p. 105).

Este cenário de transformação e interação cotidiana será analisado no percurso deste capítulo, onde serão expostas as relações sociais dadas na convergência entre ruralidades e urbanidades, expondo as rugosidades dispostas no espaço em questão.

### 3.1 Indústria, comércio e agricultura: os perfis do trabalho e dos trabalhadores locais

Figura 3 - Visão da Fábrica Bangu e arredores – 1907



Fonte: Cascadura – Caminhos do Subúrbio.

Através dos números apontados no censo de 1906, verificamos um importante crescimento populacional na região em um espaço de 16 anos, possivelmente impulsionado pela indústria. Conseqüentemente, atividades econômicas decorrentes da presença da fábrica se fizeram presentes, como no caso do surgimento no Marco 6, próximo à Fábrica e à estação de Bangu, um ponto de concentração comercial. Segundo Sposito (1994), essa expansão e diversificação foi traduzida em uma divisão territorial do trabalho:

A crescente especialização funcional que a industrialização provocou, e a ampliação dos mercados que a sua produção em série exigiu, ao fortalecer a articulação entre lugares, e principalmente entre as cidades, reforçou a divisão social do trabalho, que se manifestou a nível espacial (SPOSITO, 1994; p. 53).

A afirmação destacada corrobora a afirmação feita sobre a potencialização das atividades locais pré-existentes a partir das imposições do capitalismo fabril. Para exemplificar essa situação, cabe apontarmos fonte do jornal **A Notícia**:

A Sociedade Nacional de Agricultura Brasileira, presidida pelo Dr. Ennes de Souza, recebeu do Sr. major Joaquim Leandro Ribeiro, lavrador em Bangu, freguesia de

Campo Grande, Distrito Federal, alguns *specimens* de alfafa, por ele ali cultivada, tendo as hastes em media 80 centímetros e dando seis cortes por ano<sup>43</sup>.

Neste contexto, a diversificação dos perfis de trabalho no local passam a funcionar em prol de um novo ritmo de tempo, fazendo com que uma nova realidade passe a tencionar suas investidas sobre o espaço através do “impulso energizante de uma complexa divisão do trabalho, aproveitando a produção para as necessidades humanas através da exploração industrial da natureza” (GIDDENS, 1991; p. 16).

Na perspectiva anteriormente discutida sobre modernidade, desta forma os espaços além dos centros urbanos acabaram sendo alvos de mudanças em sua estrutura. A freguesia de Campo Grande acaba inserida neste panorama quando em 1893 é inaugurada a Fábrica de Tecidos Bangu. Berman nos chama atenção para as modificações da modernidade no espaço:

[...] para tentar identificar os timbres e ritmos peculiares da modernidade do século XIX, a primeira coisa que observaremos será a nova paisagem, *altamente desenvolvida, diferenciada e dinâmica*, na qual tem lugar a experiência moderna. Trata-se de uma *paisagem de engenhos a vapor, fábricas automatizadas, ferrovias, amplas novas zonas industriais; prolíficas cidades* que cresceram do dia para a noite [...] (BERMAN, 1986; p. 18)(grifos meus).

Através desta modificação espacial e, conseqüentemente temporal, a partir das novas necessidades locais pretendidas pelo ritmo industrial, o êxodo proporcionado pela necessária mão de obra e a oferta imobiliária disposta aos futuros operários começa a estabelecer as características urbanas em ambiente rural. O perfil do trabalhador que se estabeleceu na localidade a partir da Fábrica possui características nacionais e internacionais, a começar com os mestres da fábrica, boa parte deles sendo britânicos. No geral, o quadro de trabalhadores já em 1903 é o seguinte, contendo homens e mulheres: 1.566 brasileiros; 118 portugueses; 20 espanhóis; 8 franceses; 129 italianos; 21 ingleses; 11 alemães; 35 russos; 8 de outras nacionalidades (OLIVEIRA, 1991; Tabela 6).

Importante mostrar o quanto a colônia italiana tinha um destaque. O **Jornal do Brasil** de 18 de agosto de 1900, por exemplo, nos traz uma matéria sobre uma confraternização italiana em decorrência da morte do rei Humberto I, naquele mesmo mês. O almoço no local

---

<sup>43</sup> **A Notícia**, 22 e 23 de Julho de 1899, p. 1. Em relato do **Jornal do Commercio** de 1º de Abril de 1899, operários se apresentam à Sociedade Nacional de Agricultura pretendendo fundar, nos terrenos da Fábrica, uma associação cooperativa de trabalho agrícola. Quando nos mostra a existência de iniciativas agrícolas relacionadas à Fábrica, com intuito de prover os operários e aumentar os ganhos da própria empresa, Oliveira (2006) descortina a exploração da mão de obra em outras atividades: em 1895 é incentivada a migração de famílias rurais para a localidade, investindo, assim, tal mão de obra em atividades como o cultivo do algodão para provimento de matéria prima da própria fábrica, estabelecendo o plantio no antigo engenho de açúcar. Além do algodão, foram reativados antigos engenhos, mantendo a atividade na mão de reideiros e explorando, também, o comércio de aguardente.

foi servido na residência do sr. Pio Bocchialino, membro da comissão italiana, contando com a presença de jornalistas e representantes operários italianos: Giovanni Luglio, do jornal *Voce d'Italia*, e Angelo Troccoli, representante da **Liga Operária Italiana**. O *Jornal do Brasil* nos dá algumas informações sobre a comunidade italiana no local quando a comissão decide visitar a “encantadora vila de Bangu”: “Em seguida, a convite do senhor Angelo Troccoli, foi o nosso representante visitar a encantadora vila do Bangu, quase na sua totalidade habitada por operários da sua conhecida fábrica de tecidos, *na sua maioria italianos*”<sup>44</sup> (grifo meu).

O trecho nos mostra que a localidade era habitada não só por operários, apontando que estes eram a maioria, e que a grande parte destes operários era de cidadania italiana, confirmada pelo número exposto (129 operários originais da Itália). Portanto, é importante atentarmos para o que nos diz essa fonte para analisarmos a formação desse corpo social.

Os brasileiros, entre 1890 e 1914, foram a maioria dos contratados pela empresa. Segundo Adriana Freitas (2005), grande parte destes trabalhadores vinham das áreas rurais da província: Paracambi, Itaguaí, Barra do Piraí, Mendes, Barra Mansa, Cantagalo, Mangaratiba, Angra dos Reis, Valença, Resende, Vassouras e Piraí (FREITAS, 2005; pp. 70-71). Ao lidarmos com o perfil das localidades de onde partiram os migrantes rumo ao trabalho na Fábrica, verificamos que, majoritariamente, são locais onde, naquele momento, a economia era basicamente rural; cidades como Valença, Vassouras, Piraí e Barra Mansa, por exemplo, foram expoentes da produção de café e, conseqüentemente, na utilização da mão de obra escravizada em suas lavouras.

Hobsbawn (2000) discute essa modificação de relações sociais ao comparar o trabalho pré e pós-industrial. Os vínculos entre proletário e empregador eram somente o salário, tendo a condição de servidão – na realidade brasileira, escravidão - uma relação mais complexa. “A Revolução Industrial substituiu o servo e o homem pelo ‘operador’ ou ‘braço’”, afirma (HOBSBAWN, 2000; p. 79).

---

<sup>44</sup> *Jornal do Brasil*, 18 de agosto de 1900, p. 3.

Figura 4 - Campo da Rua Ferrer, ao lado da Fábrica Bangu – 1906



Fonte: Biblioteca Nacional.

Outro importante fator destacado por Hobsbawn é o que ele chama de “tirania do relógio”:

A indústria traz consigo a *tiranía do relógio*, máquina que regula o tempo, e a complexa e cuidadosamente prevista interação dos processos: a mensuração da vida não em estações ou mesmo em semanas e dias, mas em minutos, e acima de tudo, uma *regularidade* mecanizada de trabalho que se choca não só com a tradição mas também com todas as inclinações de uma população ainda não condicionada para ela (HOBSBAWN, 2000; p. 80).

Essa perspectiva nos desperta para uma importante questão: até que ponto a manutenção dos elos com o perfil agropastoril da freguesia, potencializando-as, acabou se tornando um refúgio de diálogo entre as demandas da vida industrial por parte destes corpos inseridos em um novo ritmo de tempo e espaço? Essa pergunta talvez encontre prenúncios na afirmação de Giddens, que afirma:

Em condições de modernidade, o lugar se torna cada vez mais fantasmagórico, isto é, os locais são completamente penetrados e moldados em termos de influências sociais bem distantes deles. O que estrutura o local não é simplesmente o que está presente na cena; a ‘forma visível’ do local oculta as relações distanciadas que determinam sua natureza (GIDDENS, 1991; p. 22).

A condição moderna e a proximidade entre as demandas urbanizantes, em meio às exigências de uma vida voltada à lógica fabril, permitem observarmos a modelagem da vida local a partir das experiências locais para driblar as imposições hegemônicas. Isso

discutiremos mais a frente. Ademais, vale apelarmos para a comparação de contingente populacional disposto na freguesia de Campo Grande, antes e depois da Fábrica.

O crescimento populacional já exposto na Tabela 1 demonstrou um crescimento de 95,91% da população da freguesia entre 1890 e 1906 através do salto populacional de 15.250 habitantes para 31.248. Através deste crescimento, Campo Grande foi a terceira freguesia suburbana em expansão, superada, respectivamente, por Inhaúma e Irajá. Ao nos depararmos com o censo de 1912, verificamos que a população da freguesia sobe para o número de 38.550. Ao compararmos as três freguesias suburbanas que mais cresceram entre 1890 e 1906 com os dados do censo de 1912 temos o seguinte quadro (Tabela 3):

Tabela 3 - Crescimento populacional entre as três maiores freguesias suburbanas

	1890	1906	1912	Total Cresc.	%
Inhaúma	17 448	68 557	80 462	63 014	78,31
Irajá	13 130	27 410	33 487	20 357	39,2
Campo Grande	15 950	31 248	38 550	22 600	41,37

Legenda: Dados de 1912.

Fonte: IBGE.

Importante cruzarmos os dados: se entre 1890 e 1906, Inhaúma e Irajá cresceram em termos percentuais, respectivamente, 292,92% e 108,76%, entre 1906 e 1912 às duas somam-se, respectivamente, 11.905 e 6.077 habitantes. Enquanto Campo Grande figura, como dito anteriormente, em terceiro lugar entre 1890 e 1906, quando analisamos os números entre 1906 e 1912 observamos uma soma no local de 7.302 habitantes ao longo deste período. Em termos comparativos de ritmo de crescimento nesse último recorte, temos Inhaúma (17,36%), Irajá (22,17%) e Campo Grande (23,36%), o que mostra que no segundo período a última freguesia fomentou um maior fluxo de pessoas em termos comparativos com o número de residentes.

Ao analisarmos os números de crescimento populacional total, comparando o ritmo entre 1890 e 1912, temos os seguintes números: Inhaúma (361,15%), Irajá (155,04%) e Campo Grande (141,69%). Apesar de no parágrafo anterior notarmos que o crescimento demográfico de Campo Grande figura como sendo o maior entre 1906 e 1912, Inhaúma desponta como tendo mais que o dobro da população das outras duas freguesias, e o motivo

mais evidente deste fato é a proximidade com a cidade. Tais números nos mostram o ritmo das possíveis decisões tomadas por aqueles que procuravam se estabelecer ao longo dos subúrbios da cidade. O período entre 1906 e 1912, por exemplo, é caracterizado como um importante momento nos movimentos de urbanização no Brasil, impulsionando a expansão populacional das grandes cidades, principalmente da capital. E, como já mencionado, Campo Grande foi escolhida para o estabelecimento de uma importante fábrica, o que, evidentemente, auxiliou no fluxo populacional para o local.

O crescimento demográfico ascendente da freguesia de Campo Grande mostra que não só a Fábrica, mas também a expansão imobiliária propagada pela empresa foi um fator importante para essa expansão populacional<sup>45</sup>. Em artigo do jornal **A Notícia** verificamos, em 1901, o número de habitantes locais antes e depois da indústria. O relator descreve o local:

Bangu, que há doze anos era apenas uma fazenda pertencente a um titular e cuja povoação era composta de umas duzentas pessoas inclusive os sitiantes de toda a redondeza, é hoje uma movimentada localidade, que conta uma população de cerca de cinco mil almas entre operários da fábrica em número de 1.200, negociantes, sitiantes etc<sup>46</sup>.

Vale aqui recorreremos também ao semanário ilustrado **A Rua**, de 26 de Julho de 1914, o qual chama a atenção para “os efeitos terríveis da seca”, quando “na Fábrica de Fiação e Tecelagem de Bangu 11.000 pessoas estão ameaçadas” pela falta d’água. Os relatos do diretor da Fábrica deixam dados importantes sobre os trabalhos diretos e indiretos promovidos pela empresa. Destaco um trecho da entrevista:

- [...] o serviço, como está correndo na fábrica, tem sido penoso e caríssimo pela quantidade que a fábrica está produzindo com a falta d’água, falta que como sabe tem sido geral. Se não chove...
- Quantos operários tem a fábrica?
- *A nossa fábrica ainda tem 2.600 operários entre homens e mulheres, e a população que lá está, pertence a essa gente e que vive dos recursos obtidos no trabalho da fábrica, ascende a 11.000.*
- De maneira que com a perspectiva de uma seca mais prolongada...

---

<sup>45</sup> Cabe aqui apontarmos a urbanização promovida pelo poder público na região próxima a Bangu; as propriedades realengas – ou a localidade que fora nomeada posteriormente de Realengo de Campo Grande -, segundo Fridman (1999), foram palcos de disputas entre poder público e ocupantes locais que foram se estabelecendo ao longo do século XIX. Já no final do século, foram transformadas em “uma zona militar cujo ápice foi o estabelecimento da Escola Preparatória e de Tática e do 1º Batalhão de Engenheiros, em 1897” (FRIDMAN, 1999; p. 151). Como nosso recorte aqui é a análise da produção espaço-social protagonizada pela chegada da indústria no local, não caberia maiores informações sobre a urbanização de Realengo (apesar de a localidade estar inserida na mesma freguesia).

<sup>46</sup> **A Notícia**, 26 de Setembro de 1901, p. 2.

- Essas 11.000 pessoas estão sob a ameaça [da] horrível seca. (grifo meu)<sup>47</sup>

No primeiro trecho, de 1901, os dados são de 5.000 “almas”, sendo 1.200 operários. Já em 1914, como ficou destacado no segundo trecho, observamos que cerca de 3.700, das 11.000 que viviam no local, dependiam direta ou indiretamente da Fábrica (2.600 operários + 1.100 dependentes indiretos). Ou seja, um salto de aproximadamente 120% no número da população total apenas de Bangu, entre 1901 e 1914, é significativo. E já em 1914 aproximadamente 38% das atividades socioeconômicas da localidade eram ditadas pela Fábrica Bangu, o que confirma a dinamização das atividades econômicas partindo da Fábrica. Em termos demográficos, através destes números podemos comparar com aqueles do censo de 1912 que já apresentamos anteriormente: no ano do recenseamento, na freguesia de Campo Grande contava-se 38.550 pessoas. Já em 1914, somente em Bangu o número já era em torno de 11.000. Apesar da defasagem de dois anos – o que pode tornar esse número maior - entre o censo de 1912 e o ano da fonte, ao compararmos os números verificamos que o cerca de 28,5% da população da freguesia vivia na localidade de Bangu.

Partindo das análises de Gracilda Silva (1989) sobre a urbanização do local relativo à Bangu, podemos perceber dois momentos entre 1889 e 1914: um antes e um pós o diretor João Ferrer, que tomou posse do cargo em 1903. Segundo Gracilda, quando o novo diretor chegou ao cargo o local contava apenas com três ruas e algumas aberturas nas matas que circundavam a Fábrica, contratando, em 1906, o engenheiro Orozimbo do Nascimento para iniciar o plano de urbanização, arruamento e loteamento da região, tendo as obras se intensificado em 1907. Com o avanço das obras, terrenos foram arrendados e novas vias surgiram até mesmo do outro lado da linha férrea (SILVA, 1989; pp. 60-61).

Silva ainda nos mostra que entre 1896 e a década de 1910, a demanda habitacional instigou a preocupação com a infraestrutura local e o incentivo à construções em terrenos particulares, reflexo do aumento do número de operários que residiam próximo à fábrica, além da preocupação com o fluxo de trabalhadores da empresa que não moravam nos arredores e dependiam do trem para chegar ao trabalho:

Um agravamento da crise habitacional em 1910 levou a Companhia a tomar um sério de medidas, entre as quais a criação de um setor especial para tratar do problema. Na ocasião, conseguiu-se também a colaboração do diretor da estrada de ferro, que determinou uma redução nos preços das passagens e o aumento do número de viagens dos trens ‘rápidos’ para Bangu, facilitando assim o acesso do operariado que não residia na região (SILVA, 1989; pp. 64-67).

---

<sup>47</sup> **A Rua: semanário ilustrado.** 26 de Julho de 1914, p. 3.



Em vias gerais, a localidade sob gerência da CPIB dentro da freguesia de Campo Grande estabelece um panorama transitório, neste período, entre o rural e o urbano. Mais do que isso, contudo, é importante destacar e perceber a afirmação do geógrafo Pedro Paulo Biazzo (2008), quando diz que trata-se de não encarar rural e urbano como substantivos:

Então, o que são, afinal, “o rural” e “o urbano”? Nada mais do que construções simbólicas, manifestações ou criações culturais concebidas, sim, a partir de hábitos, costumes. Ao contrário do campo e da cidade, ou melhor, de espaços campestres e citadinos, urbano e rural não são substantivos. (...) As manifestações associadas a imagens rurais e urbanas podem ser identificadas, na medida em que os indícios de sua existência estão nas práticas sociais e nas identidades constituídas/atribuídas por cada indivíduo, instituição ou agente social (BIAZZO, 2008; p. 145).

O trecho acima chega para contribuir com todo os percursos pelos quais caminhamos até aqui. As transformações locais ocasionadas pela chegada da indústria em um ambiente rural proporcionam não só a diversificação das atividades que surgem ao seu redor ou que são pré-existentes e são incorporadas por ela como também o aumento demográfico decorrentes dessas oportunidades induzidas pela Fábrica. Em relação aos deslocamentos populacionais favorecem o florescimento das áreas urbanizadas, movimento este que para nossas observações vale frisar ter sido feito pela própria CPIB. Neste ínterim, fica evidente que esses fatores são um importante cenário para o cruzamento de realidades distintas, e que esse encontro dá margem para um cotidiano diversificado e múltiplo em suas demandas, apesar da disciplina imposta pela vida fabril. As forças “fantasmagóricas” apontadas por Giddens cabem nessa afirmativa, uma vez que o cruzamento desses estilos de sociabilidades - rurais e urbanas – se aglutinam frente às tentativas de imposição advindas da Fábrica.

Os efeitos desse crescimento demográfico e o conseqüente movimento de urbanização ficam evidentes no raciocínio de Raymond Williams, quando este diz:

A vida urbana, até a chegada do século XX, mesmo numa sociedade altamente industrializada, ainda era uma vivência minoritária, porém já encarada por muitos – e com razão – como uma experiência decisiva, cujos efeitos sobre o caráter da sociedade como um todo eram desproporcionais (WILLIAMS, 2011; p. 358).

### 3.1.1 A Belle Époque de Joaquina, a Mulher Voragem

Podemos trazer a tona um estudo de caso que materialize os fatores de rugosidade decorrentes das vias de transformação espaço-temporais e que materializa características pré

e pós-industriais convivendo no mesmo espaço. Este processo de industrialização do Rio de Janeiro traz à superfície um fator de transformação no estilo de vida nos locais onde foram instaladas fábricas. Buscando o enriquecimento da compreensão a partir do modo de vida dos atores sociais dispostos no espaço, devemos buscar essa interseção no que aponta Luiz Reznik (2000) ao apresentar esse cruzamento entre a micro-história e a história local.

Reznik afirma que o historiador que se filia a estas práticas historiográficas buscam construir narrativas mais realista do comportamento humano, estando inseridos neste realismo tanto “as histórias particulares destes indivíduos, vilarejos e grupos específicos, como uma abordagem que compreende a ação social como resultado de uma constante negociação, manipulação, escolhas e decisões individuais” (REZNIK, 2000). Interessa-nos aqui, portanto, focar na localidade, lançando um olhar de baixo para cima, no melhor estilo de escalas citado por Bernard Lepetit (1998), quando discorre sobre inverter o olhar que é lançado sobre a sociedade. Com isso, Lepetit aponta para a generalização proporcionada pela análise tradicional da História sobre um determinado objeto, a qual acaba por negligenciar pequenos detalhes, perdendo as singularidades, não revelando nada a respeito da natureza e das classes a que tenta caracterizar (LEPETIT, 1998; pp. 78-80).

Buscando nos apropriar destes “pequenos detalhes” disponíveis na documentação histórica, precisamos nos esforçar para não deixar escapar detalhes que podem ser importantes. Giovanni Levi (1998) mostra que as análises proporcionadas pela micro-história ampliam uma perspectiva de observação acerca de um objeto a ser analisado; suas particularidades se destacam para que possamos aproveitar ao máximo as fontes disponíveis e extrair delas dados que estejam dispostos em seus mínimos detalhes. Levi aponta que

[...] a micro-história como uma prática é essencialmente baseada na redução da escala de observação, em uma análise microscópica e em um estudo intensivo do material documental. [...] Não é simplesmente chamar a atenção para as causas e efeitos do fato; de dimensões diferentes coexistirem em cada sistema social; em outras palavras, o problema de descrever vastas estruturas sociais complexas, sem perder a visão da escala do espaço social de cada indivíduo, e a partir daí, do povo e de sua situação de vida (LEVI, 1998; pp. 136-137).

Em nossas pretensões de analisar uma localidade a partir do comportamento humano, devemos cruzar metodologias de pesquisa histórica que nos possibilitem ampliar nossas abordagens para construção da narrativa a respeito de um local partindo de seus indícios. E é através desta perspectiva microanalítica proporcionada pela micro-história em conjunto com os mecanismos da abordagem sobre história local que passamos às análises das fontes dispostas nos periódicos que circularam na então capital da República durante o período.

As notícias dispostas nos jornais do ano de 1900 podem nos proporcionar um detalhado estilo de vida dos habitantes dos arredores de Bangu e de operários da Fábrica de Tecidos. O caso narrado por três periódicos diferentes do ano de 1900, sendo o primeiro a relatar o caso o jornal *A Notícia* – o qual será usado como fonte principal -, que nos dias 28 de setembro<sup>48</sup> e 14 de outubro<sup>49</sup> daquele ano falam sobre a fama de Joaquina, a “Mulher Voragem”, que começa a se espalhar pelos arredores de onde ela morava. De forma resumida em um primeiro momento podemos dizer que a moça, filha de Joaquim do Cafuá, sofria de um problema psicológico que, além de causar incidentes entre ela e seus familiares, tornou-se um “fenômeno” pela sua fome insaciável, chegando ao ponto de acabar com a dispensa da família.

O caso de Joaquina<sup>50</sup> pode nos revelar muitas outras coisas, não só em relação a ela mesmo. Primeiro ponto importante é sinalizar o apelo à religiosidade popular para a cura de seu mal. Segundo o diagnóstico do curandeiro Esteves, de Niterói, indicado por conhecidos da família para tentar curá-la, Joaquina estava sob efeito de “dois espíritos maus tornando-se necessário um tratamento rigoroso a fim de expulsá-los, depois do que ele fecharia o corpo da moça”, afinal ela teria tentado matar um de seus irmãos menores com uma pedra na cabeça e atirado contra um tio seu quando este chegou para visitá-los. O resultado desse tratamento espiritual é descrito na edição 241: Joaquina teria desenvolvido essa voracidade gastronômica. Em uma época de pleno apelo científico que caracterizava o progresso de uma sociedade, as classes pobres cariocas que viveram a *Belle Époque* suburbana estavam em um terreno ideológico em constante transição entre saberes populares e saberes acadêmicos.

Os agradecimentos de Joaquim do Cafuá ao jornal na edição 241, após a exposição da narrativa na edição 228 destinados ao recebimento donativos do povo do lugar, “mesmo sem implorar de uns e outros”, encontram respaldo em Lima Barreto, no romance *Clara dos Anjos*, através de seu relato acerca deste sentimento comum dos habitantes dos subúrbios, mesmo diante de desavenças pessoais:

Em geral, essas brigas duram pouco. Lá vem uma moléstia num dos pequenos desta, e logo aquela a socorre com os seus vidros de homeopatia. Por esse intrincado labirinto de ruas e bibocas é que vive uma grande parte da população da cidade, a cuja existência o governo fecha os olhos, embora lhe cobre atrozes impostos,

---

<sup>48</sup> *A Notícia*, ed. 228, p. 2.

<sup>49</sup> *A Notícia*, ed. 241, p. 2.

<sup>50</sup> “Branca, tem 18 anos de idade, mas não é de muito crescimento. Estatura baixa, gorda, mas não pode entregar-se a trabalho de qualquer espécie, que lhe provoca desfalecimento e entorpecimento dos músculos”, *A Notícia*, ed. 228, p.2.

empregados em obras inúteis e suntuárias noutros pontos do Rio de Janeiro. Nem lhes facilita a morte, isto é, o acesso aos cemitérios locais.<sup>51</sup>

Adiante, observamos o local em que ela habitava com seus pais a cerca de seis meses: uma “choupana”, como é descrito pelo jornal. Através do apelido de seu pai – cafuá – podemos desvendar, por exemplo, respostas sobre sua moradia. A palavra “cafua”, como descrito pelo Dicionário Brasileiro de Língua Portuguesa Michaelis<sup>52</sup>, significa: a) cavidade subterrânea, geralmente natural, em terrenos rochosos; caverna, gruta; b) lugar distante e isolado; furna; c) lugar escondido e escuro; antro, esconderijo; d) habitação rústica, suja, em ruínas; choça, casebre; e) taberna suja e escura, com objetos ou gêneros em desordem; f) aposento que, nos colégios, servia de prisão para castigo de alunos; cafundó; g) casa de jogos clandestinos. Importante para nós é observarmos apenas alguns destes significados para entendermos, a princípio, que a família de Joaquina, como a maioria daqueles que habitavam os distantes subúrbios, era pobre. Além disso, como é dito no jornal, o Cafuá também era uma localização “no Bangu”, onde Joaquim teria adquirido sua casa. As duas edições do jornal nos dão um panorama da habitação:

A casinha é rodeada por um terreno capinado, outrora cultivado, mas hoje abandonado. À entrada do terreno depara-se com um puxado, coberto de sapê. Ali está instalado o fogão, onde arde a lenha, durante todo o dia e até tarde da noite, para o preparo do alimento necessário a voracidade da moça. Na casa, de altura de cerca de três metros, é também coberta de sapê, e divide-se apenas em sala e quarto. (ed. 228)

Tudo na mesma: a casa sem trastes, a criançada, embora sadia, mal coberta de roupas e, enquanto tudo quanto nos rodeava apresentava o cunho da miséria, lá fora, na cobertura de sapê que serve de cozinha, um grande caldeirão sobre três pedras, à guisa de fogão, onde a lenha fumegava cozinhando lentamente o feijão e as fressuras que Joaquim do Cafuá havia adquirido pela manhã (ed. 241)

Em uma época de combate à moradia popular, principalmente cortiços e estalagens, os subúrbios se tornaram o refúgio das populações mais pobres do Rio de Janeiro através de um processo de expulsão dos “indesejados” partindo de uma aliança entre iniciativas públicas e privadas, com intuito de afastar das áreas centrais as “classes perigosas”. Essa “medicina das cidades”, abordada por Jurandir Freire Costa (1983), tinha como objetivo proporcionar um espaço de maior fluidez ao estilo de vida burguês industrial que chegava ao país. Na esteira desses anseios, a especulação imobiliária e o loteamento em antigas fazendas das zonas rurais

<sup>51</sup> BARRETO, Lima. **Op. Cit.** . p. 38.

<sup>52</sup> **Dicionário Brasileiro de Língua Portuguesa Michaelis**. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/cafua/>>. Acesso em: 26 maio 2018.

da municipalidade dão a oportunidade dessas classes se estabelecerem, como no caso de Joaquim e sua família.

Além da descrição da moradia, não menos importante é atentar para as observações dos arredores onde habitava Joaquina. Como descrito do trecho de Lima Barreto sobre os “charnecas e morrotes”, quando na edição 228 o jornalista pergunta à um “caipira” onde ficava a Água Branca (local no Bangu onde morava Joaquina)<sup>53</sup>, ele responde: “Fica ali, moço, logo depois da venda do seu Eugênio, *no chapadão do morrinho*” (grifo meu). Devemos destacar a descrição do jornalista em suas duas visitas a respeito do aspecto e conservação do local:

Foram muitas as peripécias da viagem. Houve necessidade de retroceder mais de uma vez, visto tendo sido tomados caminhos errados. Entre *capoeirões e veredas espinhosas* (grifo meu, ed. 228).

Já conhecedor da estrada que leva à Água Branca, o lugar onde reside ainda Joaquim do Cafuá, pai de Joaquina, a mulher voragem, por nós apresentada ao leitor, nosso companheiro esperava, entretanto, encontrar obstáculos, pois *com as últimas chuvas as estradas enlameadas e alagadas são quase intransitáveis*. (grifo meu, ed. 241).

A partir do trecho destacado podemos notar que, apesar da instalação da fábrica no local, a urbanização que ficou a cargo da Companhia se resumiu de forma planejada aos arredores mais próximos da própria fábrica, como era de costume na época a respeito das vilas operárias.

Dois momentos também nos mostram detalhes da vida naquela localidade ao expandirmos nossa perspectiva: o momento em que o grupo parou no centro comercial próximo à Fábrica Bangu durante a expedição rumo à casa de Joaquim do Cafuá por Realengo, e a alimentação que era servida à Joaquina. A partir daí notamos, por exemplo, através da descrição do “armazém do seu Mário” (ed. 241), a presença de gêneros alimentícios que eram vendidos e o público o qual era atendido.

O jornalista nos mostra que “enquanto lá dentro se vende tudo aos *operários e pequenos lavradores*, cá fora os sitiantes expõem à venda *jaboticabas e outras frutas, rapaduras, melado, garapa, palmito e muitas outras cousas saborosas*” (grifo meu), sinalizando que o comércio local era aquecido e diversificado, tanto nos gêneros de consumo quanto em relação à clientela.

Ao focarmos na alimentação de Joaquina (ed. 228) percebemos o seguinte:

---

<sup>53</sup> A Estrada da Água Branca liga o atual bairro de Realengo à Bangu.

No quarto, enquanto se conversava, Joaquina comeu diversas vezes calmamente, em pratos fundos de folha grandes quantidade de carne seca frita e pirão, terminando com uma grande tigela de café e um pão de tamanho regular, e assim viu-se que, de um saco que estava sobre uma mesa pequena de pinho, desapareceram três litros de farinha.

Joaquim tem predileção pelo queijo de Minas com pão de milho, assim como por doces. A par de outras cousas, comeu Joaquina um quilo de marmelada e um queijo e bebeu uma garrafa de vinho do Porto.

Reforçando a afirmativa de Gracilda Silva, esses gêneros alimentícios mostram uma diversidade de atividades de produção e comercial locais em paralelo à Fábrica de Tecidos instalada na região. No caso específico do café bebido por Joaquina e pelos visitantes o que podemos cogitar como hipótese é que Joaquim do Cafuá tenha à sua disposição uma pequena plantação dos grãos, pois “depois de servir-se o café, *colhido, torrado e socado no pilão* que serviu de banco ao nosso companheiro, foi terminada a visita” (ed. 228).

A visita se encerra antes de uma nova chuva que se anunciava. O diagnóstico foi dado por dois médicos que acompanharam jornalista, que “propuseram curá-la sem medicamentos, pois estão crentes de que se trata de um caso de perturbação do sistema nervoso, sendo para isso necessário que a moça fosse residir na cidade” (ed. 241). Mesmo com o convite para o tratamento de um possível caso de ansiedade, o mesmo não foi aceito.

O caso de Joaquina, a “Mulher Voragem”, nos apresenta o quadro da época referente à *Belle Époque* dos subúrbios em vias de urbanização: distante das luxuosas vitrines da Avenida Central os saberes populares são requisitados com mais frequência para a cura de males do corpo nas classes mais pobres; a presença do comércio religioso dessas curas refutados pela ciência vigente da época, que rechaçava as crenças e o apelo a curandeiros; dificuldades financeiras da população mais pobre para adquirir o básico para sua alimentação. Além disso, nos dá um parâmetro sobre a dicotomia cidade - subúrbio, muito presente tanto nas observações dos médicos quanto na falta de infraestrutura narrada.

Apesar dessa distância do centro urbano de onde emanavam as decisões e tendências, o caso do deslocamento à casa de Joaquim do Cafuá nos revela uma pujante vida comercial e social próxima da Fábrica de Tecidos Bangu, com diversidade de clientes, produtos, atividades econômicas e relações sociais extensas que eram permeadas por um senso de solidariedade, afinal o poder público aparentemente não se fazia presente e as iniciativas de urbanização da Companhia Progresso Industrial do Brasil eram restritas à vila operária e a seus funcionários.

O caso de Joaquina nos convida a pensar em uma *Belle Époque* de múltiplos olhares sobre o retalho social que consiste essa colcha que é Rio de Janeiro, principalmente em um

período tão conturbado como este. Sobre as questões relativas a chegada da indústria na freguesia de Campo Grande, o próximo tópico abrange melhor as expressões rurais e urbanas que passaram a conviver no local.

### 3.2 Além do trabalho: Bangu e a freguesia entre crimes e lazeres

Figura 5 - Inauguração do Bangu Athletic Club, 1904



Fonte: Bangu.net.

Não menos importante é percebermos o quadro social disposto no território de Bangu e sua relação com o tempo. Em um contexto histórico pós-abolição do trabalho escravo e de constante imigração e de migração do interior do Estado, se faz preciso notarmos o quanto a contagem do tempo era plural em relação às diversas realidades ali presentes. Se forçarmos dizer que as classes desfavorecidas não tinham muitas opções de lazer e que seriam incapazes de produzir uma realidade sua, afirmaríamos que são estáticos e desligados do restante da região e até mesmo do que estava acontecendo na cidade, caindo na mesma afirmação de que o proletariado é um simples sujeito passivo dentro de uma lógica social ditada por ritmos hegemônicos e que sua movimentação se resume ao querer de uma elite. Isso nos dá brecha para pensarmos em possibilidades dispostas nestes redimensionamentos do tempo que estes

atores dispunham partindo do tempo fabril demarcado pelo clássico apito da Fábrica. Jacques Rancière (2010), afirma que:

Há um tempo ‘normal’, que é o da dominação. Esta impõe seu ritmo, seu passar de tempo, seus prazos. Fixa o tempo de trabalho – e sua ausência – ou o de comícios eleitorais, tanto como a ordem de aquisição dos conhecimentos e dos diplomas. Separa entre quem tem o tempo e quem não o tem; decide o que é o atual e o já é passado. Se empenha em homogeneizar todos os tempos em um só em um só processo e sob uma mesma dominação global. E, ademais, existem duas formas de distorcer o tempo homogêneo: em primeiro lugar, estão as maneiras imprevisíveis com que os agentes submetidos a esta temporalidade renegociam sua relação subjetiva com o passar do tempo. [...] Os operários estão submetidos a experiência de um tempo fragmentado, de um tempo dimensionado pelas acelerações, os retardos e os vazios determinados pelo sistema (RANCIÈRE, 2010; p. 9).

A partir da afirmação de Rancière, percebemos as rugosidades dispostas no espaço e que fazem seu tempo, com ou sem permissão dos agentes de dominação. Dentro desta percepção, os números apresentados no tópico anterior nos bastam, por ora, para entendermos o quanto Bangu tornou-se um importante fenômeno demográfico na freguesia de Campo Grande. Através disso, podemos registrar outros aspectos para além do ritmo de trabalho ditado pela Fábrica; o terreno era fértil para o surgimento de manifestações de lazer e de crimes que antes não eram vistos no local.

A necessidade proveniente da nova expressão de atividade econômica em manter o corpo operário em constante vigilância e ligado de forma íntimo com as prerrogativas de atividades permitidas pela lógica fabril encontram argumento na fala de Stuart Hall (2003):

O capital tinha interesse na cultura das classes populares porque a constituição de uma nova ordem social em torno do capital exigia um processo mais ou menos contínuo, mesmo que intermitente, de reeducação no sentido mais amplo. E a tradição popular constituía um dos principais locais de resistência às maneiras pelas quais a ‘reforma’ do povo era buscada (HALL, 2003; p. 247-248).

Ao pensar a partir da luta de classes presente no futebol carioca da Primeira República, Gustavo Santos da Silva (2017) nos apresenta suas análises, tendo como protagonistas os próprios trabalhadores da Fábrica, e não só apenas como simples operários, mas também como atletas jogadores daquele esporte que aos poucos ganhava mais e mais público no Brasil. Sua proposta é nos mostrar as dicotomias e lutas cotidianas de operários, brasileiros e estrangeiros, dentro de um mercado de trabalho que fornecia poucas oportunidades. Sua pesquisa está centrada em mostrar as dificuldades impostas a clubes dos subúrbios em relação aos que emergiam nas áreas nobres da cidade, principalmente no que diz respeito à prática regular do esporte.



No prefácio do livro, escrito por Norberto Ferreira, é dito o seguinte sobre Bangu:

A Fábrica de Tecidos Bangu era um espaço de trabalho e também era um espaço de sociabilidade. As pessoas moravam em habitações coletivas e compartilhavam os diferentes momentos da vida familiar. A solidariedade operária se gestava ao nível do chão da fábrica e nos quantos que tocam em sorte. Os estrangeiros podiam ter moradias melhores, mas não estavam situados muito longe dos nacionais. E na hora que o apito marcava o fim do expediente, não apareciam muitas alternativas de lazer e sociabilidade (SILVA, 2017; p. 20).

Algumas informações podem ser retiradas desse trecho, como o fato da pouca disponibilidade de socialização e a proximidade de nacionalidades em um mesmo território. Vale lembrar, com isso, que o futebol aparece como um importante fator de lazer no local, principalmente ao ser fundado o Bangu Athletic Club (BAC), em 1904<sup>54</sup>.

Além do BAC, outro importante espaço de lazer ligado à Fábrica foi a banda de operários. Fundada em 1892, sua sede foi inaugurada em 1907. O Cassino Bangu fora construído pela Companhia para substituir a antiga sede da banda, que foi demolida devido ao comprometimento de suas estruturas. Gracilda ainda aponta o panorama desta atividade na cultura da cidade durante o período anterior ao surgimento de outras atividades de lazer: “Muito apreciadas no Rio de Janeiro ingênuo das primeiras décadas do século, as bandas das fábricas, como a de Bangu, acabariam desaparecendo à medida que cresceu e se aprimorou a chamada indústria do lazer” (SILVA, 1989; pp. 102-103).

Outra importante expressão de lazer local foram os grupos carnavalescos. Freitas (2005) abre suas análises para mostrar que os investimentos em urbanização nos arredores da Fábrica foram intensificados na primeira década do século XX, tendo o movimento do progresso e o ritmo das cidades chegando à modorra vida do interior da Capital Federal (...) “alterando totalmente a região, física, econômica e socialmente”:

Diferentemente das transformações promovidas pelo governo no centro da cidade, que privilegiaram principalmente as elites e as camadas médias da população, as interferências efetuadas pela Bangu na região não beneficiavam apenas àqueles que ocupavam os cargos mais altos da Companhia, mas também os operários menos especializados. Ela foi responsável pela construção de ruas, casinhas para operários, escola, campo de futebol, ambulatório, clube, igreja. *Aos domingos, ela abria seus portões, para que seus operários tivessem momentos de lazer em seu belíssimo pátio* (FREITAS, 2005; p. 53) (grifo meu).

A historiadora aponta elementos de integração entre a empresa e o corpo de operários quando destaca que a Fábrica abria seus portões para que seus funcionários pudessem

<sup>54</sup> Não seguiremos em frente com maiores análises sobre o clube, mas indicamos os trabalhos de Carlos Molinari (2015), Gracilda Silva (1985, 1989) e o do próprio Gabriel Silva (2017), para informações específicas.

desfrutar de seu pátio para momentos de lazer, mostra que a presença da empresa na vida cotidiana daqueles que não só trabalhavam nela, mas também viviam ao seu redor era uma constante.

Não mencionados aqui, mas não menos importantes, são outros tipos de mobilização que envolveram os moradores locais, principalmente o que parece ser uma suposta elite local. Entre 1910 e 1911, a **Gazeta Suburbana** deixa informações sobre um Grêmio Philomático. Em um primeiro momento, temos eleições para nova diretoria. A diretoria – reeleita – pretendia, a partir daquela administração, por em execução “o projeto da construção de um novo prédio para sede do Grêmio”<sup>55</sup>. Já a comemoração de seu primeiro aniversário, registrada na edição do mesmo jornal, no dia 12 de Fevereiro de 1911, deixa explícito que o mesmo Grêmio Philomático tinha um público específico, o que denota a formação incipiente de uma elite local. A notícia diz:

A 2 do corrente mês contou mais um ano de existência esta agremiação que tem sido em Bangu a *alavanca do progresso moral e intelectual*. Para comemorar a faustosa data, o Grêmio Philomático ofereceu à Sociedade Banguense uma esplêndida *soirée*, precedida de uma secção literária (...) <sup>56</sup> (grifo meu)

A mesma **Gazeta Suburbana** descreve mais um momento de lazer desses membros de uma suposta classe mais abastada do local. No Reveillon do ano de 1910, “teve lugar no amplo salão do Bangu um pomposo baile, oferecido à sociedade do Tiro Brasileiro do Bangu. Extremamente concorrido e sempre animado, veio a terminar na madrugada do dia de hoje”<sup>57</sup>.

A simples menção da existência do Grêmio Philomático em Bangu mostra que a realidade social e econômica local passa a sofrer alterações com a chegada da indústria. Fica marcado a convivência entre as modernidades pretendidas por uma incipiente burguesia ao apelar para modalidades de lazer dispostos em salões e saraus literários e uma realidade ainda rural, quando observamos a existência de pequenas propriedades rurais que rodeiam a propriedade da fábrica.

O controle fabril sobre aqueles que habitavam ao seu redor atendia aos anseios do progresso pretendido. A materialidade expressa por essa modernidade pesada defendia o exemplo de inserção naquela sociedade por meio do trabalho. E não a toa o fio entre lazer e

---

<sup>55</sup> **Gazeta Suburbana**, 20 de Outubro de 1910, p. 2.

<sup>56</sup> **Gazeta Suburbana**, 12 de Fevereiro de 1911, p. 2.

<sup>57</sup> **Gazeta Suburbana**, 1 de Janeiro de 1911, p. 7.

crime eram tênues, justamente por haver uma perspectiva moralizante que explanava uma proposta de retidão social aos seus moldes. Hobsbawn afirma:

O trabalhador pré-industrial reagia a incentivos materiais, na medida em que desejava ganhar o suficiente para gozar aquilo que era tido como o conforto pertinente ao nível social que a Deus aprovera situá-lo, mas até mesmo suas ideias acerca de conforto eram determinadas pelo passado e estavam limitadas por aquilo que fosse ‘apropriado’ a alguém de sua posição ou, no máximo, da posição imediatamente superior (HOBSBAWN, 2000; p. 82).

Apesar dos lazeres estimulados pela Fábrica, como futebol, música e grupos carnavalescos, e atividades diversas de subsistência da própria empresa e de seus funcionários, as vivências anteriores à indústria eram agitadas no início do século XIX. Fania Fridman (1999) mostra o seguinte:

Nesta região eram constantes os conflitos territoriais, entre os quais aquele protagonizado por Dona Anna<sup>58</sup>, que procurou expandir seus domínios através de processos judiciais, ameaças e agressões aos pequenos sítiantes e posseiros das terras próximas e/ou pertencentes à sua fazenda: Izidoro Pereira dos Santos e seu genro, Manuel Proença, tiveram suas casas destelhadas, seus pertences jogados fora e os escravos dispensados (FRIDMAN, 1999; p. 154).

Apesar dos conflitos de posse de terra comuns ao mundo rural, o aumento populacional acarretou algo comum ao redor do mundo em cidades que sofreram com o inchaço demográfico transportado na esteira dessa industrialização; novas modalidades de crimes surgiram em paralelo à urbanização.

O periódico **Novidades** traz a pequena nota de título “Facada Grave”:

Na fábrica que se está construindo na fazenda do Bangu, o trabalhador João Ferreira, após uma troca de palavras com seu companheiro João Florencio do Nascimento, vibrou neste uma facada, evadindo-se em seguida à voz de prisão que recebeu. O subdelegado da freguesia de Campo grande abriu inquérito a respeito<sup>59</sup>

Já o jornal **Gazeta de Notícias** traz um crime estarrecedor, onde quatro pessoas assassinaram Raphael Petrucci com requintes de crueldade. A cena do crime foi a casa de Rosario Mannarino, pai de Gaetano Mannarino, quem convidou, junto com Vincenzo Pelegrino, Raphael para um passeio no sítio do Viegas, próximo a estação do Bangu. A esposa de Raphael, Giuseppina Pellegrino, estaria morando na casa de Rosario. Após uma ligeira refeição noturna, entre meia noite e uma hora da madrugada

<sup>58</sup> Esposa do Sargento-Mor José Corrêa de Castro, um dos donos da propriedade onde se estabelecia a fazenda Bangu, descrito na linhagem de proprietários. (c.f. FRIDMAN, 1999; p. 154).

<sup>59</sup> **Novidades**, 23 de Março de 1891, p. 1.

[...] depois de uma alteração entre Raphael Petrucci e sua mulher Giuseppina Pellegrino, saindo Rosario Mannarino, seu filho Gaetano Mannarino, Giuseppina Pellegrino, seu irmão Vincenzo Pellegrino e Raphael Petrucci, os quatro primeiros avançaram para Raphael Petrucci e o assassinaram.

Os relatos são surpreendentes: Gaetano confessa ter desferido “algumas punhaladas” na vítima; Giuseppina afirma ter sido Rosario Mannarino quem decepou a cabeça de Raphael “com a machadinha que foi apresentada no auto a fls. 41 v, tendo tomado parte ativa no assassinato Gaetano Mannarino e Vincenzo Pellegrino”. Rosario ainda acusa Gaetano, afirmando ter sido o rapaz que com uma navalha quem “deu um golpe no pescoço de Raphael Petrucci e este caindo recebeu diversas punhaladas dadas por Vincenzo Pellegrino”. A acusação continua ao revelar que, depois de morto, a vítima ainda teve a cabeça decepada com uma faca por Giuseppina. Raphael foi enterrado em cova aberta próxima à encosta do morro aos fundos da casa de Rosario<sup>60</sup>.

Apesar das informações desencontradas, não nos atrapalha ao perceber que o tipo de crime com contato corporal parece ter sido algo corriqueiro no Bangu. Obviamente estes tipos de crimes não têm ligação com a Fábrica, mas aconteceram em seu entorno, o que deixa evidente um perfil de crime ainda menos complexo do que os que se desenrolam no local a medida em que foram se estabelecendo novos habitantes por lá..

Para fins de comparação, precisamos analisar o caderno de inquéritos e processos penais das freguesias rurais do Rio de Janeiro. Com isso, podemos destacar alguns números, antes e após a fusão das pretorias, em 1895, além de apontar o surgimento de novas modalidades de delitos. As 19<sup>o</sup>, 20<sup>o</sup> e 21<sup>o</sup> pretorias (Guaratiba, Santa Cruz e Campo Grande, respectivamente), apresentam registrados, entre 1890 e 1895<sup>61</sup>, 24 processos criminais e 12 inquéritos. A 21<sup>o</sup> Pretoria, justamente a de Campo Grande, é onde se concentram os maiores números de casos (19 processos e 11 inquéritos)<sup>62</sup>, o que já nos permite cogitar um perfil particular da freguesia em relação às demais da zona rural.

Ao confrontarmos o caderno de registros a partir de 1895 – ano de fusão das pretorias rurais de Guaratiba, Santa Cruz e Campo Grande em uma só, a 15<sup>o</sup> Pretoria – podemos verificar um salto de número de registros. É ineficaz, por ora, afirmarmos com convicção que o salto da criminalidade é produto da chegada da Fábrica de Tecidos Bangu na região e a

<sup>60</sup> **Gazeta de Notícias**, 30 de Outubro de 1898, p. 2.

<sup>61</sup> O Código Criminal precede a própria Constituição Federal de 1891, no intuito de controlar as massas recém libertas do trabalho escravo e a constante chegada de imigrantes para o trabalho nas indústrias nascentes, o que acabou adensando a concentração demográfica nos grandes centros urbanos, como Rio de Janeiro e São Paulo.

<sup>62</sup> Processos criminais e inquéritos da 21<sup>o</sup> Pretoria - freguesia de Campo Grande – 7 M. **Arquivo Nacional**.

consequente urbanização promovida pela empresa - o que deixa uma questão para a continuidade da pesquisa -, mas vale lembrar que a fábrica foi inaugurada em 1893. Para fins de análise preliminar, podemos destacar os casos de defloração registrados nas freguesias rurais.

Entre 1890 e 1895, ainda como 21ª Pretoria, na freguesia de Campo Grande foram abertos apenas 3 inquéritos para o crime de defloração e nenhum processo criminal. Já durante a vigência da 15ª Pretoria (1895-1911), foram abertos 167 inquéritos e julgados apenas 6 processos (10,38% dos casos relatados às autoridades), nos anos de 1899 (1), 1908 (2), 1909 (1) e 1910 (2)<sup>63</sup>.

Outro dado importante que a junção das pretorias nos fornece a partir de 1895 é o aparecimento e intensificação de contravenções, como a vadiagem, embriaguez e jogos (do bicho e de azar). Tais crimes são registrados entre 1892 e 1909, intensificando seus números a medida em que eram registrados e processados. A vadiagem foi o mais combatido.

É importante destacar o surgimento destes crimes relatados no parágrafo anterior justamente por estarem diretamente ligados aos momentos de lazer, seja de trabalhadores locais, seja de moradores. Não somente isso: o Código Criminal de 1890 foi o maior trunfo do então incipiente governo republicano para o trato com o social. A vadiagem, como dito anteriormente, foi combatida e, para sua reincidência, foram aplicadas penalidades maiores e com artigos específicos a partir de 1908. Entre 1892 e 1911 – mesmo com a ausência total de registros entre 1895 e 1903 - foram registrados 256 casos de vadiagem, sendo 211 de reincidência (aprox. 83%) entre 1907 e 1911<sup>64</sup>.

O processo de Felizarda de Sena Araújo, presa às 4 da manhã em 23 de Agosto de 1907 no Bangu, é um desses casos. O motivo de sua prisão foi por “ser a mesma vagabunda e ébria habitual”, mostrando que já era uma pessoa conhecida das autoridades da região<sup>65</sup>. A moça de 36 anos, sentenciada à prisão na Ilha Grande por sua reincidência, nos dá outros dados em suas respostas, como o fato de ser natural de Maxambomba (atual município de Nova Iguaçu) e estar morando no Bangu há um ano, o que reforça os indícios de fluxo para a local de pessoas vindas das áreas rurais, como dito anteriormente.

---

<sup>63</sup> Processos criminais e inquéritos da 15ª Pretoria - freguesias de Campo Grande, Guaratiba e Santa Cruz – 7 H. **Arquivo Nacional.**

<sup>64</sup> Cabe destacar que o decreto nº 6.994, alterou o artigo do Código Penal de 1890.

<sup>65</sup> Processo de Felizarda de Sena Araújo. Códex. 7H.736 – 15ª Pretoria do Rio de Janeiro, 1907. **Arquivo Nacional.**

Importante destacarmos, contudo, que entre os anos de 1895 e 1903 não existem registros de vadiagem no local. Para esse intervalo de quase uma década na contagem podemos cogitar algumas situações. A que mais encontraria respaldo é uma questão política de registro dessas ocorrências, como afirma Marcos Bretas (1997):

Certamente, a estrutura dos dados quantitativos da política pode ser alterada por uma questão política, mas também é resultado da maneira como as autoridades policiais e seu pessoal decidem se determinados comportamentos vão ser tratados ou não como infrações das normais legais, quer dizer, como crimes (BRETAS, 1997; p. 13)

Podemos cogitar, como dito anteriormente, questões como o perfil rural da localidade e a conseqüente e possível precariedade para registro destes crimes durante este período em branco. Entretanto, como explicar o registro de diversos outros crimes neste mesmo período e somente o de vadiagem ter sido “esquecido”? A afirmativa de Marcos Bretas auxilia a percebermos a possível questão política atrelada, também, à questão econômica do mercado imobiliário local, já que o período entre 1895 e 1903 coincide com o estabelecimento da Fábrica de Tecidos Bangu na freguesia e sua crescente demanda por novas moradias e expansão de atividades comerciais.

Os jornais também nos deixam registros dos crimes nos arredores da Fábrica de Tecidos Bangu. O jornal **A Noite**, de 26 de Março de 1907, destaca a “polícia oficiosa” criada pela empresa por, segundo o jornal, a “diretoria da fábrica” não ter muita confiança na polícia federal (sic). A polícia da Fábrica serviria não “só para garantir o estabelecimento fabril e sua disciplina interna”, mas também tinha os seguintes papéis: “A polícia da fábrica prende e abre inquéritos, processa os que julga delinquentes e, como ainda não se lembrou de construir uma cadeia, digna-se de utilizar-se da Casa de Detenção para internar os seus presos”<sup>66</sup>. Apesar de estar bem destacado no trecho selecionado, não caberia aqui aprofundarmos um debate sobre os diálogos entre iniciativas de capital privado e do Estado na Primeira República, principalmente para o controle social das classes operárias, mas o trecho do jornal deixa bem claro quanto a isso.

Mesmo com os elogios à polícia particular da Fábrica, a mesma **Gazeta Suburbana** traz, em Setembro de 1910<sup>67</sup>, uma reclamação a respeito da criminalidade e os “amigos do alheio, vagabundos e enfim, uma grande parte de indivíduos, aos quais nenhum mal faria uma estadia prolongada nos presídios do estado” que se espalhavam pelas proximidades da estação

---

<sup>66</sup> **A Noite**, 23 de Março de 1907, p. 2.

<sup>67</sup> **Gazeta Suburbana**, 29 de Outubro de 1910, p. 2.

de Bangu. As cartas recebidas pelo jornal relatam “diversos estabelecimentos, aparentemente comerciais, onde a noite dão-se reuniões notáveis pelo seu fim”. Os locais descritos são caracterizados como locais de reunião de “gatunos, vagabundos e assassinos”, onde se encontravam para “rememorar os seus passados feitos e, talvez planejem novos roubos ou atentados a vida alheia”. A vadiagem proveniente pelo alcoolismo é uma das preocupações do texto, que continua relatando:

Assim, após fartamente alcoolizados, abandonam a noite o seu refúgio, indo, estradas em fora, cometer roubos ou contribuir para o desassossego local. Há ainda pouco tempo um indivíduo que teve a infelicidade de passar a noite por um d'estes antros, foi assaltado e tratado brutalmente por um grupo de vagabundos, conseguindo escapar com vida aos seus agressores, devido a alguns transeuntes que ouvindo os seus gritos o acudiram.

Em outra situação, as distensões de tempo ocioso podem confundir-se, muitas vezes, com atitudes tidas como criminosas. Em mais um reclame do jornal **Gazeta Suburbana**, em edição de 6 de Novembro de 1910, sobre o “quiosque” instalado em Bangu. O jornal reconhece a importância do comércio, mas deixa seus reclames a respeito não só do empecilho que “semelhantes trambolhos” causam “em lugares de trânsito”, mas também sobre “a linguagem que adota a freguesia dos mesmos”. As reclamações abordam, principalmente, os inconvenientes da clientela local: “famílias que por ali são obrigadas a transitar, vêm-se na dura contingência de ouvir as maiores obscenidades, proferidas por indivíduos momentaneamente irresponsáveis”. Como característica do trato social da Primeira República, o jornal continua afirmando que “quando a Prefeitura não possa removê-lo, talvez a Polícia possa moralisá-lo”. E mais: “O que não pode continuar são as constantes ofensas a moral que dali partem; as famílias e transeuntes não podem continuar a mercê dos *desocupados que ali se reúnem*” (grifos meus)<sup>68</sup>.

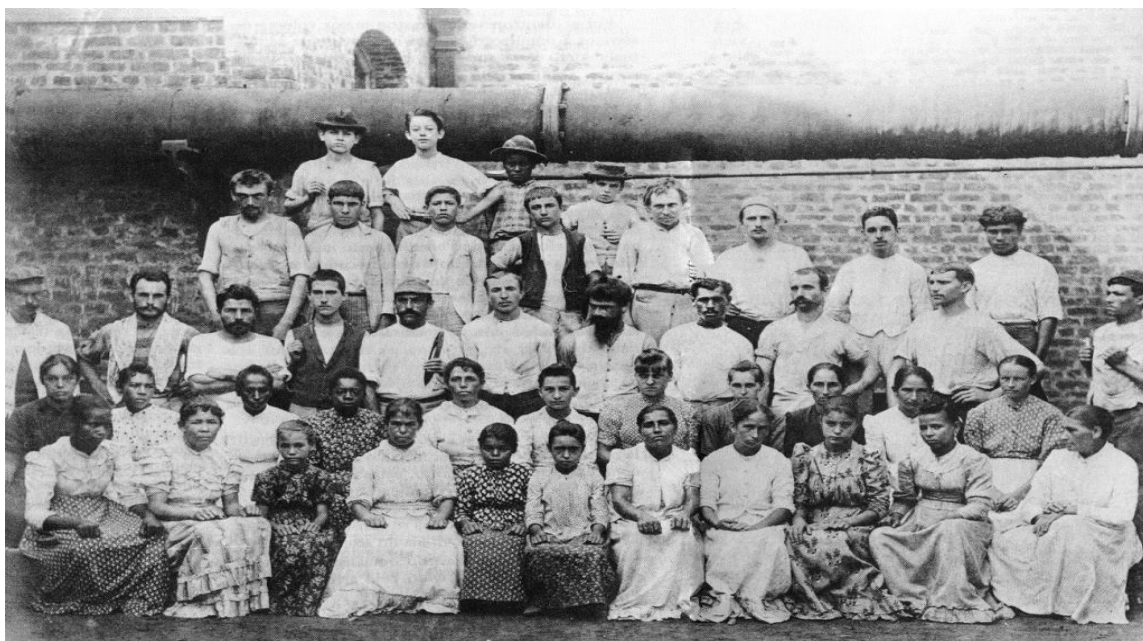
As duas passagens destacadas exemplificam as percepções sobre ordem pautada nas distensões do tempo livre, abrindo brechas para análises dos tipos de lazer que eram ou não permitidos; uns mais, com todos os seus ritos e roteiros acompanhados de perto por agentes “moralizadores”, outros menos, por serem orgânicos, partindo dos próprios agentes – moradores e trabalhadores – e distantes dos controles, seja da Fábrica, seja das autoridades públicas. O caso do quiosque, por exemplo, nos aparece como contraponto aos lazes permitidos (logo, moralizados). Já no que tange à percepção dos crimes de fato, principalmente aqueles tipificados como tendo a bebida como seu principal fator de

---

<sup>68</sup> **Gazeta Suburbana**, 6 de Novembro de 1910, p. 3.

agravante, percebemos uma preocupação com a manutenção da ordem no espaço. Lembremos, com isso, que, como foi mostrando anteriormente, o ano de 1910 já deixa evidente através de uma organização de lazer – o Grêmio Philomático – que a existência de uma aparente elite local apresenta maiores preocupações sobre a atuação dos ditos gatunos e vagabundos, que viriam a perturbar a ordem e o sossego deste local.

Figura 6 - Operários da Fábrica de Tecidos Bangu – déc. 1890



Fonte: Biblioteca Nacional.

Este movimento é expressado por Hall ao dissertar sobre o período que compreende o recorte temporal de 1880 à 1920, período do “novo relacionamento entre o povo e a concentração e expansão dos novos aparatos culturais” (HALL, 2003; p. 253). Entre perdas e ganhos, que a partir de posições estratégicas permitem uma reorganização do tecido social, a produção do espaço por meio de lazeres e crimes pode ser percebido de forma mais destacada quando essa percepção da linha tênue entre lazer e crime é evidente no que Hall chama de “dialética da luta cultural”:

[...] não existe uma ‘cultura popular’ íntegra, autêntica e autônoma, situada fora do campo de força das relações de poder e de dominação culturais. (...) há uma luta contínua e necessariamente irregular e desigual, por parte da cultura dominante, no sentido de desorganizar e reorganizar constantemente a cultura popular; para cercá-la e confinar suas definições e formas dentro de uma fama mais abrangente de formas dominantes. Há pontos de resistência e também momentos de superação. Esta é a dialética da luta cultural (HALL, 2003; pp. 254-255).



Não é de se espantar que o crescimento vertiginoso da população local estimulado pela presença da Fábrica de Tecidos Bangu pudesse formar, com isso, não só uma diversificação econômica, mas uma agitação social em diferentes níveis, o que enfatiza as nuances de uma *Belle Époque* suburbana. Basta compararmos as visões ao longo do tempo sobre o clima social do local. A mesma notícia que usamos anteriormente retirada do jornal **A Notícia**, de Setembro de 1901 (cf. tópico 3.1), dá uma ideia sobre o ritmo social do lugar naquele ano:

A vida n'aquele lugar é simples e animada. Pela manhã, homens, mulheres e crianças, cujas fisionomias transpiram a robustez que lhes dá os bons ares do lugar e a alegria que lhes proporciona os meios, saem em bandos, caminho do trabalho, uns em demanda da fábrica, outros da lavoura. Dois clubs, dos quais fazem parte nacionais e estrangeiros, proporcionam aos seus associados, que são quase todos moradores do lugar, reuniões familiares e espetáculos.

Outro texto, mais próximo da descrição aparentemente sensacionalista da **Gazeta Suburbana**, traz uma descrição rica em detalhes sobre o local. Apesar do seu detalhismo, nos cabe destacar apenas o trecho relativo à descrição aparente da sociabilidade local. Com o título “Bangu – Uma Cidade Rural”, a notícia descreve:

A 31 quilômetros e 89 metros de distância desta capital, elevando-se a 40m,300 sobre o nível do mar, é o Bangu uma das mais aprazíveis localidades da nossa zona rural, quer pela amenidade do seu clima, quer quanto as suas condições estéticas. Dotado de bem alinhadas ruas e estradas, Bangu oferece, a quem a visita, agradabilíssimo aspecto, causando ótima impressão a quem desembarca da *gare* da respectiva estação da Estrada de Ferro Central do Brasil, que é uma das mais elegantes, asseadas, higiênicas e bem iluminadas da nossa primeira via férrea<sup>69</sup>

Ao colocarmos em paralelo as descrições das fontes, percebemos diferentes tons em relação ao local, seja estético, seja social, o que nos dá uma visão das ações da industrialização sobre o espaço outrora bucólico. De um lado, as ruas geometricamente retas e bem cuidadas. De outro, uma degradação moral de uma certa camada da população local que transita pelo território cometendo delitos e perturbando a harmonia. O crescimento demográfico decorrente da presença da indústria pode nos fazer traduzir as observações que Maria Stella Bresciani (1982) descreve ao analisar a Londres inchada pelos êxodos proporcionados pela Revolução Industrial para a realidade de Bangu.

Bresciani afirma que “a população de Londres em geral crescera muito – duplicara entre 1821 e 1851 e novamente dobrara nos cinquenta anos seguintes -, fazendo com que o espetáculo de suas ruas adquirisse proporções, em si, assustadoras” (BRESCIANI, 1892; p. 50). Ela ainda mostra que diferente das multidões eventuais, “as grandes concentrações

<sup>69</sup> **A Notícia**, 4 de Novembro de 1909, p. 2.

humanas das fábricas e das cidades configuram uma realidade permanente e em constante expansão” (BRESCIANI, 1982; p. 79). Verifica-se, com isso, uma preocupação com as consequências dessa industrialização por parte de uma incipiente e já relatada classe média local, a qual o jornal *Gazeta Suburbana* soa como porta-voz desses medos.

Interessa-nos, portanto, perceber que, apesar de contar com um dos símbolos de um progresso modernizante inerente à *Belle Époque* – a Fábrica -, a localidade, que outrora seguia o ritmo das demais freguesias rurais do município, tendo como sua fonte econômica majoritária a cana de açúcar, serve como pano de fundo não só para multiplicação de atividades comerciais que brotaram na esteira da industrialização, como também a dinamização das próprias atividades rurais.

Entretanto, a um certo preço social e ambiental: as rugosidades econômicas dispostas no espaço encontram as relações sociais que acabam se tornando inéditas no local. Protagonizadas pela expansão urbana, uma aparente ascensão de uma burguesia que passa seu tempo em grêmios literários convive lado a lado com o pastoreio de lavradores, cujas atividades são estimuladas pela própria Fábrica. Incluímos nesse fato a crise de abastecimento de 1914 proporcionada pela seca, da qual nos utilizamos neste capítulo para apontarmos o crescente adensamento populacional que sofria Bangu neste movimento de urbanização também pode ser lida como uma das consequências dessa expansão urbana e seu crescimento demográfico.

## CONCLUSÃO

Às portas da Primeira Guerra Mundial, que se iniciaria no ano de 1914, a *Belle Époque* deixava de ser bela e colocava em campo suas contradições inerentes ao caldeirão de novidades que fervilhava em diversas partes do mundo que sofriam influência do capitalismo industrial. O Brasil não ficaria de fora: enquanto país periférico marcadamente agrário, sua sociedade e economia não deixariam de ser alvo dessas novas especulações que viriam transformar seus territórios em um movimento bem destacado pelo historiador Max Hastings:

É presunção da nossa época supor que somos obrigados a viver, e os líderes nacionais a tomar decisões, num inédito clima de mudanças rápidas. Mas, de 1900 a 1914, avanços tecnológicos, sociais e políticos alastraram-se pela Europa e pelos Estados Unidos numa escala nunca vista em qualquer outro período, um piscar de olhos da experiência humana. [...] Telefones, gramofones, veículos motorizados, sessões de cinema e casas com eletricidade tornaram-se lugar-comum entre pessoas abastadas nas sociedades mais ricas. (HASTINGS, 2014; p. 40).

A aceleração da vida apontada por Hastings pôde ser verificado ao longo da pesquisa quando abordamos as transformações urbanas expressas através de tecnologias que rapidamente modificavam o panorama e a paisagem não só da área urbana do Rio de Janeiro como também em seus subúrbios. Nos detivemos ao ano de 1914 justamente por ser o consenso historiográfico que demarca o fim dessa “bela época”, cujas novidades transformavam a realidade em um ritmo jamais visto. Neste sentido, e apesar de o enquadramento desta pesquisa ser insuficiente para responder todas as questões que brotaram ao longo de suas linhas, deixamos margem e instigamos a percepção de uma História do Rio de Janeiro para além dos já aclamados centros urbanos de poder.

Verificou-se que os impactos da reprodução de novos estilos de vida demandados a partir da modernidade e sua consequente modernização de costumes e relações refletiram principalmente em áreas urbanas, mas não só nelas; seus arrabaldes – neste caso, os subúrbios cariocas – foram diretamente impactados por esses movimentos. Entretanto, à sua maneira: territórios que configuravam verdadeiros pontos de encontro entre o então velho e novo mundo, ou de forma sintética, o urbano e o rural, a modernidade e a tradição, se moldavam e se relacionavam a medida que o fluxo demográfico encontrava terreno fértil para fincar raízes e produzir o espaço a partir de uma trama traçada por camadas sobrepostas de temporalidades e sociabilidades, ora propondo rompimento, ora propondo permanências. Eis o que nos

proporciona a percepção heterogênea da *Belle Époque*, cabendo aqui apontar como peculiar a que se deu nos subúrbios do Rio.

Figura 7 - Fachada do Bangu Shopping. Inaugurado em 2007, o estabelecimento preserva a arquitetura tombada da antiga fábrica, fechada em 2004



Fonte: O autor, 2019.

De certo que não havia as preocupações de nossos tempos a respeito da funcionalidade da cidade e das localidades contidas em seus limites na época proposta, principalmente no que diz respeito à integração entre o urbano e soluções que incluam a manutenção de ambientes naturais que possam minimizar impactos catastróficos causados por variações climáticas e que influenciam diretamente na vida do cidadão. Hoje, Bangu, um dos bairros mais tradicionais dos subúrbios do Rio, aparece nos jornais em notícias que certamente são consequências dessa urbanização acelerada e predatória, como no caso de uma caixa d'água que derreteu por conta do calor feito no local frente ao verão que chegava, em 2018<sup>70</sup>.

Apesar de o forte calor que atinge não só a cidade, mas se destaca de forma acentuada principalmente em seus subúrbios, a produção do espaço na cidade continuou atendendo às demandas sucessivas do passar dos anos, desde a instalação da Fábrica Bangu até hoje. O maior exemplo é o destino da própria fábrica, a qual hoje, já desativada, abriga um shopping, o Bangu Shopping. A administração do empreendimento manteve a fachada original e

<sup>70</sup> Parece mentira! Caixa d'água derrete em Bangu por causa do forte calor no Rio". **Jornal Meia Hora**, 19 de Dezembro de 2018. Consultado em 01 de Fevereiro de 2020. Disponível em: <<https://meiahora.ig.com.br/geral/2018/12/5603811-parece-mentira-caixa-d-agua-derrete-em-bangu-por-causa-do-forte-calor-no-rio.html#foto=1>>.

disponibiliza exposta a planta da antiga indústria – mesmo que de forma aleatória e precária solta em uma parede qualquer próxima à praça de alimentação. Vale lembrar, também, do presídio que, mesmo não sendo mais no bairro desde 2004 (ano do desmembramento de Gericinó, local onde está instalado o prédio), ainda carrega a nomenclatura em seus pavilhões de quando o estabelecimento era na área administrativa referente à Bangu.

Figura 8 - Antiga vila operária de Bangu desfigurada pelo avanço imobiliário, 2007



Fonte: Rogério Melo.

Caminhar por esses cantos da Zona Oeste é estar de frente com as rugosidades que aqui também apontamos. Infelizmente, os vestígios dispostos sobre os territórios vão sendo dominados pela necessidade de reprodução que o sistema globalizante impõe sobre o espaço, e assim tais vestígios, aos poucos, vão sendo apagados pelo avanço imobiliário, legal e ilegal. Ao chegar em Bangu, próximo aos muros da estação e das grades do terreno do shopping, podemos encontrar resquícios da antiga vila operária em seu lado direito, em frente a um canal; do lado esquerdo, a vila operária mais recente, próximo ao pulsante calçadão comercial do bairro.

Os nomes das ruas permanecem para nos lembrar o passado operário de Bangu, pois muitas delas são referências às ocupações da antiga fábrica. E essas memórias estão vivas entre os burburinhos dos cobradores de transporte alternativo, o barulho do vai e vem de consumidores, camelôs e o ranger do trem sobre a linha férrea que corta o bairro, vindo da Central do Brasil. E logo ali, ao lado da antiga fábrica, a começar pelos camelôs da estação de trem local (fruto do investimento da CPIB, inaugurada em 1890 para atender suas demandas), estão dispostas sobre o largo calçadão o comércio que atende a clientela do século XXI, com

lojas inundadas de produtos eletrônicos, calçados, objetos diversos e, ironicamente, assim como o shopping, tecidos transformados em vestuários, em lojas de grife ou de departamento.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício. **Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos – IPP, 4º ed., 2008.

AZEVEDO, André Nunes de. **A Grande Reforma Urbana do Rio de Janeiro: Pereira Passos, Rodrigues Alves e as ideias de civilização e progresso**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2016.

AZEVEDO, Artur. **A Capital Federal**. Rio de Janeiro: Ediouro. Texto proveniente da Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro. Disponível em: <<http://www.bibvirt.futuro.usp.br>>.

BARBOSA, Vivaldo. **Industrialização e Nacionalização: como se forja uma nação ou as perdas internacionais**. Rio de Janeiro; Ed. Revan, 2017.

BARRETO, Lima. **Clara dos Anjos**. Ministério da Cultura: Fundação Biblioteca Nacional, Departamento Nacional do Livro.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BERMAN, Marshall. **Tudo o Que É Sólido se Desmancha no Ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BERTAMÉ, Rodrigo. **Rizomas Suburbanos: possíveis ressignificações só topônimo subúrbio carioca através dos afetos**. Dissertação (Mestrado) – UFRJ/PROURB/Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, 2016.

BIAZZO, Pedro P. Campo e Rural, Cidade e Urbano: distinções necessárias para uma perspectiva crítica em Geografia agrária. **4º Encontro Nacional de Grupos de Pesquisa – ENGRUP**. São Paulo, 2008.

BRETAS, Marcos Luiz. **Ordem na Cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907-1930**. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1997.

BRESCIANI, Maria Stella M. **Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1982.

CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1987.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**. Campinas – SP: Unicamp, 3º ed., 2012.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. São Paulo: Fundação Editora Unesp, 6º ed., 1999.

DOIN, J. et. al. A Belle Époque caipira: problematizações e oportunidades interpretativas da modernidade e urbanização no Mundo do Café (1852-1930) In. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 27, nº 53, p. 91-122 – 2007.

DO RIO, João. **A Alma Encantadora das Ruas**. São Paulo: Martin Claret, 2º ed., 2013.

FREITAS, Adriana Oliveira de. **Abalou Bangu!** A Fábrica e a República nascente (1889-1914). Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, 2005.

FRIDMAN, Fania. **Donos do Rio em Nome do Rei:** um história fundiária da cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 1999.

GIDDENS, Anthony. **As Consequências da Modernidade**. São Paulo. Ed. UNESP, 1991.

GLAESER, Edward L. **Os Centros Urbanos:** a maior invenção da humanidade. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

HALL, Peter. **Cidades do Amanhã:** uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX. São Paulo: Perspectiva, 2007.

HALL, Stuart. Notas sobre a desconstrução do “popular”. In.: SOVIK, Liv (org.). **Da Diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

HARVEY, David. **A Condição Pós-moderna:** uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

\_\_\_\_\_. **Cidades Rebeldes:** do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014

HASTINGS, Max. **Catástrofe – 1914: a Europa vai à guerra**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

HOBBSAWN, Eric. **A Era do Capital (1848 – 1875)**. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

\_\_\_\_\_. **A Invenção das Tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

JÚNIOR, Sérgio Luiz M.; FERNANDES, Tabatha de Farias. A Belle Époque Brasileira: as transformações urbanas no Rio de Janeiro e a sua tentativa de modernização no século XIX. In. **Revista História em Curso**. Belo Horizonte: vol. 3, nº 3, 1º sem. 2013.

KOTKIN, Joel. **A Cidade – Uma História Global**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

LA BARRE, Jorge de. Choque de Futuro: o Rio dos megaeventos. In. Revista **O Social em Questão**. PUC-Rio, ano XVI, nº 29, 2013

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1990.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.



LEPETIT, Bernard. Sobre a escala na História. In. REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de Escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998.

MACEDO, Joaquim Manoel de. **Memórias da Rua do Ouvidor**. Brasília: Edições do Senado Federal, vol. 41, 2005.

MALERBA, Jurandir. **O Brasil Imperial: panorama da história do Brasil no século XIX**. Maringá: Eduem, 1999.

MANSUR, André L. **O Velho Oeste Carioca**. Rio de Janeiro: Ibis Libris, 2008.

MARTINHO, Francisco Carlos P. Resistências ao capitalismo: plebeus, operários e mulheres. In. FILHO, Daniel Aarão R.; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste. **O Século XX: o tempo das certezas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, vol. 1, 2011.

MELLO, Juçara da Silva Barbosa de. **Identidade, memória e história em Santo Aleixo: aspectos do cotidiano operário na construção de uma cultura fabril**. Mestrado (dissertação), UERJ, FFP, 2008.

OLIVEIRA, Márcio de. **Bangu: de Fábrica-fazenda e Cidade-fábrica à Mais uma Fábrica da Cidade**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro/PPGG, 1991.

\_\_\_\_\_. Quando a Fábrica Cria o Bairro: estratégias do capital industrial e produção do espaço metropolitano no Rio de Janeiro. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. vol. X, nº 218. Barcelona: Universidad de Barcelona, 2006.

PECHMAN, Robert M. **Cidades Estreitamente Vigeadas: o detetive e o urbanista**. Campinas: Tese (doutorado), Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1999.

PEDROZA, Manoela. Passa-se uma Engenhoca: ou como se faziam transações com terras, engenhos e crédito em mercados locais e imperfeitos (freguesia de Campo Grande, Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX). In. **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 26, nº 43: p.241-266, jan/jun 2010.

PERROT, Michelle. **Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 4º ed., 2006.

RANCIÈRE, Jacques. **La Noche de los Proletarios: archivos del sueño obrero**. Buenos Aires: Tinta Limón, 2010.

REZNIK, Luís. Qual o lugar da História Local? In. GONÇALVES, Márcia de A. FIGUEIREDO, Haydée. **Projeto História de São Gonçalo: memória e identidade**. UERJ – FFP.

ROCHA, Oswaldo Porto; CARVALHO, Lia de Aquino. **A era das demolições/ Habitações populares**. Secretaria Municipal de Cultura, Dep. Geral de Doc. e Inf. Cultural, Divisão de Editoração, 1995.

SANTOS, Leonardo Soares dos. A Cidade está Chegando: expansão urbana na Zona Rural do Rio de Janeiro (1890 – 1940). In: **Revista Crítica Histórica**, ano II, nº 3, Julho/2011.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

\_\_\_\_\_. **Por uma Outra Globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2015.

SANTOS, Noronha. **As Freguesias do Rio Antigo**. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1965.

SCHORSKE, Carl. **Viena Fin-de-Siécle: política e cultura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SENNETT, Richard. **Carne e Pedra**. Rio de Janeiro: Record, 5º ed., 2008.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. Rio de Janeiro: Ed. Brasiliense, 1983.

SILVA, Gracilda A. de A. **Bangu: A Fábrica e o Bairro**. Um estudo histórico (1889-1930). Rio de Janeiro: Mestrado (Dissertação), UFRJ, IFCS, 1985.

\_\_\_\_\_. **Bangu 100 anos: a fábrica e o bairro**. Rio de Janeiro: Sabiá Produções Artísticas, 1989.

SILVA, Gustavo Santos da. **Os Proletários da Bola: The Bangu Athletic Club e as lutas de classes no futebol da Primeira República**. Rio de Janeiro: Ed. Multifoco, 2017.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e Urbanização**. São Paulo: Contexto, 1994.

THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

WILLIAMS, Raymond. **O Campo e a Cidade na História e na Literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

### **Documentos consultados**

#### **Arquivo Nacional (AN) - Processos Criminais e Inquéritos (1890-1911)**

19º, 20º e 21º Pretorias – 7H

15º Pretorias – 7M

#### **Center For Researches Library (CLB)**

- Pasta “*Presidential Messages*”

#### **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE):**

IBGE (Site):

Recenseamento do Distrito Federal – 1906

Recenseamento do Distrito Federal – 1912

**Jornais, periódicos e portais digitais:**

Hemeroteca Digital (Biblioteca Nacional):

Diário de Notícias (1893)

Diário Portuguez (1885)

O Echo Suburbano (1901)

A Folha Nova (1883)

Gazeta de Notícias (1898)

Gazeta Suburbana (1910-1911)

Jornal do Brasil (1900)

Jornal do Commercio (1880-1899)

Monitor Campista (1880)

A Noite (1907)

A Notícia (1899-1903)

Novidades (1891)

Revista de Engenharia (1890)

A Rua: Semanário Ilustrado (1914)

**Consultados na Internet**

Jornal Meia Hora

Modelar a MetrÓpole